

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Alexandre Henrique Asada

*Dos lugares da solidariedade a projetos de sociedade: uma análise a
partir da experiência da ITCP/UFV*

Viçosa - MG
Dezembro/ 2009

Alexandre Henrique Asada

Dos lugares da solidariedade a projetos de sociedade: uma análise a partir da experiência da ITCP/UFV

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

Co-orientador: Prof. Klemens Augustinus Laschefski

Viçosa – MG
Dezembro/ 2009

Monografia defendida e aprovada em 16 de dezembro de 2009, perante banca examinadora composta por:

Profa. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
Orientadora

Prof. Leonardo Civalo
Examinador

Profa. Lídia Lúcia Antogiovanni
Examinadora

“Os que vivem em casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam em cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e o sonho como dever. Não são devaneios irresponsáveis, porque se incluem num projeto que o mundo em torno autoriza” (Milton SANTOS, em *O espaço do cidadão*, 1996, p. 65).

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao povo brasileiro que pagou meus estudos.

Aos meus pais, pelo apoio e pela paciência nesses anos de formação.

Aos trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV que me ajudaram.

Aos demais familiares que sempre me apoiaram, especialmente minha irmã, Lili, Sandra, Hiroo, Kazu e Yasu.

Aos amigos da terra natal que foram também um importante suporte na decisão pela migração e apoio durante os anos de formação, Tânia, Maria, Renato, Cata, André e Fernanda.

Aos que me receberam, se tornaram amigos indispensáveis sem os quais não conseguiria ter ficado. Especialmente à Renatinha, Luiza, Rafildes e Zaira.

Aos irmãos de casa Jaque, João, Aninha, Daniel, Cabeça, Aline, Lucas, Marcelão, Gil, Maria, Nati, Denaise, Jana, Hugo...

Ao Marcinho pelas conversas intensas que me ajudaram a pensar esse projeto,

A Camila, pela amizade, conversas, apoio e pelo computador!

Aos amigos que esbarrei em Viçosa e me ajudaram de alguma maneira, Julicka, Tohrei, Mateuzinho, Sandra, Fabrício, Carol, Ju Padula, Derê, Ju Bavuzo, Aline, “Bonde”, Tati, Vanessinha, Ninas, Amanda, Brunão, Júlia, Isabela, Rodolfo, Mauro, Jaque, Vladi, João...

... no Centro Acadêmico de Geografia, Fabrício, Guto, Alê, Favela, Clara e Manu...

... no movimento estudantil,

... no EIV-ZM,

... na ITCP/UFV, Tizil, Léo, Natalice, Paulina, Lalá, Davi, Junin, Laura, Érica, Grayci, Élson, Quiron, Marcela, Viète, Gou, Túlio, Ayana, Gonsales, Lucas...

... na AGB, Eduardo, Silvano, Roberto, Vivi, Godi....

... no Cursinho Popular DCE/UFV nesse último ano, especialmente ao Joubert, pelo companheirismo e apoio na reta final.

A Renata, Carmem e Graziela, pelo apoio intra-estrutural,

Aos professores do curso de geografia da UFV,

a profa. Maria Israel, pela orientação, e ao prof. Klemens, pela co-orientação,

A Vaninha, D. Maria, D. Rosilda, Dorinha e Janete, pelo apoio estrutural,

E a todos aqueles que me ajudaram de alguma maneira e que no momento estou me esquecendo...

Resumo

O presente trabalho tem como tema as construções em direção a constituição de um sistema alternativo de produção na escala do lugar. A análise se dá por meio da realidade da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV) e dos grupos de trabalhadores incubados. Os principais atores dessas ações são: os “formadores” e os grupos de trabalhadores. Através da análise do trabalho desses dois atores pretende-se chegar à construção de representações sobre a transformação da sociedade em direção a um outro projeto de sociedade. A necessidade de construção desses projetos deve-se às recentes mudanças no mundo do trabalho causadas pela globalização neoliberal, que tem aumentado a precarização do trabalho, por meio da reestruturação produtiva em nível mundial, e destruído as utopias da classe trabalhadora. Essas mudanças no mundo do trabalho exigem então novas formas de representação, de organização e de ação da classe-que-vive-do-trabalho a fim de lutar contra o capital e construir uma outra ordem. Nos países antes chamados “subdesenvolvidos”, hoje chamados “em desenvolvimento”, essa precarização estrutural do trabalho somou-se a existência de uma massa de trabalhadores que viviam num “circuito inferior da economia”, aumentando o número de trabalhadores que não participam do “circuito moderno da economia”, e que, na verdade, são explorados por ele. É nesse âmbito, em que se inclui a maioria dos trabalhadores e onde estão os mais necessitados de mudança, que deveria surgir as iniciativas de transformação. Muitas idéias têm surgido à respeito disso e a da “economia solidária”, tida como herdeira da tradição cooperativista européia, se propõe a construir uma economia alternativa a capitalista, por meio da autogestão e da solidariedade. Essa idéia se tornou forte e ascendeu ao status de política pública a partir da década de 1990. Hoje há uma relação estreita, e perigosa, entre Estado e iniciativas de economia solidária. A ITCP/UFV é um instrumento dessa relação. E os grupos com os quais ela trabalha poderiam ser os atores da construção dessas novas formas de organização dos trabalhadores e de novas utopias. O trabalho pretende, então, descrever como isso está ocorrendo. Qual tem sido o resultado dessa idéia ter se tornado uma política pública? Quais os efeitos disso? Nos trabalhadores e nos estudantes “formadores”? Está-se construindo afinal um utopismo dialético para guiar a construção de um sistema alternativo de produção?

Lista de Siglas

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em empresas de Autogestão e participação Acionária

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APOV - Associação da Pastoral da Oração de Viçosa

AQHB - Associação Quilombola Herdeiros do Banzo

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileiras

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

CTA/ ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EIV-MG – Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais

EPS - Economia Popular Solidária

FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

ITCP/UFV - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MNCMR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento

PRONINC - Programa de Financiamento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Lista de Figuras e Tabelas

Ilustração 1. Mapa da mesorregião da Zona da Mata mineira.

Ilustração 2. Vista do bairro de Nova Viçosa.

Ilustração 3. Máquinas de costura da AQHB conseguidas por meio de projeto escrito pela equipe da ITCP/UFV

Ilustração 4. Frente da sede do núcleo *Retalharte* da AQHB.

Ilustração 5. Horta pessoal da família de seu Chico no assentamento Olga Benário.

Ilustração 6. Membros da diretoria da ARCA e equipe da ITCP/UFV

Ilustração 7. Símbolo do MST

Ilustração 8. Marcha do MST de Goiânia à Brasília, 2005.

Tabela 1. Porcentagem de atividades informais por setores da economia de Viçosa-MG

Sumário

I. Epígrafe	
II. Agradecimentos	
III. Resumo	
IV. Lista de siglas	
V. Lista de figuras e tabelas	
VI. Sumário	
1. Introdução.....	p.1
2. Metodologia da pesquisa.....	p.3
3. Desenvolvimentos geográficos desiguais: a globalização contemporânea e o mundo do trabalho.....	p.5
3.1. A globalização como processo e a precarização estrutural do trabalho.....	p.7
3.2. A globalização como fábula e como perversidade: o papel da ideologia.....	p.14
3.3. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e organização dos produção.....	p.19
4. Do circuito inferior a um sistema alternativo de produção.....	p.23
4.1. A economia solidária: histórico, práticas e projetos.....	p.33
4.2. O ressurgimento nas décadas de 1980 e 1990.....	p.41
4.3. A economia solidária como política pública.....	p.44
5. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV e o contexto de Viçosa.....	p.48
5.1. A ITCP/UFV.....	p.48
5.2. Viçosa e região.....	p.50
6. Os lugares e os projetos a partir dos lugares.....	p.55
6.1. A marca da autogestão no cotidiano da ITCP/UFV.....	p.55
6.2. As discussões sobre a organização interna e sobre a metodologia de incubação.....	p.61
6.3. APAE Rural de Viçosa.....	p.68
6.4. A ACAMARE e a Usina de Reciclagem.....	p.73
6.5. O Clube de Trocas “Vivendo e Aprendendo” de Nova Viçosa.....	p.78
6.6. A Associação Quilombola Herdeiros do Banzo (AGHB), de Ponte Nova.....	p.84
6.7. A COOFELIZ, Cooperativa de Produção de Espera Feliz.....	p.90
6.8. O assentamento Olga Benário e a ARCA-ZM.....	p.96
6.9. Os projetos de sociedade.....	p.104
7. Considerações finais.....	p.114
Bibliografia.....	p.117
Anexos.....	p.121

1. Introdução

“Um outro mundo é possível!”, “uma outra economia em construção!”... Dois lemas que representam tentativas de construção de uma sociedade alternativa ao modelo hegemônico da sociedade capitalista depois da chamada crise das esquerdas, advindas após o colapso das economias centralmente planejadas do leste europeu, principalmente da URSS. A primeira é a chamada do Fórum Social Mundial, que ocorre desde 2001, como resposta das organizações e movimentos sociais ao Fórum Econômico Mundial, que decide as políticas econômicas do neoliberalismo a que todos os Estados se encontram hoje, de uma maneira ou de outra, afetados. A segunda frase se insere no contexto das organizações que trabalham com a chamada economia solidária, ou economia popular solidária, como preferem alguns, e sua semelhança com a primeira não é à toa. Ambas são a expressão de um momento da produção de alternativas e de utopias.

Aliás, o movimento que levou o trabalho e a discussão de organizações e trabalhadores e de entidades de apoio à constituição de uma política pública de economia solidária dentro do Estado, na escala de um governo federal, surgiu na ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001. Esse Fórum Social Mundial articulou uma infinidade de experiências contra-hegemônicas à ordem capitalista, desde movimentos sociais, passando por partidos políticos até organizações de trabalhadores e de apoio à economia solidária.

As ações de economia (popular) solidária, portanto, que hoje são apoiada por um programa governamental, cresceram no Brasil a partir da década de 1980, período em que as transformações por que passou o capitalismo no mundo durante a década de 1970, chamada de mudanças no padrão de acumulação, chegaram ao país. Essas transformações, que deram nova configuração na forma de organização espacial da produção capitalista, foram implementadas politicamente por meio de uma ideologia a que se chamou neoliberalismo. Os impactos dessa nova ordem sócio-econômica nos países periféricos, dentre outras, foram a insegurança, o desemprego e a marginalização de milhões de trabalhadores.

A marginalização de trabalhadores tem sido uma característica da modernização das economias dos países periféricos. Muita discussão teórica foi feita em torno da marginalidade, do surgimento de um setor marginal na economia nos países da América Latina, discussão que ficou mais forte durante a década de 1970. Porém, foi durante a década de 1980 e início da década de 1990 que, no caso do Brasil especificamente, ocorreu um aumento expressivo do desemprego e uma busca dos trabalhadores por formas alternativas de obter sua renda, fora do modelo do trabalho assalariado, devido à estagnação econômica,

à falência de várias indústrias e, mais tarde, à abertura da economia nacional frente aos produtos estrangeiros.

Durante esse período, a partir da década de 1980, ocorreu também o surgimento de várias organizações da sociedade civil, de partidos e de movimentos sociais para reivindicar os direitos dessa população afetada por essas transformações econômicas, sociais e políticas. No Brasil inclusive, esse momento foi também o de redemocratização da sociedade depois de um longo governo ditatorial. As discussões e reivindicações dessas organizações e movimentos acabaram chegando de alguma forma às instituições governamentais, primeiramente na assembléia constituinte de 1988. Mais tarde algumas práticas dessas organizações, assim como algumas reivindicações, vieram para dentro dos governos, seja como políticas públicas desenhadas em fóruns, movimentos ou outras formas de organizações da sociedade civil, seja diretamente em ações como Planejamentos Participativos e Orçamentos Participativos.

Por trás dessas propostas está uma outra questão. As alternativas ao capitalismo não estão mais sendo pensadas, por causa do contexto da globalização (terceira revolução industrial, desemprego estrutural e neoliberalismo), no âmbito das fábricas, dos sindicatos e partidos operários. Elas têm outro fundo e esse movimento tem intrínseca relação com as recentes transformações no mundo do trabalho. Diz-se que as grandes centrais sindicais aderiram ao projeto neoliberal de tal forma que deixaram de fazer frente ao capital. Abandonaram a perspectiva da luta de classes e, assim, a crença de que é possível uma transformação da sociedade.

É o discurso único do neoliberalismo por meio do qual se tem tentado promover o projeto dessa globalização perversa. Assim, aumentam-se as desigualdades, aumenta-se a competição, o consumismo, o individualismo, enquanto as utopias morrem e perdem a força.

Nesse contexto é que têm surgido várias visões a respeito das novas utopias, das novas formas de organização do trabalho e das possíveis alternativas. A economia popular solidária é uma dessas experiências que surgiram e tem tomado atenção de muita gente. Mas se essa economia é global, se o capitalismo conseguiu construir uma hegemonia global, na qual cada vez mais se concentra o poder em grades firmas, como pequenas iniciativas locais de trabalhadores podem querer construir um mundo diferente? Em que se baseiam aqueles que dizem que isso é possível? Por meio de que ações e estratégias ocorreria a construção desse mundo diferente?

Contribuir com a reflexão sobre essas questões é que se propõe este trabalho, por meio da análise de uma experiência local. Pretende-se descrever e analisar alguns aspectos da experiência de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Essas

organizações, as ITCPs, existem em várias universidades pelo país e também em algumas prefeituras, e estão vinculadas a uma política pública federal. Assim, nessas experiências é possível identificar a confluência da ação de vários sujeitos sociais: do governo, dos empreendimentos econômicos dos grupos populares e de trabalhadores de entidades de apoio. No caso da ITCP/UFV, a experiência analisada, a organização de apoio está dentro de uma universidade, de forma que àqueles que dão o apoio e a assessoria aos grupos populares são os professores, estudantes e funcionários da universidade.

Como se dá a passagem da experiência de um lugar à construção de projetos de mudança da sociedade, de um sistema econômico ou até do mundo? Dessas questões o presente trabalho pretende se aproximar. E a motivação para a escolha desse ponto de vista foi a experiência como estagiário dentro dessa organização, no período de setembro de 2006 a julho de 2008, na qual o autor pode vivenciar muito do que será descrito e analisado.

O trabalho está dividido em sete capítulos, além da bibliografia e os anexos. Depois da introdução e da metodologia, o capítulo seguinte trata da relação entre a globalização, com todo seu poder ideológico, e as recentes transformações do mundo do trabalho. Em seguida, são discutidos os conceitos de circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos, de setor informal da economia e de economia popular e solidária, tentando esclarecer como cada conceito pode esclarecer algumas questões. Para, na seqüência, tecer questionamentos sobre como a economia popular pode virar uma economia popular e solidária, ou sobre como as atividades do circuito inferior da economia podem se tornar um sistema alternativo de produção.

Analisando, enfim, experiências concretas, no capítulo 4 são descritas algumas teorias à respeito da economia solidária e a institucionalização de uma política pública de apoio a aquela no Brasil. Fazemos no capítulo posterior uma análise do lugar do surgimento da ITCP/UFV. Para, finalmente, no capítulo 6, realizar a descrição da ITCP/UFV e dos vários grupos incubados, as suas relações e as possibilidades de construção de projetos de sociedade que surge em cada contexto.

2. Metodologia da pesquisa

Essa pesquisa pretende analisar algumas experiências de associações de grupos de trabalhadores na tentativa de construção de empreendimentos de caráter produtivo ou associativo, unidos por uma mesma organização de apoio, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), e a própria

organização de apoio. Essa escolha se justifica pelo fato de eles estarem vinculados a uma mesma hierarquia de ações da política pública de apoio a chamada economia solidária.

A escolha e a análise de um lugar específico pode ser justificada na medida em que “os lugares são, pois, o mundo que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2004, p. 112). Além do mais, diante da ideologia do discurso único do mundo e da dificuldade da produção de utopias, de projetos anticapitalistas por parte de sindicatos, centrais sindicais e partidos de esquerda, a produção de racionalidades contrárias às dos atores hegemônicos deveria começar dos lugares onde os trabalhadores vivem.

Pretendemos identificar e analisar, dessa maneira, representações de alguns dos trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV e das equipes de estagiários da ITCP/UFV a respeito da possibilidade de transformação da sociedade e sobre a economia solidária. Os representantes dos grupos de trabalhadores estão na luta diária para conseguir o pão de cada dia, num contexto em que cerca de 50% dos trabalhadores desempenham atividades do chamado circuito inferior ou do segmento informal, e estabelecem relações com a ITCP/UFV em busca de melhorar suas condições. Os estudantes que fazem estágio na ITCP/UFV são aqueles agentes da política pública, dentro das universidades, que estão em contato direto com os grupos de trabalhadores, muitas vezes buscando em conjunto as soluções para os problemas da realidade desses trabalhadores, sobretudo dentro da universidade.

A análise das condições materiais e das práticas também serão consideradas, não de forma exaustiva, mas somente na medida em que permitem perceber os projetos, as concepções com relação à economia, a emergência de novas práticas, novas organizações e a produção de novas formas de utopias, ou de representações que se aproximam da definição de “utopismos dialéticos” que Harvey (2006, p. 239) descreveu.

Para tanto, após uma revisão teórica sobre as análises das mudanças do mundo do trabalho, globalização e as fontes de mudanças nesse contexto, a apreensão dessas representações de utopias ou de projetos de sociedade contra-hegemônicos se deu por meio de entrevistas pessoais semi-estruturadas com um ou mais representantes dos vários grupos envolvidos, por meio de uma breve observação participante (por ocasião da participação em Seminários de Formação internos à ITCP/UFV, no começo e no meio do ano de 2009, e num Seminário da Rede de ITCPs ocorrido no mês de julho na cidade de Assis, em São Paulo) e, por fim, através da análise de documentos oficiais do governo e da organização ITCP/UFV (como relatórios, projetos, atas etc.).

As entrevistas foram realizadas com representantes dos grupos de trabalhadores e com os estudantes que integram as equipes de incubação da ITCP/UFV. Isso porque a intenção era identificar algumas representações sociais que surgem nas experiências práticas, na interação dos grupos com as necessidades imediatas vinculadas ao território local, que permitissem aos trabalhadores pensar mudanças maiores a partir dessa base local. Assim, não foram incluídos alguns outros sujeitos que também estão envolvidos com os grupos de trabalhadores e com a entidade ITCP/UFV como professores da Universidade Federal de Viçosa, funcionários de Associações ou Organizações Não-Governamentais que se relacionam com esses grupos e dos poderes públicos locais.

Foram entrevistados no total 11 pessoas, sendo que sete são trabalhadores representantes dos grupos incubados pela ITCP/UFV e quatro são estudantes estagiários da ITCP/UFV. Dentro dos grupos, foram escolhidas pessoas que tinham demonstrado uma apropriação sobre o significado do trabalho da ITCP/UFV ou que exercem algum tipo de liderança no grupo. A participação em encontros, fóruns ou seminários representando o grupo foi considerada como um fator relevante para essa escolha. Para essa escolha também foi considerado o tempo de permanência da pessoa no grupo, na medida em que isso significa um aprendizado sobre os objetivos do grupo e a busca de construção de alternativas a partir do grupo.

As entrevistas semi-estruturadas, por fim, se basearam em três modelos: um para os estudantes integrantes das equipes de incubação da ITCP/UFV (anexo 1); uma para os integrantes de grupos de trabalhadores urbanos incubados pela ITCP/UFV (anexo 2); e uma outra para os integrantes de grupos de trabalhadores rurais (anexo 3).

Antes de encaminharmos para uma discussão dos projetos e práticas identificados na realidade local da ITCP/UFV, coube uma breve discussão a respeito das práticas e projetos próprios da economia solidária e seu surgimento; sobre a institucionalização de uma política pública criada para apoiar as iniciativas da chamada economia solidária; e o surgimento e um breve resumo das ações da ITCP/UFV em Viçosa até hoje.

3. Desenvolvimentos Geográficos Desiguais: *a globalização contemporânea e o mundo do trabalho*

Há mais de cento e cinquenta anos já era escrita uma apaixonada e completa explicação de um processo que se assemelha muito, se não é o mesmo, ao que hoje é chamado de globalização (HARVEY, 2006, p.37). Trata-se do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, escrito em 1848, com o intuito de denunciar a

desigualdade desse novo sistema econômico que se consolidava na época, o capitalismo, e conclamar a nova classe dos trabalhadores assalariados de todo o mundo a se unir contra toda essa ordem econômica contraditória e exploradora que começava a se espalhar pelo mundo.

Analisando passagens do *Manifesto* como estas

A burguesia não pode viver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e, portanto, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade... A constante revolução da produção, a perturbação incessante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações estabelecidas e consolidadas, com sua gama de preconceitos e opiniões antigos e veneráveis, são varridas do mapa, e todas as recém-formadas se tornam antiquadas antes de poder fincar raízes. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que há de sagrado é profanado...(MARX *apud* HARVEY, 2006, p. 38-39).

De um lado, pondo em prática a destruição de uma massa de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais ampla dos antigos. Ou seja, criando as condições para crises mais amplas e destrutivas, e reduzindo os recursos de prevenção das crises (MARX *apud op. cit.*, p. 39).

Harvey (2006) afirma que as recentes mudanças do capitalismo, que têm sido chamadas de globalização, na verdade, vêm ocorrendo desde o surgimento desse sistema econômico e são características próprias do seu modo de funcionamento. A classe dos trabalhadores, originada nesse modo de produção, tem desde o seu surgimento procurado também formas de lidar contra essa dinâmica do sistema.

O autor volta até 1492 para explicar o surgimento dessa nova ordem econômica, com as grandes navegações européias, para mostrar como desde os primórdios do capitalismo já havia uma tendência de expansão e de modificação das paisagens pelo mundo com o intuito de acúmulo de capital, dizendo que desde sempre esse sistema teve que realizar “ajustes espaciais” para sobreviver (*op. cit.*, p. 80). O novo sistema econômico em gestação, para se desenvolver, teve que se expandir espacialmente subordinando vários cantos do mundo a sua ordem de acumulação. Em cada nova etapa histórica, o processo de “ajuste espacial” se repetia. Há espaços que ficaram e ficam de fora desse processo ou que são abandonados porque não possibilitam mais a extração de riqueza e, por isso, o autor chamou o processo de “desenvolvimento geográfico desigual” (*op. cit.*, p.40). A globalização para ele, então, seria mais uma etapa desse processo.

O objetivo de começar o capítulo com essa visão deve-se ao fato de que a intenção é esclarecer algumas questões com relação ao trabalho nesse período da globalização. Mais à frente aprofundaremos a discussão sobre esse conceito, a globalização, e sua relação com o mundo do trabalho. Por hora, cabe complementar que na visão desse autor essa nova fase do capitalismo mostrou a enorme força do capital de “fragmentar, de dividir, de diferenciar, de absorver, de transformar e mesmo de exacerbar antigas divisões culturais, de produzir

diferenciações espaciais, de mobilizar geopoliticamente, no âmbito da homogeneização geral produzida pelo trabalho assalariado e pela troca no mercado” (HARVEY, 2006, p. 61). De tal forma que a antiga forma de luta, que o manifesto queria criar, unificando todos os trabalhadores esclarecendo a sua condição de vendedor de mão-de-obra dentro da fábrica, terá de se adaptar a essas novas condições que a globalização impôs ao trabalho para lograr sucesso.

A crítica que Harvey (2006) faz ao *Manifesto* não é o fato de querer unificar os trabalhadores numa luta comum, mas sim o fato de que nele há uma privilégio do tempo e da história em relação ao espaço e à geografia, de forma que pode-se cair no risco de subestimar a capacidade do capital de dispersar a luta dos trabalhadores. Marx acreditava na unificação da classe operária, dando ênfase no processo da divisão em classes sociais contraditórias, deixando de lado o fato de que em cada lugar esse processo se materializava de uma forma diferente. Se é verdade que a indústria e a mercadificação da sociedade homogeneiza os trabalhadores, como nos diz Harvey (2006, p.60), “o capitalismo ao mesmo tempo diferencia os trabalhadores uns dos outros, por vezes alimentando antigas distinções culturais, relações de gênero, predileções étnicas e crenças religiosas”, o que acarreta “na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisões de classe, de gênero, e outras divisões sociais” (p. 60).

De fato, apesar de ser um apelo a todos os trabalhadores do mundo, eles eram nessa época ainda muito desiguais, como ainda o são hoje em dia. O autor não faz mais do que enfatizar a consideração de sempre se ter que considerar as condições materiais de existência, pois por mais que sejam os homens que façam a história, eles a fazem a partir das condições materiais dadas no momento herdadas do passado¹. Seria preciso, então, separar a globalização como o processo material que é, que Harvey (2006, p. 115) chama de “desenvolvimento geográfico desigual”, do projeto político da globalização, que naturaliza certos projetos e esconde os agentes que os promovem (op. cit., p. 80).

3.1. A globalização como processo e a precarização estrutural do trabalho

De fato, o *welfare state*² não existia de forma plena em todos os países do mundo, quando começa a se desmontado na década de 1980. O surgimento desse modelo de gestão do Estado, durante os trinta gloriosos anos de crescimento da economia mundial e de pleno

¹ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX apud IASI, 2007, p. 38).

² O Welfare State (ou Estado de bem-estar social) vigorou nos países centrais do capitalismo desde o final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, quando o processo de globalização começa o seu desmonte.

emprego depois da Segunda Guerra Mundial, é tido como o início da globalização contemporânea por Singer (2001), constituindo-se em “(...) um processo que se realiza sem solução de continuidade a mais de cinquenta anos” (p.19). Esse autor afirma que houve uma primeira tentativa de globalização na segunda metade do século XIX, com uma grande quantidade de movimentação internacional de mercadorias e capital, que foi interrompida pela Primeira e pela Segunda Guerra Mundial, fazendo com que em mais de trinta anos os países se preocupassem mais em investir em suas próprias indústrias nacionais. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a Conferência de Breton Woods, o Plano Marshal e o FMI, os Estados Unidos da América, assumindo o posto de nação hegemônica, esse processo foi retomado (SINGER, 2001, p.20).

Essa perspectiva histórica é interessante para o melhor entendimento do processo de globalização. Singer (2001, p. 21) divide, então, esse processo em duas etapas: uma do final da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 60; e outra do final dos anos 60 até hoje. A primeira fase representou uma integração econômica dos países considerados hoje como desenvolvidos, processo esse que se deu com o investimento massivo nas economias desses países para que suas economias se recuperassem da guerra. Aos poucos, a tecnologia e os padrões de consumo foram se nivelando até que esse bloco de países formou um todo bastante homogêneo.

Já na segunda fase, essa integração econômica foi expandida para os países do dito Terceiro Mundo e, mais recentemente, para os países que faziam parte da ex-URSS. Essa integração se deu com a abertura do mercado interno dos países do centro para os produtos industrializados dos países da periferia e com a constituição de um mercado financeiro internacional, que gerou como resultado um aumento do investimento direto estrangeiro, o que significou a implantação pelo grande capital de indústrias nesses países periféricos para produzir mercadorias para os países centrais. Isso resultou numa reorganização da divisão internacional do trabalho e no surgimento de uma nova classe de países, os semi-industrializados, primeiramente na América Latina, e depois na Ásia oriental (SINGER, 2001, p.21). Na seqüência, o autor deixa bem claro que “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países” (SINGER, 2001, p.21). O que para Harvey (2006) é uma característica intrínseca do capitalismo, que não poderia viver sem seus “ajustes espaciais” (p.80).

Uma diferenciação entre países na economia mundial é esclarecida por Pochmann (sem data) ao dizer que nas várias interpretações sobre a economia mundial e sobre o desenvolvimento do capitalismo é consenso uma divisão: entre países centrais e periféricos.

Os países do centro da economia mundial seriam aqueles de onde parte o comando da produção e a difusão da tecnologia. Enquanto que os países periféricos assumem um papel “subordinado na geração do excedente econômico e dependente na geração e absorção de tecnologia” (POCHMANN, sem data, p. 4). Essa divisão é esclarecida quando o autor explicita as diversas divisões internacionais do trabalho, que aqui é importante para entender as transformações no trabalho e nas ocupações dos diversos países em cada etapa do desenvolvimento da economia mundial.

Durante a primeira divisão internacional do trabalho (nos séculos XVIII e XIX), as ocupações industriais estavam exclusivamente nos países centrais, cabendo aos países periféricos a exportação de matérias-primas. A maioria da população dos países centrais, portanto, estava nas cidades; enquanto que na periferia essa maioria estava no campo. Na segunda divisão internacional do trabalho (a partir do início do século XX), houve a internalização de indústrias dentro de alguns países antes periféricos (processo que foi chamado de periferização da indústria, fordismo periférico, surgimento da sociedade salarial incompleta), emergindo no cenário internacional novos países industrializados, isto é os semi-periféricos. Sob o comando do Estado, que garantia a proteção e a expansão do mercado interno, transformou-se rapidamente as economias agrário-exportadoras em economias urbano-industriais (POCHMANN, sem data).

Essa “abertura de espaços para nações com renda intermediária se mostrou também necessária para a oxigenação de empresas e setores de atividade econômica que se encontravam em declínio no centro capitalista” (POCHMANN, sem data, p.10). Outro aspecto é que a transferência de tecnologia afetou a estrutura sócio-econômica dos países semi-periféricos, possibilitando a formação de segmentos sociais privilegiados com consumo e estilos de vida parecidos com as dos países centrais, deixando à margem desse processo a maioria da população, muitas vezes sob a liderança de governos autoritários (POCHMANN, sem data).

No momento, interessa-nos considerar que não havia homogeneidade na classe trabalhadora dos vários países da economia mundial, apenas havia semelhança na classe trabalhadora nos países centrais do capitalismo do fim da segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1960. Foi lá que nesse período desenvolveu-se o *welfare state*, as conquistas trabalhistas, e uma forma de organizar a produção que foi chamada de fordismo, ou um processo de organização da produção formada pelo binômio taylorismo/fordismo (ANTUNES, 1999).

De acordo com Antunes (1999) o sistema de produção baseado na esteira fordista e no cronômetro taylorista, que começou na indústria automobilística e se espalhou para quase

todos os segmentos fabris dos principais países industrializados, consolidou-se juntamente com “um sistema de ‘compromisso’ e ‘regulação’ em que os sindicatos e partidos políticos serviam como mediadores institucionais de um acordo entre o patronato e os trabalhadores. O Estado que ficava como mediador, na verdade, privilegiava o capital, e o sistema de ‘regulação’ “que, ficou limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o metabolismo societal do capital pudesse ser *efetiva, duradoura e definitivamente* controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (ANTUNES, 1999, p. 38).

A homogeneidade entre os trabalhadores dos países centrais durante esse período, os ganhos sociais e a seguridade social fundamentava essa nova sociabilidade, “desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista” (Idem, p. 39). Ao modelo taylorista/fordista, então, estava associado um sindicato verticalizado, distanciado das bases, que exercia um papel de negociação entre os trabalhadores e as empresas, que se burocratizou e se institucionalizou, e acabou por servir mais ao capital, pois exercia grande controle dos trabalhadores. (ANTUNES,1999). Os trabalhadores dos países periféricos ficavam de fora desse ‘compromisso’ do fordismo, que na verdade tinha sua prosperidade econômica baseada justamente na intensa exploração desses trabalhadores.

Quando no final da década de 1960, a segunda geração dos trabalhadores dos países centrais, insatisfeitos com os simples ganhos de melhoria da capacidade de compra, voltaram a reivindicar o ‘controle social da produção’(ANTUNES, 1999)³, intensificando a luta de classes por meio de grandes jornadas de greves, o capital responde com uma “transferência em grande escala de linhas de produção industrial para a periferia” (SINGER, 1999, p.21).

Esse processo de maior reestruturação da produção industrial junta-se a outros aspectos, como uma revolução tecnológica, a financeirização da economia e uma nova forma de organização da produção para caracterizar uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Para Singer (1999) seria uma segunda fase da globalização. Segundo Antunes (1999, p.35-36), essa fase do capitalismo é caracterizada por uma reestruturação produtiva do capital em escala global com intenção de retomar seu ciclo reprodutivo, devido à crise do padrão fordista de acumulação, que se demonstrava esgotado, através da transição para formas de acumulação flexibilizadas. Essas transformações vêm afetando profundamente o mundo do trabalho, reduzindo o proletariado fabril estável e especializado próprio da indústria taylorista/fordista “dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho” (ANTUNES, 20006, p.6), terceirizados, temporários, subcontratados e etc.

³ Para Antunes (1999), a primeira geração de trabalhadores teria se acomodado com os ganhos materiais proporcionados pelo welfare state. Mas a segunda geração, não sendo tendo vivido as carências anteriores, não pode agüentar as condições de vida de um trabalho alienante.

Analisando a segunda fase da globalização, Singer (1999) relata que no seu início os países semi-periféricos apresentavam uma vantagem comparativa para o capital por conta de uma extensa mão-de-obra já treinada para o trabalho industrial a custos menores que no centro. Esse processo causou no início uma “desindustrialização” de algumas cidades e regiões dos países centrais e uma transferência de empregos para a periferia, mas foram em contrapartida criados mais empregos no centro porque esse também passou a exportar mais para a periferia.

Essa transferência de indústrias, ou o investimento direto estrangeiro, não se deu de forma igualitária no mundo, mas em decorrência de um aprofundamento da concorrência intercapitalista, que levou a “uma maior concentração e centralização de capital, seja nos setores produtivos, seja no setor bancários e financeiro, o que concede uma maior importância para o papel das grandes corporações transnacionais” (POCHMANN, sem data, p. 11). Em consonância com a teoria do “ajuste espacial” do capitalismo de Harvey (2006, p.40), essa análise deixa bem claro a hierarquia e o caráter de dominação ao referir-se a esse processo como

uma nova alternativa de multicolonialismo renovado, como uma forma de construção de vantagem competitiva por parte das empresas. Assim, as empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo, inclusive jurisdições nacionais (POCHMANN, sem data, p.12).

As corporações transnacionais não se furtam a transferir suas fábricas para outras localidades na medida em que haja menores custos e maior chance de lucratividade. Mas essas transferências são de produções industriais que exigem menor qualificação, de tal forma que essa “simples atração de empresas estimuladas pelos baixos custos impede que a diferença de renda que separa o centro do capitalismo da periferia e semi-periferia seja reduzida” (POCHAMNN, sem data, p.13). Estima-se que de 73 milhões de pessoas que as multinacionais empreguem no mundo, 44 milhões estão localizadas nas matrizes, 17 milhões estão nas filiais em países do centro e 12 milhões estão em filiais da periferia e semi-periferia. Esses investimentos se deram, então, principalmente entre os países centrais, sendo que em 1992, por exemplo, esse fluxo representou 68% (OIT, 1995, *CUADRO 11 apud SINGER, 1999, p.22*).

Nessa nova Divisão Internacional do Trabalho, então, houve uma polarização entre a produção de produtos industrializados, ficando o centro com as indústrias de bens “de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção” (POCHMANN, sem data, p. 15). Enquanto que nas economias da semi-periferia

a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, provenientes da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra mais barata possível e qualificada não elevada, além do uso extensivo de matéria-prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos (POCHMANN, sem data, p.15).

Dessa forma, no que se refere às ocupações, pode-se dizer que nesse processo de reorganização do trabalho em nível mundial, as economias periféricas e semi-periféricas tiveram um incremento dos postos de trabalho com baixa qualificação e uma diminuição dos que exigiam uma alta qualificação, enquanto nas economias centrais houve um aumento da produção intensiva com capital e conhecimento e um crescimento de mais de 70% no setor de serviços. Isso significou também uma distribuição desigual dos efeitos deletérios da globalização, uma vez que os países periféricos possuem 70% de suas ocupações nos setores primário e secundário, contra 30% dos países centrais, e são justamente esses setores os mais suscetíveis à competição mundial (POCHMANN, sem data, p.16).

Por trás dessas mudanças na ocupação estava a citada mudança no padrão de acumulação para um modo flexível de acumulação. Esta “se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força humana de trabalho próprias da fase informacional” (ANTUNES, 1999, p. 52). Com relação à estrutura da produção, ocorre a desconcentração produtiva e as terceirizações. Estabelecem-se novas formas de gestão e de trabalho participativo, inclusive surge o sindicalismo de empresa. O método “just in time” é um sinal da postura que visa a eliminação de desperdícios. A intenção, no fim das contas, era aumentar a produtividade, e essas várias transformações na produção, entre as quais o “toyotismo” foi a forma mais exemplar, pois significou uma intensificação da exploração do trabalho. Essas novas formas de organização do trabalho se espalharam das fábricas para todo o mundo produtivo, com várias adaptabilidades e nuances, de acordo com o país (ANTUNES, 1999). É por isso que o surgimento desse novo padrão de acumulação é associado à precarização estrutural do trabalho.

Para Antunes (2006) as transformações no mundo do trabalho ocorrem como num movimento pendular, caracterizando-se por, de um lado, “cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham a fase pretérita do capitalismo” (p. 1); e, por outro, cada vez menos trabalhadores e trabalhadoras têm mais dificuldade em encontrar emprego, se submetendo a qualquer trabalho, ou ficando sem emprego. Essa situação perversa gera a precarização estrutural do trabalho e o desemprego

estrutural, este último explicado por Singer (1999) nos países desenvolvidos da seguinte forma:

O “desemprego estrutural” ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho. Estes vão sendo tipicamente ocupados por mão-de-obra feminina, muitas vezes empregada em tempo parcial, ao passo que os ex-operários moram em zonas economicamente deprimidas, são muitas vezes, arrimos de família, dispõem de seguro-desemprego proporcional aos salários que ganhavam antes, geralmente mais elevados do que os proporcionados pelas novas ocupações (SINGER, 1999, p.23).

De acordo com Singer (*op. cit.*) o desemprego estrutural não necessariamente aumenta o total de pessoas sem trabalho, mas contribui para a deterioração do mercado de trabalho. Tal fenômeno representou uma mudança na correlação de forças entre capital e trabalhadores em favor dos primeiros, por terem sido os trabalhadores industriais os mais atingidos pelo desemprego estrutural e tecnológico. No sentido de melhor compreender esse fenômeno social o autor aconselha o emprego de precarização do trabalho em vez de “desemprego”, posto que os empregos novos que estão com todas essas transformações não oferecem as mesmas condições em termos de direitos trabalhistas (Idem, p. 23-24). Além disso, esse processo também tem aumentado a informalização do trabalho, que em 2007 representava mais de 50% das atividades (ANTUNES, 2006, p.5).

Singer (1999) afirma ainda que “a precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército industrial de reserva e o agravamento de suas condições” (p.29). No Brasil, essa exclusão aumentou o trabalho informal entre a população pobre, que muda de atividade, por necessidade de não passar fome, e faz surgir uma “nova pobreza”. São trabalhadores da classe média, que fazem aumentar o ‘desemprego aberto’, na medida em que outro membro da família com renda pode garantir a dedicação a busca por trabalho (*op. cit.*, p.31).

Os pobres, que de acordo com Singer (1999), “raramente podem se dar ao luxo de ficar ‘desempregados’”(p.31), são impactos por esse novo modelo econômico pois:

não são diretamente atingidos pelas mudanças que a terceira revolução industrial e a globalização estão provocando nas relações de produção, embora o aumento do seu número, em função do empobrecimento de parte dos desempregados, sobretudo dos que ficam sem trabalho por longos períodos, agrave a concorrência nos mercados informais, em que os pobres oferecem seus serviços. A transformação de operários metalúrgicos ou têxteis em bóias-frias, por exemplo, deve provavelmente pressionar para baixo a remuneração desta categoria (idem, p. 32).

Já Antunes (2007) não se preocupa em separar entre pobres e médios, mas realiza as considerações sobre o mundo do trabalho referentes ao que ele chamada de classe-que-vive-do-trabalho, os homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho (...) e que são despossuídos dos meios de produção”(p.6).

Os dois autores, porém, concordam que houve uma maior segmentação no mundo do trabalho, ou a explicitação de uma que estava velada, nessa nova fase do capitalismo. Antunes (2007) ainda relata outros fatores dessa precarização do trabalho, como a inclusão de mulheres e crianças nesse mundo do trabalho, a exclusão de jovens e velhos, o trabalho domiciliar (propiciado pelas novas tecnologias informacionais) e o surgimento do trabalho no terceiro setor (ONGs, associações, falsas cooperativas, etc...). Tudo para confirmar que hoje a classe trabalhadora é muito diferente do proletariado industrial do século passado, para dizer que há hoje uma nova “*morfologia do trabalho*” (ANTUNES, 2007, p. 22).

3.2. A globalização como fábula e perversidade: o papel da ideologia

Todo esse processo de mudança de padrão de acumulação do capitalismo, de reorganização da produção, de reestruturação produtiva, de ajustes espaciais, que incluiu a transferência de indústrias inteiras em busca de menores custos e um aumento da precarização do trabalho em todo o mundo, são todos fatos próprios da globalização. Entretanto, esse processo de transformação material, e de mudanças na economia e na sociedade, não poderia ter ocorrido se não houvesse uma legitimação simbólica, se não houvesse um discurso que justificasse as ações. É a esse âmbito que Harvey se refere quando diz que a globalização, além de um processo, é também “um tipo específico de projeto político” (Harvey, 2006, p. 80).

Aos projetos políticos, idéias que legitimam um certo tipo de ação política, foram chamadas por Marx de ideologia. Segundo Marx e Engels (2007), descrevendo a realidade, as idéias dominantes de um período numa determinada sociedade são as idéias da classe dominante dessa sociedade, e, portanto, representam os seus interesses. A ideologia que sustentava o capitalismo na época de Marx, era a da burguesia, o liberalismo, cujos princípios estão expressos nas idéias de autores liberais como Adam Smith e David Ricardo. Não à toa, muitas páginas do seu *O Capital* são dedicadas para refutar as idéias desses e de outros pensadores da economia política liberal. É com esse sentido de ideologia que Peet (2005) tenta explicar a atualidade, dizendo que “as políticas de desenvolvimento feitas e impostas pelas instituições de Estado (e agora de governança) são ideologias produzidas no interesse das elites econômicas dominantes” (p.24).

No mesmo texto, o referido autor, depois de explicar a origem do conceito de ideologia, continua explicitando algumas contribuições nessa teoria que nos ajudam a entender o presente, como a idéia de hegemonia, de Gramsci (1971), e os aparatos ideológicos do Estado, de Althusser, conceito vindo da idéia de que essa hegemonia é garantida por meios de algumas instituições específicas (PEET, 2005, p.26). Na época em que Gramsci (*op. cit.*) escrevia sua contribuição de como se dava o domínio ideológico, ele se preocupou em entender mais como ela estava presente no senso comum e em instituições como clubes, partidos políticos, igrejas, associações culturais, escolas, sindicatos, onde esse senso comum era produzido e difundido. Hoje em dia, segundo Peet (2005) essas idéias são difundidas e produzidas por diretores de cinema, apresentadores de televisão, “analistas econômicos, pensadores dos *think tanks* e professores *superstars*” (p.26). A ideologia hegemônica hoje, aliás, é conhecida como neoliberalismo.

Durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, a idéia que se tornou hegemônica e guiou, por décadas, a política de muitos países foi a do “desenvolvimento”. Esteva (2000) faz um histórico do surgimento do termo e de suas origens e explicita o poder de sua influência no pensamento de vários teóricos que orientaram políticas em âmbito mundial. Com essa idéia de desenvolvimento, surge uma outra, a do subdesenvolvimento, como seu oposto. Com essa classificação, todos aqueles países que não eram considerados desenvolvidos, passaram a ser subdesenvolvidos. Eles mesmos passaram a se reconhecer como subdesenvolvidos. Não somente tendo sido homogeneizados a despeito de suas diferenças, o principal efeito que isso causou foi a percepção de que a solução dos problemas identificados como próprios do subdesenvolvimento (como a pobreza, fome, marginalidade, atraso econômico e até desemprego) se daria através da busca ao desenvolvimento (ESTEVA, 2000, p. 61).

Esse conceito de desenvolvimento, utilizado por instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas, para orientar as políticas de vários países (os chamados de subdesenvolvidos), passou por várias mutações desde o seu surgimento até hoje. Deixou de ser sinônimo de crescimento econômico, para incluir uma preocupação social, e depois se desmembrar em várias especificações como ‘desenvolvimento do ser humano’, ‘desenvolvimento integrado’, ‘desenvolvimento endógeno’, ‘desenvolvimento participativo’, etc... (ESTEVA, 2000). A solução para a pobreza, para a falta de trabalho adequado para todos passou a ser, então, à época, o desenvolvimento. Até hoje, revestida com outros adjetivos, sobrevive a idéia do desenvolvimento, como o desenvolvimento local ou o desenvolvimento sustentável. Não é preciso dizer que essa busca por desenvolvimento não

resolveu os problemas que prometia. Uma explicação para isso, que se aproxima muito da definição de ideologia, é a de que

ela exhibe uma falsificação da realidade produzida através de um desmembramento da totalidade de processos interligados que compõem a realidade mundial e a subsequente utilização de um dos fragmentos resultantes desse desmembramento, isolado dos demais, como ponto de referência geral (ESTEVA, 2000, p. 66).

No final da década de 1970, depois de já iniciado o processo de reestruturação produtiva e de transformação do padrão de acumulação em nível mundial, se afirma uma nova ideologia para justificar esse processo que é o neoliberalismo. O neoliberalismo propunha, entre outras coisas, a desregulamentação dos mercados financeiros, o livre-mercado, a flexibilização das leis trabalhistas, o enxugamento do Estado, a privatização de empresas públicas e a implementação de políticas fiscais e monetárias alinhadas com as orientações de organismos internacionais como o FMI (ANTUNES, 2007; POCHMANN, sem data; HARVEY, 2006). Como um programa político de governos como Thatcher e Reagan, na Inglaterra e nos EUA, se espalha pelo mundo e está intrinsecamente ligado à globalização, o que faz Harvey (2006) identificar esses processos chamando-os ora de “neoliberalismo globalizante” (p.27), ora de “globalização neoliberal” (p.105).

Na atual fase do capitalismo, essa esfera do discurso tem extrema importância de tal forma que ela chega a se diferenciar, por isso, das épocas anteriores. Segundo Santos (2004b)

o fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa (p.39).

Nesse sentido, a definição de globalização de Santos (2005; 2004) é bastante esclarecedora. Segundo o autor, a globalização se apresenta hoje como ‘fábula’ e como ‘perversidade’ (SANTOS, 2005). Numa obra posterior, o autor afirma ainda a necessidade de se reconhecer uma outra dimensão, a da possibilidade, com as condições técnicas atuais, da construção de uma outra globalização (SANTOS, 2004b).

Na sua visão, a globalização perversa que está sendo construída deve-se à tirania do dinheiro e à tirania da informação. Aliás, ela só é possível por causa do sistema ideológico atual que influencia a cultura, o ‘ethos’ da sociedade, conformando as relações sociais e instaurando uma competitividade nas vidas pessoais, sugeridas pela produção e pelo consumo, o que o autor diz ser “a fonte de novos totalitarismos” (SANTOS, 2004b, p. 37). A informação exerceria um papel despótico, e teria sua validade porque na época atual o

mundo da informação está intrinsecamente ligado ao da produção. Isso porque “a informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas” (SANTOS, 2005, p.148).

O que essa visão sobre a globalização tem de específico, com relação às outras supracitadas, é o ponto de partida na análise do espaço e da ideologia. Assim, a globalização teria refuncionalizado os lugares do mundo em função do todo. E essa refuncionalização se baseou nas novas condições técnicas e sociais descritas da seguinte maneira:

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificação e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. (...) Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 2005, p. 148).

Essa característica de estar agora interligados, de maneira íntima, a produção, a ciência e a informação, faz surgir o que o autor chama de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2005, p.148). O meio geográfico hoje não é mais nem natural nem só técnico, mas é construído de uma forma que possui objetos técnicos carregados de conteúdo científico que só podem ser funcionalizados por meio de informação. A definição de Santos (2005) sobre o espaço geográfico é a de “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p.166). Em outras épocas, esses sistemas técnicos foram vários no mundo. Hoje ele tende a ser unificado. Existe um sistema técnico hegemônico, e, portanto, objetos técnicos hegemônicos nos lugares, que permitem a ação de atores hegemônicos sobre essas técnicas. Assim, se daria uma unificação do mundo na globalização, fazendo os lugares funcionarem de acordo com os interesses desses atores hegemônicos (SANTOS, 2005).

Os lugares no mundo não possuem a mesma densidade técnica, ou seja, os objetos técnicos não estão distribuídos, nem qualitativa nem quantitativamente, de forma igualitária no mundo. Existem, pois, lugares com maior densidade técnica e lugares com menor densidade. Essa diferença entre os lugares fez Santos (2005, p. 148) usar a metáfora de “zonas luminosas”, para os lugares com maior densidade técnica, e “zonas opacas”, com quase nenhuma densidade técnica, sendo que entre uma e outra existiriam incontáveis variações e situações intermediárias. As zonas luminosas seriam ricas em conteúdo científico e tecnológico e entre elas estabelecem-se grandes fluxos de informação, capital e mercadorias, e por isso seguiriam um tempo rápido. As zonas opacas conteria um tempo lento, produzido por tecnologias não hegemônicas. A globalização se daria mais

intensamente entre esses espaços mais dotados de racionalidade, mais dóceis a esses fluxos, de maneira que ela é então construída de forma desigual no planeta (SANTOS, 2005).

Com essa diferenciação o autor desmistifica algumas das fábulas da globalização: a de que o mundo estaria se tornando uma “aldeia global” unido pelos meios modernos de comunicação; e a do espaço e tempo contraídos, que encurtaria as distâncias do mundo. Na verdade, porém não são todos os lugares que estão interligados, que fazem parte dessa rede, e, portanto, não é o mundo todo que faz parte dessa “aldeia global” e que teria o espaço encurtado. O espaço global seria formado de fluxos, uns mais rápidos e outros mais lentos. Os espaços da racionalidade seriam os espaços mais rápidos, que seriam apenas um “subsistema do espaço global, subsistemas de objetos dotados de nível superior de tecnicidade e de ações marcadas por nível superior de intencionalidade e racionalidade. Estes (objetos e ações) seriam mais moldados pela informação do que nos outros sistemas” (SANTOS, 2005, p.149-150).

Assim, “o espaço global seria formado de redes desiguais... (...) Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios” (*op. cit.*, 2005, p. 150). O resto do território seria o espaço banal de todos os outros homens e firmas. Essa diferente interligação nas redes globais causa dois processos que o autor chama de *horizontalização*, ou horizontalidades, e *verticalização*, ou verticalidades. A primeira seria as ações similares construídas no território contíguo e está baseado no cotidiano dos homens. A segunda tem a ver com ordens dos atores hegemônicos muitas vezes de fora do território, com lógicas exógenas, hierárquicas, vindas das grandes firmas ligadas às correntes da globalização (SANTOS, 2005).

Porém, as verticalidades, por atender a interesses de fora do território, de empresas hegemônicas, de aumentar os lucros, acabam por exercer um papel desagregador das solidariedades locais, desorganizando o território em nível local. Segundo Santos (2004b) essa é uma ‘ordem desordeira’ global, que não tem limites e, além de desagregador, acaba por ser também, “excludente, fragmentador, seqüestrando autonomia ao resto dos atores” (p. 86).

Outros mitos da globalização são o do enfraquecimento do Estado e o da humanidade desterritorializada. Na verdade, porém, as empresas continuam precisando do Estado para garantir a adaptação do território para as necessidades de fluidez dos capitais globalizados, enquanto que este fica com cada vez menos recursos para dedicar a tudo o que é social, para as populações (SANTOS, 2005, p.66). A humanidade, também, não está desterritorializada, como se propaga. São os capitais, mercadorias e informações que estão mais livres para

circular, possibilidade garantida pelos Estados, enquanto que às pessoas esta não é garantida, e elas são, mesmo, impossibilitadas de ter tamanha mobilidade (p. 66).

Esses mitos produzidos pelo sistema ideológico atual são garantidos pela violência da informação e do dinheiro, de tal modo que o autor chama de *tiranía do dinheiro*, essa que propicia a fragmentação das percepções e permite o estabelecimento e aceitação geral de um discurso único do mundo (SANTOS, 2004b, p.38). Esse discurso único do mundo é que seria a idéia já explicitada de globalitarismo propiciado pelas técnicas hegemônicas. Segundo as próprias palavras do autor

Como as técnicas hegemônicas atuais são, todas elas, filhas da ciência, e como sua utilização se dá ao serviço do mercado, esse amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é uma das fontes do poder do pensamento único. Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de idéias científicas, indispensáveis à produção, aliás acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas (SANTOS, 2004b, p.53).

Assim, a globalização como perversidade, uma perversidade sistêmica, só é produzida por causa do sistema ideológico atual, produtor das fábulas da globalização e dela mesmo enquanto projeto político, legitimando a produção de desigualdades. Essa perversidade sistêmica é apoiada pelos Estados nacionais, uma vez que estes fazem a política das empresas globais, causando a morte da Política, enquanto uma visão de conjunto sobre os problemas da sociedade (SANTOS, 2004, p. 67). Dessa maneira, a pobreza, que é produzida pelas ações das empresas globais em nível global, é vista como algo banal, natural (*op. cit.*, p. 73), apesar de ser uma *pobreza estrutural globalizada* resultado de uma ação deliberada do Estado em favor das empresas (*op. cit.*, p. 72).

Essa visão de Milton Santos, apesar de suas especificidades, chega às mesmas conclusões de Harvey (2006) e Antunes (2007), de que a globalização tem causado a fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho que se tornou “mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada” (ANTUNES, 2007, p. 12). E é justamente essa fragmentação que permite a imposição do projeto político da globalização, que segundo Harvey (2006) faz a luta de classes se dissolver facilmente “em toda uma série de interesses comunitários geograficamente fragmentados, facilmente cooptados por forças burguesas ou explorados pelos mecanismos da penetração neoliberal nos mercados” (p. 61).

3.3. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e a organização dos trabalhadores

De fato, a reestruturação produtiva em nível internacional propiciada pela globalização e pelo neoliberalismo, que têm como conseqüências a precarização estrutural do

trabalho e a fragmentação dos trabalhadores, pode-se dizer que “dissolveu” a luta de classes, como disse Harvey (2006, p.61). Essa dissolução pode estar relacionada com a crise do sindicalismo nas décadas de 1980 e 1990, indicada por meio da “progressiva natureza defensiva das lutas cotidianas dos trabalhadores, o significativo refluxo dos projetos anticapitalistas e, conseqüentemente, a tendência de integração (que é sempre parcial e tensa) à ordem do capital” (GRACIOLLI, 2009, p. 11).

Essa crise do sindicalismo no mundo, representada pelas enormes taxas de dessindicalização durante as décadas de 1980 e 1990, deve-se segundo Graciolli (2009, p. 27) à incapacidade das centrais sindicais de darem uma resposta adequada ao processo de reestruturação do capital. Até a década de 1970, o que estava acontecendo em relação à organização dos trabalhadores era um sindicalismo verticalizado e hierarquizado, e realizando os acordos entre trabalhadores e empresas próprios do sistema de regulação do taylorismo/fordismo (ANTUNES, 2007). Com a crise do padrão de acumulação fordista entrou em crise também o sistema de regulação social e o estado de bem-estar-social, com todas as conquistas que os trabalhadores haviam conseguido.

Isso se deveu a junção entre o projeto ideológico e a reestruturação produtiva industrial concreta, que são duas faces do neoliberalismo (GRACIOLLI, 2009, p. 34). Por um lado ele dividiu a classe dos trabalhadores em: trabalhadores estáveis e qualificados (em cada vez menor quantidade); trabalhadores que operam por subcontratação (os terceirizados); e aqueles trabalhadores excluídos do mercado de trabalho por longos períodos (*op. cit.*, p.26). Por outro lado, no plano dos valores, predominava o discurso único, preparado por intelectuais e apregoadado pela mídia, e a integração a ordem do capital como única solução possível.

As centrais sindicais burocratizadas e verticalizadas, herdeiras do fordismo, não conseguiram agir com presteza diante dessa nova cisão dos trabalhadores. A resposta que elas deram foi a defesa dos interesses dos trabalhadores estáveis e qualificados e a aceitação do projeto neoliberal, que significava privatizações de tudo o que era estatal, desflexibilização da legislação trabalhista, aceitação da competição, da lógica de busca de eficiência e de atração de capitais. Graciolli (2009) descreve assim essa situação dos sindicatos

quando o movimento sindical, ou parte dele, estiver vinculado ao programa político-econômico-social, exigirá a real possibilidade de um isolamento desses sindicatos diante do conjunto dos trabalhadores, uma vez que eles tendem a se pautar por uma muito duvidosa defesa dos interesses mais imediatos do núcleo de trabalhadores “estáveis”, vivendo, concretamente, o corporativismo que o integra à lógica do capital (p. 37).

Sobre essa inserção dos trabalhadores à lógica do capital, Gramsci formulou a expressão “a hegemonia vem da fábrica” (1988, apud GRACIOLLI, 2009, p. 14), referindo-se ao fato de que “uma determinada visão de mundo adquire a capacidade de racionalizar o cotidiano e ganha a condição de direção intelectual, moral e política se estabelecida, em primeiro lugar, no mundo do trabalho” (*op. cit.*, p.14). Isso quer dizer que a racionalidade do trabalho dentro da fábrica extrapola o mundo da produção e influencia todo o resto da sociedade. O jeito de pensar a realidade, o projeto político, o possível, está ligado ao jeito de pensar a produção material.

Nas décadas finais do século XX, com a globalização, a terceira revolução industrial, o fenômeno de “fetichização da ciência”, que já na primeira metade do século XX Adorno descrevia (GRACIOLLI, 2009, p. 17), se acentua de maneira a legitimar toda a realidade sócio-econômica de um em que a ciência está como nunca antes ligado à esfera da produção. Esse mundo é descrito por Santos (2005) como um meio técnico-científico-informacional que é produzido pela *globalização* e que produz o *globalitarismo*. Santos (2004), em outro momento, descreve assim o efeito da técnica no mundo atual

De fato, a técnica é mais aceita que compreendida. Como tudo parece dela depender, ela se apresenta como uma necessidade universal, uma presença indiscutível, dotada de uma força quase divina a qual os homens acabam se rendendo sem buscar entendê-la. É um fato como no cotidiano de todos, por conseguinte, uma banalidade, mas seus fundamentos e seu alcance escapam à percepção imediata, daí seu mistério. Tais características alimentam seu imaginário, alicerçado nas suas relações com a ciência, na sua exigência de racionalidade, no absolutismo com que, ao serviço do mercado, conforma comportamentos; tudo isso fazendo crer na sua inevitabilidade (2004, p. 45).

Somado a isso, ainda há o fato de esse padrão de acumulação flexível, esse jeito de produzir de forma flexibilizada, cuja maior expressão é o *toyotismo*, com a lógica de minimizar custos e de otimizar a produção, se apropria agora, além da capacidade de fazer do trabalhador, também do seu saber. O trabalhador *toyotista* deve fazer e pensar para o capital, o que aparenta ser uma abertura maior para a participação do trabalhador dentro da empresa, significa um aumento de produtividade e uma economia de postos de trabalho, já que não seria mais necessário um supervisor ou um gerente. Antunes (2006) chama esse processo de *estranhamento* próprio do *toyotismo* de “envolvimento cooptado” (p. 42).

Assim, os sindicatos de trabalhadores que tinham se consolidado com um discurso social democrata no período pós-guerra, mas que ao final da década de 1960 tinham retomado uma postura combativa, reivindicando não só melhorias na condição de vida, mas o controle social da produção, renderam-se a ordem do capital dedicando-se somente a atividades de acordos entre as empresas e os trabalhadores, dentro da ordem capitalista

(ANTUNES, 2006). Ascende no neoliberalismo um sindicalismo de *concertação social*, que no plano internacional é representado pelo surgimento do *novo trabalhismo* inglês, de Tony Blair e, no Brasil, pelo surgimento de uma nova central sindical, a Força Sindical (GRACIOLLI, 2009).

No Brasil, aliás, assim como o processo de reestruturação produtiva chega mais tarde, o neoliberalismo só foi introduzido no início da década de 1990 com a eleição de Fernando Collor de Melo e a adoção logo no início do seu governo de políticas neoliberais, sendo prosseguido pelas políticas de estabilização econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, o sindicalismo só foi conhecer uma transformação no início da década de 1990 (ANTUNES, 2004). Num movimento contrário ao do mundo, durante a década e 1980, o Brasil conheceu uma ascensão do movimento sindical, com a realização de grandes greves, na região do ABC paulista, e a criação de uma central sindical nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (GRACIOLLI, 2009). Era um sindicalismo combativo, que continha traços de questionamento da ordem do capital, mas que foi aos poucos se perdendo. No final da década de 1980, a CUT já estava sofrendo com a verticalização e burocratização dos sindicatos, e nos últimos congressos nacionais dessas centrais, já não havia tanto a participação da base como tinha ocorrido com os três primeiros (*op. cit.*, 2009, p. 29). No início da década seguinte, foi fundada a Força Sindical, a partir de algumas dissidências da CUT, com uma liderança que tinha um discurso considerado moderno, e até apolítico, pela mídia, Luiz Antônio de Medeiros. Mais tarde essa central sindical elaborou um projeto para o Brasil que continha a aceitação da economia de mercado e de vários princípios do neoliberalismo, propondo ser um sindicato de parceira, de acordo com o capital (*op. cit.*, p. 47).

Assim, o capital conseguiu anular a ação dos trabalhadores organizados, de uma maneira até mais eficaz, não proibindo a organização sindical, como ocorrera no início do capitalismo (SINGER, 2002, p.27), mas fazendo-os “aderir ao ideário neoliberal” (GRACIOLLI, 2009, p. 47). Institucionalizados e distantes dos movimentos sociais anti-capitalistas, os sindicatos não dispunham de projetos “para além do capital” (ANTUNES, 2006, p. 44). Preocupados com imediatismo e com interesses corporativos, deixaram de propor alternativas que visassem a construção de uma nova hegemonia. A confluência do fortalecimento do neoliberalismo e da derrocada dos regimes socialistas no leste europeu piorou ainda mais a dificuldade da construção de projetos contra-hegemônicos. Surgiram teorias sobre o fim da história e o fim do trabalho, como uma categoria central para entender o mundo.

Dessa forma, com a fragmentação do mundo do trabalho e a abdicação do sindicalismo do controle social da produção, de onde viriam as utopias? Antunes (2007) indica, depois da sua análise do surgimento de uma *nova morfologia do trabalho*, que ela “significa também um *novo desenho das formas de representação das forças sociais do trabalho*” (p. 22). Harvey (2006) analisa de forma similar esse processo quando se questiona o que acontece com a organização da classe trabalhadora, que tradicionalmente partia do espaço da fábrica, no momento em que a globalização neoliberal provoca mudanças drásticas na esfera da produção. Diz ele:

Mas o que acontece quando as fábricas desaparecem ou se tornam tão fluidas que dificultam, quando não impossibilitam, a organização permanente? Ou o que acontece quando boa parte da força de trabalho se torna temporária ou eventual? Nessas condições, a organização do trabalho à maneira tradicional perde sua base geográfica, sofrendo sua força uma correspondente diminuição. Tem-se pois de construir modelos alternativos de organização (p.74).

Essa transformação da base geográfica dos trabalhadores exige, pois, uma nova forma de organização, novas estratégias de ação e novas utopias.

4. Do circuito inferior a um sistema alternativo de produção...

Segundo Santos (2005), a resistência da sociedade civil contra a lógica do capital e a produção de um outro projeto viriam da escala do lugar. É lá onde os homens vivem e onde se dá a realização das influências das forças da *verticalização* e da *horizontalização*, na construção de um espaço banal. No lugar, há as contradições do sistema e é através dele que conhecemos o mundo como ele já é. Mas também nesse âmbito, no cotidiano dos homens, podemos pensar o que ele pode vir a ser. Uma vez que lá existe a oportunidade do evento, há “a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente dos projetos dos atores hegemônicos” (p.103).

É claro que a possibilidade da construção dessa história diferente vai depender da capacidade das ações e dos projetos extrapolarem a escala do lugar e se contraporem às ações e projetos hegemônicos também nas escalas mais amplas. Nesse sentido que Harvey (2006), baseando-se em indicações do *Manifesto do Partido Comunista* sobre como se daria a luta dos trabalhadores, diz que

É preciso encontrar formas de ligar o micro espaço do corpo ao macro espaço daquilo que hoje recebe o nome de ‘globalização’. O Manifesto sugere que se pode fazer isso ligando o pessoal ao local, depois ao regional, em seguida ao nacional e, por último, ao internacional. Há uma hierarquia de escalas espaciais na qual se tem de construir a política de classe (p.74).

Santos (2005) concorda com essa perspectiva. Aliás, os dois enfatizam que as ações organizadas em escalas maiores, como a regional, a nacional e a internacional, devem partir de organizações em escalas inferiores, a partir da escala do corpo, para Harvey (2006), e da escala local, para Santos (*op. cit.*). Assim, Santos (2005) afirma que “por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas” (SANTOS, 2005, p.143).

Uma transformação dessa ordem do mundo de hoje, construída verticalmente pelos vetores da globalização, seria edificada de “baixo para cima” (idem, 2004a, p.170). A partir dessa força do lugar, é que teria que haver uma junção entre esforços práticos e a produção de um discurso:

A partir das metamorfoses, pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração de um novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade (SANTOS, 2004a, p. 168).

Ora, uma visão que se baseia também em uma “ressurreição da idéia e da prática da solidariedade” (*op. cit.*), é a de Singer (2002), no que ele chama de economia solidária. Apesar de as visões desses dois autores não convergirem em todos os pontos, as ações que Singer (2002) interpreta como sendo economia solidária vêm dessa escala do lugar e tentam recriar a prática da solidariedade. A economia solidária tem se apresentado como um discurso político, como uma alternativa, até como uma nova ideologia⁴.

O autor designa por economia solidária formas de organização e associação de trabalhadores para a produção, consumo ou venda de algum serviço, de forma democrática, igualitária e autogestionária, com uma perspectiva de se construir numa forma de economia diferente da capitalista (intrinsecamente heterogestionária e não democrática). Essa forma se daria através da autogestão nos grupos de trabalhadores, e da adesão a princípios como solidariedade, cooperação e democracia, pelo menos dentro dos empreendimentos econômicos (*op. cit.*).

Essa resposta de organização de trabalhadores contra a forma hegemônica da economia capitalista teria surgido, segundo o autor, desde os primórdios do capitalismo industrial, com o movimento cooperativista do início do século XIX e com os socialistas utópicos (*op. cit.*, p.24). Já nessa época o autor identifica a perspectiva de que essas organizações pretendiam se organizar num sistema superior, no sentido de que propiciaria

⁴ Ver resenha de PAGOTTO (2009). Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/093/93res_pagotto.htm. Acesso em: 18 nov. 2009.

melhores condições de vida, ao do sistema capitalista (*op. cit.*, p.114). As experiências de economia solidária do século XIX foram perdendo força na medida em que começava a se constituir o estado de bem-estar social e a conquista de melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

A economia solidária, na sua visão, teria sido reinventada no final do século XX por causa de alguns efeitos nefastos da globalização como a falência de indústrias, a transferência de grandes plantas industriais dos países centrais e semi-periféricos para onde a mão-de-obra era mais barata, o desemprego em massa, a precarização do trabalho e a expulsão de trabalhadores do mercado formal de trabalho, que foram jogados à informalidade (SINGER, 2002). Essa *exclusão social* teria aumentado nos últimos anos devido à reestruturação produtiva mundial da globalização e do neoliberalismo, fazendo ressurgir a economia solidária num “novo cooperativismo” (*op. cit.*, p. 111).

A consideração da economia solidária como uma novidade nessas últimas décadas relacionada com a exclusão social é interpretada como um equívoco por França Filho e Laville (2004). De acordo com esses autores, muitas das práticas dessa economia solidária são práticas muito antigas na sociedade brasileira de tal modo que não se pode considerá-las como a expressão de um fenômeno novo. Por outro lado, a *exclusão social*, entendida como o não oferecimento de vagas de emprego formais em atividades modernas, também não seria uma novidade da globalização, uma vez que a sociedade brasileira, assim como as outras tantas sociedades de países subdesenvolvidos, já tem como parte intrínseca de sua formação sócio-econômica a existência de trabalhadores que não estão empregados na esfera do mercado de trabalho formal, mas que, apesar disso, contribuem para o funcionamento da economia (*op. cit.* p. 158).

Aqui cabe, então, para melhor compreensão, uma revisão sobre a teoria de Santos (2004a) sobre a estruturação e o funcionamento da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Segundo esse livro de Milton Santos da década de 1970, *O Espaço Dividido*, a economia urbana dos países subdesenvolvidos se caracteriza por uma bipolarização, ou seja, a existência de dois circuitos na economia das cidades: o circuito superior e o circuito inferior.

O primeiro se refere a atividades modernas, de capital intensivo e com tecnologia imitada. Fazem parte desse circuito “bancos, comércio e indústria de importação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 2004a, p. 40). Já o circuito inferior se constitui por “formas de fabricação de ‘capital não-intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (*op. cit.*, p. 40).

Esse dois circuitos se definiriam não somente pelo conjunto das atividades, mas também pelo setor da população que a elas estão ligadas por meio do trabalho ou do consumo. Apesar de se ter setores da população, como as classes médias, ou setores de atividades que participam dos dois circuitos (atividades mistas), essa classificação bipolar é válida por ajudar a entender as cidades nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2005).

Os dois circuitos estão ligados e são, na verdade, dependentes um do outro. Eles são a consequência de um mesmo processo que foi a modernização dos países subdesenvolvidos. Esta última é definida também como uma difusão de inovações, o espalhamento de um sistema técnico a partir dos países centrais do capitalismo, de suas firmas, para o resto dos países, que se torna então hegemônico. Nos países subdesenvolvidos, a realização da industrialização se deu por meio da introdução de tecnologia de capital intensivo, numa etapa já de capitalismo monopolista bem desenvolvido, o que acabou resultando numa alteração do consumo na sociedade (por causa do efeito demonstração) ao mesmo tempo em que criavam um número limitado de empregos, isso quando eles eram para os trabalhadores do próprio país (SANTOS, 2004a). Assim, o autor resume

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2005, p. 37).

Há, enfim, uma relação de interdependência entre esses dois circuitos, mas eles não têm um mesmo poder, existindo na realidade uma relação de dominação: o circuito inferior é dependente do circuito superior (SANTOS, 2004a). O autor afirma isso citando um precursor da teoria da dependência: “esses pobres, como Gunder Frank disse enfaticamente (...), não são economicamente marginais, mas explorados, não são politicamente marginais, mas oprimidos” (SANTOS, 2004a, p. 196). O que ele está querendo enfatizar é que a pobreza nos países desenvolvidos é o resultado da “ação conjugada das estruturas monopolísticas e do Estado. (...) O Estado, como vimos, participa do agravamento do fenômeno através de sua política econômica e fiscal” (*op. cit.*, p. 187). A adoção de um modelo de crescimento importado, com tecnologias importadas, e a serviço de grandes firmas monopolísticas, impede a expansão do emprego e é responsável pela distribuição de renda injusta nos países subdesenvolvidos.

Durante a década de 1970, inclusive, surge a noção de “pólo marginal da economia”, de sociólogos latino-americanos ligados à teoria da dependência, como Aníbal Quijano e Fernando Henrique Cardoso (SANTOS, 2004a, p. 195) e o conceito de *marginalidade*. Porém, observa o autor que é um termo com o qual deve se tomar cuidado, uma vez que ele pode remeter a persistência de um setor tradicional na economia, junto de um setor moderno. Na verdade, porém, apesar de poder ainda existir essas práticas tradicionais, a existência desses dos circuitos tem a mesma causa e há uma relação de troca entre eles, ou uma relação de exploração, mediada pelas classes médias e pelos intermediários do comércio, que fazem chegar um lucro dessa troca até as firmas do circuito superior. As duas possuem uma lógica própria, uma é a racionalidade econômica voltada unicamente para aumentar os lucros, e a outra está voltada para aproveitar da melhor maneira os recursos escassos, usando de uma maior inventividade para a sobrevivência na economia capitalista. (SANTOS, 2004a).

Não existe também, portanto, dualidade, uma vez que todos estão fazendo parte dessa economia moderna, mesmo as atividades tradicionais, por meio do consumo sugerido pelos meios de comunicação de massa. Dessa forma, “...nas condições atuais permanecer, prisioneiro de uma economia tradicional significa estar privado das formas de consumo que definem, nos dias de hoje, os limites entre os providos e os desprovidos.” (SANTOS, 2004a, p.196).

O circuito inferior é assim o âmbito das estratégias de sobrevivência dos setores populares, que cresceu, somando-se às populações pobres urbanas aquelas advindas do campo. O emprego difícil nos setores modernos é fácil no circuito inferior devido à não necessidade de capital nem de alta qualificação (SANTOS, 2004a, pp.204-205). Desta forma, o circuito inferior se pulveriza em uma miríade de atividades como pequenos comerciantes, vendedores de rua, de porta em porta, ambulantes, trabalhadores domésticos, prestadores de serviços de baixo custo, artesãos, autônomos do comércio e da indústria, trabalhando em casa, em minúsculos estabelecimentos, com trabalho intensivo, familiar e com estoques reduzidos. Essa situação seria similar nas grandes cidades de todos os países subdesenvolvidos, cada qual com suas particularidades, mas indicando ser um problema sistêmico (*op. cit.*).

Dentro do que seria o circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos, na classificação de Santos (2004a, 2005), França Filho e Laville (2004) ainda fazem uma distinção entre três tipos de atividade: a economia popular, a economia informal e a economia popular e solidária. Os autores definem, primeiro, o que seria uma economia popular que se constituiria por aquelas atividades econômicas de um forte caráter

local e comunitário, reproduzindo valores de solidariedade própria desse cotidiano, articulando as necessidades com saberes no plano local,

mas que muitas vezes pode até articular-se com o plano institucional, ou seja, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, freqüentemente acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 162-163).

Após definirem essa economia popular, que articula saberes populares, ajuda institucional e raízes locais, os autores a diferem de uma economia informal, que se caracterizaria por “microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais, não apresentando desse modo uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral” (*op. cit.*, p. 163).

Há ainda interpretações que se referem às transformações recentes do capitalismo mundial, a reestruturação produtiva, explosão do mercado financeiro, aumento da competitividade e adoção de formas flexibilizadas de produção, como causadoras de um aumento da informalidade, ou do processo de informalidade (CACCIAMALI, 2000, p. 159). A autora, citando estudos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), distingue, depois de expôr várias visões teóricas sobre o assunto, um setor informal e um aumento de trabalhadores contratados sem os devidos direitos trabalhistas. O setor informal se refere a trabalhadores autônomos e, se considerarmos a teoria de Santos (2004a), estaria dentro do circuito inferior da economia. A outra classificação refere-se a trabalhadores sem carteira assinada que têm crescido nessa fase de globalização neoliberal, que não faria parte do circuito inferior.

Mesmo considerando essas duas formas do processo de informalidade como tendo a mesma causa, a solução proposta pela autora, diante de um quadro que limita a ação do Estado, é a de políticas públicas e sociais específicas para melhorar as condições desses trabalhadores. Essas políticas sociais teriam o objetivo de inseri-los no mercado formal de trabalho, de modo que eles passassem a pagar impostos ao Estado e, assim, poder cobrar ações dele. Através dessa “inclusão”, que é a inclusão na formalidade, eles desenvolveriam um maior “comportamento cidadão” (*op. cit.*, p. 171).

Essa concepção que vê um processo de informalidade e, dentro desse, um setor informal, acaba por levar a uma solução parcial. Essa teoria fala sobre o aumento do processo de informalidade, mas não considera as causas que fizeram surgir nos países subdesenvolvidos a existência de um grande setor informal. As mudanças no capitalismo recente, como a reestruturação produtiva e a globalização, causam um aumento da competição na economia e acaba gerando um aumento do processo de informalidade, que significa também um aumento do setor informal. Mas o que gera a existência desse grande

número de trabalhadores em atividades não modernas e não formais, fica sem explicação. Além do mais, classificar essas atividades como informais, pode levar a uma interpretação de que o problema é a formalização, o pagamento de impostos. Classificar dentro delas um setor informal, não deixa claro a idéia exposta por Santos (2004a) de que os trabalhadores dessas atividades não-modernas não formalizadas, que fazem parte do circuito inferior, são funcionais para o funcionamento da economia como um todo.

Por isso, Santos (2004b) faz uma crítica a ação localizada e setorializada das políticas públicas dizendo que “as chamadas políticas públicas, quando existentes, não podem substituir a política social, considerada um elenco coerente com as demais políticas (econômica, territorial etc)” (p.75). Mais a frente ainda, detalhando como seria mais indicado a política para a transformação diz

O desejável seria que, a partir de uma visão de conjunto, houvesse redistribuição dos poderes e de recursos entre diversas esferas político-administrativas do poder, assim como uma redistribuição das prerrogativas e das tarefas entre as diversas escalas territoriais, até mesmo com a reformulação da federação. Mas, para isso, é necessário haver um projeto nacional, e este não pode ser uma formulação automaticamente derivada do projeto hegemônico e limitativo da globalização atual. Ao contrário, partindo das realidades e das necessidades de cada nação, deve não só entendê-las, como também constituir uma promessa de reformulação da própria ordem mundial (*op. cit.*, p. 75).

Para realizar tal tarefa, entretanto, seria necessário superar a visão da globalização como uma fatalidade, com suas técnicas ideologizadas, e seu poder vertical sobre os territórios. Já no final do livro *O Espaço Dividido*, Santos (2004a, p.375) defende que o circuito inferior teria um importante papel a desempenhar no processo de mudança. Cerca de vinte anos depois ele explica melhor dizendo que o circuito inferior cria uma divisão do trabalho por baixo, diferente da divisão do trabalho por cima dos vetores verticais da globalização, que produz “uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais” (idem, 2004a, p. 146).

Assim, voltando à visão exposta no início do capítulo, as mudanças só seriam possíveis a partir do lugar, com uma política e uma ação que nascesse no lugar, que estivesse territorializada, no âmbito do cotidiano dos homens, onde pudesse haver “uma centralidade do social”, dando uma nova base para a política (*op. cit.*, p. 47). As ações sociais de transformação dessa ordem global, as resistências sociais citadas no início do capítulo, que viriam da escala do local, não fariam parte então da economia informal, mas sim de uma economia popular, dentro do circuito inferior da economia, como defendem França Filho e Laville (2004), que teria, esta sim, interesses locais e cimentados no território, como diz Santos (2004b).

Entretanto, pelas suas próprias características de ser de base local e comunitária, e por suas atividades se orientarem mais para a obtenção de um consumo básico e para a sobrevivência, a economia popular não consegue romper com a subordinação das pessoas à lógica do capital, preocupadas que elas estão em reproduzir as suas condições materiais mais imediatas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 164). A própria definição do circuito inferior também considera que as iniciativas econômicas das pessoas ficam nessa necessidade básica (SANTOS, 2004a). Assim, França Filho e Laville (2004) fazem mais uma distinção, analisando iniciativas que nascem a partir da economia popular, mas que vão mais além de garantir a simples reprodução material da vida, uma ação para a obtenção de renda, e começam também a reivindicar direitos e participar do debate público. Elas seriam a chamada *economia popular e solidária*, que visam, além da reprodução econômica dos grupos, também articulações em rede e “tendem a mobilizar atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos” (*op. cit.*, p. 166).

Elas seriam as iniciativas também analisadas por Singer (2002), da economia solidária, com algumas diferenças na definição do fenômeno, mas concordando que tratam-se de iniciativas de organização de grupos sociais para o trabalho seguindo os princípios da democracia e da solidariedade. França Filho e Laville (2004, p. 149) acrescentam que elas podem não ser de caráter popular, apesar de na maioria dos casos ser, e afirmam que a maioria das experiências de economia solidária no Brasil se enquadra no que foi chamado de um cooperativismo popular.

Em seguida, os autores analisam essas experiências como representantes de um fenômeno singular e se perguntam se estaríamos diante de um novo tipo de movimento social, uma vez que essas iniciativas demonstram

a vocação para articular, na sua ação organizacional, uma dupla dimensão: aquela que poderíamos chamar de luta pela renda – mais próxima de uma tradição de movimento sindical, com uma outra que poderíamos denominar de luta por direitos sociais, típica da tradição dos chamados movimentos sociais (*op. cit.*, 2004, p. 166).

Dessa forma, estaríamos diante de uma nova forma de organização política mais adequada à realidade de fragmentação da classe trabalhadora causada pela nova onda de ajustes espaciais do desenvolvimento geográfico desigual, ou da globalização neoliberal, como reivindicava Harvey (2006) na passagem abaixo?

Precisamos desesperadamente de uma vanguarda socialista revitalizada, de um movimento político internacional capaz de reunir de modo apropriado a multiplicidade de descontentes gerados pelo exercício indisfarçado do poder burguês em busca de um neoliberalismo utópico. Não se trata de um partido de vanguarda ao estilo antigo que impõe uma meta singular e se arroga a posse de

tamanha clareza de visão que exclui todas as outras vozes. Mas trata-se da criação de organizações, instituições, doutrinas, programas, estruturas formalizadas etc. que operem em favor de algum propósito comum. Essas atividades políticas têm de estar firmemente assentadas nas condições históricas e geográficas concretas no âmbito das quais se desenvolve a ação humana (p.73).

Essas condições históricas e geográficas seriam a proliferação desse circuito inferior da economia, que segundo Santos (2004b, p.146), também estaria se desenvolvendo nos países desenvolvidos. Nesse âmbito, da realidade dos pobres, de acordo com o autor, é que surgiria uma nova política, a política dos “de baixo”, que se diferenciaria da política oficial dos partidos e das empresas, baseada no cotidiano dos indivíduos, na experiência da escassez que os obriga a lutar todos os dias em busca dos meios de sobrevivência (*op. cit.*, p. 132). É essa mesma experiência da escassez, mais presente nos países subdesenvolvidos, é que permite o autor afirmar que as mudanças que levarão a uma outra globalização virão, não do centro com em outras épocas, mas da periferia do sistema capitalista, de baixo para cima (*op. cit.*, p. 154).

Entre uma organização econômica como estratégia de sobrevivência e uma que vislumbre a possibilidade de transformação de todo o sistema econômico há uma grande diferença. É isso que diferenciaria a economia popular de uma economia popular e solidária. É isso que faria da política dos “de baixo” se transformar em ações rumo à outra globalização. Nesse sentido, Santos (2004b, p.116) se pergunta como se daria a passagem de “uma situação crítica para uma consciência crítica”.

Descrevendo essa importante etapa, o autor inverte os termos de “nação ativa” e “nação passiva” (*op. cit.*, p. 158). No vocabulário corrente, a primeira seria a parte da nação vinculada às ações hegemônicas, aos vetores da globalização, moderna e com um tempo rápido. A segunda seria a parte da nação que fica de fora dessa lógica, de tempo lento, participante do circuito inferior. Mas, na verdade, essa parte da nação que participa do circuito inferior é que seria a verdadeira nação ativa, uma vez que ela é dotada de um “dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência” (*op. cit.*, p. 156). Para que isso ocorra é preciso que haja um processo de tomada de consciência, para que o indivíduo consiga chegar a uma interpretação sistêmica da experiência da escassez, processo esse que é desigual entre os indivíduos, grupos, classes e países (*op. cit.*, p. 168).

A respeito desse processo de tomada de consciência e analisando as iniciativas de grupos populares como o surgimento de formas alternativas de produção, Quijano (2005) coloca a questão de maneira emblemática: ele se pergunta se essas formas alternativas de produção são realmente “caminhos de emancipação social ou estratégias marginalizadas de subsistência?”(QUIJANO, 2005, p.504). Para que elas se tornem uma forma de emancipação

social seria preciso que essas *formas alternativas de produção* se constituíssem em um *sistema alternativo de produção* (*op. cit.*).

O projeto de constituição de um sistema alternativo significaria colocar em cheque toda a ordem social atual e extrapolar a simples questão da reivindicação por direitos, característica última que França Filho e Laville (2004) identificam nas iniciativas de economia popular e solidária. Significaria sair de uma consciência ingênua (uma primeira forma de consciência), passar por uma segunda forma de consciência, que reconhece-se enquanto classe e reivindica direitos (a consciência de classe em si), até chegar a consciência de classe para si, a consciência que extrapola o reconhecimento de sua própria classe e reconhece-se na situação de uma classe que tem a tarefa histórica de transformar a realidade (IASI, 2007). As iniciativas locais de trabalhadores, quando não questionam a ordem social, possuem essa consciência ingênua; quando reivindicam direitos específicos para seu grupo, estariam nessa segunda forma de consciência; enquanto aqueles trabalhadores que se reconhecem ajudando a transformar o sistema como um todo estariam com essa consciência de classe para si. Por meio dessa última é que seria possível a construção de um sistema alternativo de produção.

Por isso, a teoria de Santos (2004a) parece ser mais adequada, por explicar que todas as atividades que constituem o circuito inferior são dependentes do circuito superior. Santos (*op. cit.*) se preocupa com a totalidade, com o funcionamento desse todo que é a economia, não só num país mas também no mundo. A compreensão de que as atividades econômicas fazem parte de uma totalidade é que permitem o entendimento de como é possível transformar essa realidade. Por mais que Santos (2004b) valorize o lugar, explica que é preciso ter uma compreensão sistêmica da realidade e uma ação também sistêmica, quer dizer, em várias escalas.

Nesse processo geral, Santos (2004b) atribui às classes médias um papel relevante. A classe média, que teria surgido ao mesmo tempo e a despeito das classes populares durante o período de intensa industrialização, e que conseguiu se tornar letrada, começa a vivenciar agora a experiência da escassez devido às recentes transformações da economia. Diante desta experiência, ela pode ou tomar atitudes mais egoístas ou sair de uma condição de consumidor para uma de cidadão, e assim se identificar com a causa dos pobres do circuito inferior, complementando um processo de democratização que se iniciou no país, para a implantação de “uma democracia que não seja apenas eleitoral, mas também, econômica, política e social” (*op. cit.*, p. 139).

A escassez das classes médias, com um dado novo da política, forçaria os partidos a mudar as suas práticas políticas e contribuiria para a interpretação de forma sistêmica da

situação de escassez vivenciada e combatida criativamente pelas classes pobres. É somente com essa visão sistêmica que a política dos “de baixo” pode realmente ser a base de um projeto nacional e pode ser, assim, a base da construção de uma outra globalização.

É considerando todas essas questões que essa pesquisa se propõe a analisar algumas experiências que estão sendo chamadas de iniciativas de economia solidária, ou economia popular solidária, que têm em comum o fato de serem apoiados por uma organização que foi criada com o intuito de fomentar as iniciativas de economia solidária: uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Nessa pesquisa, enfocaremos especificamente na ITCP da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), para analisar alguns aspectos dessa organização e dos grupos de trabalhadores que ela apóia como um lugar, a partir do qual podemos refletir um pouco sobre o mundo.

4.1. A economia solidária: histórico, práticas e projetos

Como vimos, na concepção de Singer (2002), a década de 1990 conheceu a ressurreição ou a reinvenção da economia solidária no Brasil. Primeiramente sobre essa visão, se ela está ressurgindo ou sendo reinventada é porque ela já existia antes. De fato, para Singer (2001), “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (p.13). Dessa forma, o que o autor está chamando de economia solidária são as formas de associação e organização dos trabalhadores que se juntam para uma atividade econômica, mas que se contraponham ao modo capitalista de produção.

Assim, as origens históricas da economia solidária para Singer (2002) encontram-se logo no início do capitalismo industrial na Europa primeiras experiências cooperativistas de socialistas utópicos como Robert Owen. Logo nas primeiras décadas do século XIX, numa situação bem distante do estado de bem-estar social, em que os não havia limites para as jornadas de trabalho e nem contra o trabalho infantil, Owen, um grande proprietário industrial, começa a se preocupar com o bem-estar de seus trabalhadores limitando a jornada de trabalho e construindo escolas, o que acabou aumentando a produtividade de suas fábricas (op. cit., p. 25).

Nos anos seguintes, interpretando as razões de uma crise econômica após a vitória britânica sobre Napoleão, Owen avalia que a economia estava em crise porque os trabalhadores que estavam ocupados produzindo armamentos para a guerra encontravam-se sem ocupação, de tal forma que elabora um plano para o governo de construção de grandes Aldeias Cooperativas, com capacidade para milhares de pessoas, nas quais elas produziriam muito do que precisassem (inclusive produtos industriais) e trocariam o excedente. Essa

orientação para os fundos públicos antecipa os conselhos de Keynes quanto a ação do Estado sobre a economia, só que, diferentemente de Keynes, a forma de organizar a produção e a distribuição concebida por Owen acabavam indo de encontro aos interesses de uma economia capitalista (op. cit., p. 25).

Esse projeto de Owen rejeitado pelo governo inglês se assemelhava aos ideais de Charles Fourier, na França. Na mesma época, Fourier concebeu os *Falanstérios*, forma utópica de uma cidade em que os trabalhadores e organizariam de forma mais justa e permitiria uma vida melhor, com cada trabalhador exercendo a atividade que gostasse, e mais produtiva (op. cit.). A esse tipo de pensamento utópico Harvey (2006) denominou de *utopismo da forma espacial*, avaliando o seu fracasso devido à incapacidade de essas formas conseguirem responder a dinâmica espacial dos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Owen chega até a ir para os Estados Unidos tentar construir a sua Aldeia Cooperativa, mas, decepcionado, acabou voltando à Inglaterra na década de 1820. Por essa época, em 1824, havia sido revogado o *Combinations Acts*, de sorte que os sindicatos voltaram a se organizar e passaram a tentar aplicar as idéias de Owen (SINGER, 2002). Assim, as idéias utópicas passaram a estar coladas no processo social, como reivindica Harvey (2006), no que ela chama de *utopismo dialético*, ou uma utopia que junte a forma com o processo social, com os sindicatos se apropriando das idéias de implementar cooperativas, o que dava uma radicalidade ainda maior na luta dos trabalhadores contra o capitalismo (SINGER, 2002, p. 29).

De fato, as cooperativas que começam a surgir na década de 1820 influenciadas pelas idéias de Owen, começam a usar a estratégia de, ao fazer greves, não simplesmente ficar de braços cruzados, mas se engajar numa produção que concorresse com a produção dos capitalistas. A idéia não era só melhorar os salários, mas substituir a produção capitalista por uma produção autogestionária (op. cit.).

Os sindicatos tinham em mente a construção de aldeias operárias, onde não houvesse lucros, mas sim distribuição das riquezas e democracia interna, e que se relacionassem em nível nacional. Nesse sentido começaram a surgir tentativas de articulação dos trabalhadores em nível nacional, como o estabelecimento da *Grand National Moral Union* (Grande União Nacional Moral das Classes Populares, proposta por Owen), possivelmente a primeira grande central sindical do mundo, e a Grande Guilda Nacional dos Construtores (op. cit., p. 29).

Também proposta por Owen foi constituída a *National Equitable Labour Exchange* (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), para propiciar um espaço em que os trabalhadores pudessem trocar os seus produtos em um lugar que não houvesse lucro, o que daria às iniciativas produtivas dos trabalhadores maior viabilidade econômica. Essa bolsa abriu filiais

em algumas cidades e teve sua administração transferida para o Comitê Sindical de Londres (op. cit., p. 31).

Diante dessas iniciativas e organizações dos trabalhadores, as indústrias começaram a adotar o *lock-out*, ou a demissão e não contratação dos trabalhadores que estivessem vinculados aos sindicatos. A proposta de Owen à Grande Guilda Nacional dos Construtores, diante dessa situação, foi a de “tomar a indústria em suas próprias mãos, reorganizando-a sob a forma de uma grande cooperativa nacional de construção” (op. cit., p. 32). Vê-se que nessa época, a proposta era a de organizar “um modo de produção alternativo ao capitalismo” (op. cit., p. 33), que propunham até a constituição de uma república cooperativa, e, por isso, essas experiências foram chamadas de um “cooperativismo revolucionário” (op. cit., p. 35).

Fica claro nessas primeiras experiências a junção de que falavam França Filho e Laville (2004) da produção econômica com a reivindicação política, próprias da economia solidária. Essa primeira fase os trabalhadores já agiam em diversas escalas, demonstrando reconhecer a importância das articulações extra-locais para o sucesso das iniciativas produtivas dos trabalhadores.

Na França, havia influência ainda de pensadores como Cabet, Blanc⁵ outros (op. cit.). Com muita influência dos ideais republicanos, de fraternidade e de igualdade, surgiram associações de trabalhadores, associações operárias e havia também a idéia de modificação de toda a sociedade numa república operária. Essas idéias foram vencidas e reprimidas pelo governo francês depois de 1848.

Na década de 1840, surge uma experiência entre 28 trabalhadores da cidade de Rochdale, na Inglaterra, metade dos quais tinham influência das idéias de Owen, que influenciou todo o movimento cooperativista posterior. Esses trabalhadores criaram uma cooperativa de consumo e uma série de princípios que ficaram conhecidos como os princípios do cooperativismo. Por isso, eles ficaram conhecidos como os pioneiros de Rochdale (op. cit.).

A análise dessa cooperativa indica um pouco os caminhos que o cooperativismo seguiu no século XIX. Ela rapidamente aumentou seu número de sócios, e, como muitos dos seus princípios garantiram a sobrevivência financeira da cooperativa, ela pode crescer e gerar uma grande quantidade de sobras para os cooperados. Além de suprir os trabalhadores com alimentos de qualidade, o que na época era já um avanço, servia também como um banco para os trabalhadores depositarem seu dinheiro. Como a indústria atacadista ainda não havia se desenvolvido, essa cooperativa de consumo cresceu, agregando várias cooperativas de

⁵ *Étienne Cabet* foi um filósofo francês e utópico socialista, fundador do movimento Icariano. *Louis Blanc* foi um político francês, também chamado de socialista utópico, que teve influencia sobre as revoluções de 1848 na França.

consumo varejistas. Com isso, as suas atividades no atacado garantiam produtos de todos os cantos do mundo, passando-se a centenas, e, depois, a milhares o número de cooperados. Sua experiência se multiplicou pela Europa chegando até aos Estados Unidos.

Mas nos fundadores pioneiros havia o ideal das aldeias cooperativas, de modo que logo as sobras passaram a ser investidas em construção de bibliotecas, na promoção de discussões nos fins-de-semana e no apoio à constituição de cooperativas de produção. A intenção era que todos os trabalhadores pudessem comprar e produzir para a cooperativa. Porém, não havia dinheiro para financiar a constituição de cooperativas para todos. O fato de essas cooperativas de produção serem co-gestionárias acabou por influenciar o não sucesso dessa idéia inicial de vincular as cooperativas de produção às cooperativas de consumo. As cooperativas de produção surgidas com as sobras da cooperativa de consumo eram formadas também com capital dos trabalhadores dessas fábricas. Assim, na sua gestão havia representantes dos acionistas da cooperativa de consumo juntamente com os trabalhadores, e por isso elas eram co-gestionárias. No momento em que ocorreu uma crise econômica, os trabalhadores que eram sócios das cooperativas de consumo, que muitas vezes trabalhavam em indústrias capitalistas, ficaram desempregados. Enquanto isso, os trabalhadores das cooperativas de produção que tinham o capital da cooperativa de consumo, e que tinham uma retirada fixa, como se fosse um salário, continuavam a ter essa retirada. Os trabalhadores desempregados então começaram a questionar essa renda fixa. O problema, segundo Singer (2002), é que o número de sócios da cooperativa de Rochdale “cresceu mais do que o número de vagas nas cooperativas de produção que ela ajudava a criar” (p.45).

No início do século XX as cooperativas de consumo começam a perder para o novo negócio dos supermercados e das lojas de departamento que começavam a surgir nos Estados Unidos. Isso ocorreu porque, além de conseguir oferecer os produtos mais baratos, oferecia ainda os produtos embalados e em prateleiras, sem vendedores que fizessem a mediação, permitindo aos clientes manusear e escolher os produtos. Assim, os sócios das cooperativas de consumo, que já não tinham a perspectiva da constituição das aldeias cooperativas como os pioneiros e não tinham a visão de transformação da sociedade, não continuaram a consumir da cooperativa de consumo simplesmente por ideologia. Com isso, a Cooperativa de Rochdale e as demais cooperativas de consumo não conseguiram sobreviver a essa nova realidade e sucumbiram. O projeto de república cooperativa ia-se por água abaixo (SINGER, 2002).

Outras experiências foram as cooperativas de crédito, cooperativas de compra e venda e cooperativas de produção. Todas essas experiências passaram por um processo semelhante, ou sucumbindo diante das novas formas de avanço do capitalismo monopolista

ou se profissionalizando e se burocratizando. Na verdade, as que sobreviveram, diante do aumento da competitividade do capitalismo monopolista, acabaram se tornando grandes empresas capitalistas.

Muitas dos benefícios que os trabalhadores queriam nas suas condições de vida e que as primeiras experiências associativas no começo do século XIX tentavam construir por meio da ajuda mútua, do associativismo e do cooperativismo, se tornaram institucionalizadas no século XX como uma “espécie de apêndice do aparelho de Estado” (FRANÇA FILHO, p. 13). Essas instituições os autores chamam de *economia social*, experiência própria do contexto europeu, em que “alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública” (op. cit., p.13). Assim, as experiências associativas do século XIX, chamadas por Singer (2002) de economia solidária, na Europa se transformaram em organizações de uma outra coisa, a economia social. E é, por isso, que Singer (2002) fala de uma reinvenção da economia solidária.

No século XX, algumas experiências similares aquelas do século XIX surgem na periferia do sistema capitalista. Um exemplo disso é o Banco da Aldeia, ou Grameen Bank, em Bangladesh, que significou uma prática do cooperativismo de crédito em pequenas dimensões como na sua origem. A iniciativa nasceu na universidade de Chittagong, na década de 1970, onde estudantes universitários liderados por um professor de economia, Mahummad Yunus. Este, preocupado com a fome no país, percebeu que ela não se devia à falta de alimentos, mas sim à falta de dinheiro das populações pobres para comprá-los. Essa população pobre que passava fome não era formada por agricultores que tinham terra, mas sim por aquelas pessoas que não tinham nenhum tipo de propriedade e trabalhavam por conta própria. Esses pequenos trabalhadores, como artesãos e agricultores, ma maioria mulheres, só conseguiam produzir contraindo dinheiro empréstimos com agiotas, de tal modo que ficavam presos num círculo vicioso de dívidas que não conseguiam pagar.

A descoberta é que a dívida dessas pessoas era muito pequena, se comparada com a renda de uma pessoa de classe média. Assim, nasceram as experiências de microcrédito, primeiramente, com a mediação do professor universitário e o Banco de Bangladesh. O dinheiro era pego de um banco grande e repassado para os trabalhadores e trabalhadoras pelo Banco do Povo, através de um sistema em que cinco mulheres, por exemplo, pegavam o empréstimo juntas e o grupo todo ficava responsável se uma não pagasse o empréstimo. Esse sistema diminuiu a inadimplência e possibilitou que pessoas pobres pudessem pegar pequenos montantes de dinheiro de empréstimo (SINGER, 2002).

Essas atividades, entretanto, por mais que voltassem a algumas práticas do início do cooperativismo de crédito no século XIX, eram dependentes de agentes externos, de instituições como ONGs, classificadas como do terceiro setor⁶, ou do Estado. A reinvenção da economia solidária no século XX, porém, não prescindia do apoio do Estado, uma vez que precisava realizar o “resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permitam encetar algum processo de auto-emancipação” (op. cit., p.112). Não eram todas, na verdade, que dependiam dessa ajuda, e para uma ampla faixa da população a construção de uma economia solidária “depende somente dela mesma, da sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc” (op. cit., p. 112).

O contexto dessa reinvenção da economia solidária é de uma crise econômica, de desemprego, de reestruturação produtiva e desindustrialização em alguns países do centro e da semi-periferia do capitalismo e da precarização do trabalho em nível mundial, processo esse que se iniciou na década de 70 do século XX e se estende até hoje. Porém, não devemos esquecer que entre a metade do século XIX quando o cooperativismo estava crescendo na Europa e nos Estados Unidos, e a década de 1970, houve a industrialização de muitos países da periferia do sistema capitalista. Uma industrialização com tecnologia importada de grande capital que, introduzindo necessidades com o efeito demonstração, mas não absorvendo a maioria dos trabalhadores das atividades modernas, acabou gerando a criação de dois circuitos na economia urbana nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2004a), com já discutido na seção 3.

No momento em que se formavam os circuitos superior e inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos, estava se consolidando o estado de bem-estar social e o pleno emprego na economia dos países capitalistas centrais. Essa situação significou, segundo Singer (2002, pp. 109-110), a perda de interesse pela economia solidária nesses países, o assalariamento no interior das cooperativas e a profissionalização das suas gerências. As cooperativas, que não pararam de se expandir, não tinham, porém, mais uma crítica à alienação do trabalho nem ao assalariamento.

A crise da economia e do trabalho no início da década de 1970, na visão de Singer (2002) fez ressurgir a economia solidária, principalmente, entre os trabalhadores pobres dos países subdesenvolvidos, do circuito inferior da economia, ou dos chamados setores populares. É por isso que falar de economia solidária hoje é também falar de economia dos

⁶ A classificação *terceiro setor*, segundo FRANÇA FILHO (2002), está mais ligada a um contexto anglo-saxônico e “impregnada pela idéia de filantropia” (p. 10).

setores populares, ou de economia popular (FRANÇA FILHO, 2002), como já discutido também na seção 3.

Não são todas as iniciativas de associações produtivas da economia popular, entretanto, que podem ser chamadas de economia solidária. França Filho e Laville (2006) define as que têm além de um fim econômico, também a intencionalidade de reivindicação política. França Filho (2002), num outro texto, refere-se a economia solidária como tendo um projeto político, semelhante ao “cooperativismo revolucionário” do século XIX. Coraggio (2006) nos alerta que

não podemos idealizar a economia popular existente hoje. É verdade que, nela, podemos encontrar atores que são solidários, mas isso não significa que ela é solidária. Pois vamos encontrar, no meio dela, vários atores que são altamente competitivos; podemos encontrar, dentro da própria economia popular, vários atores que são altamente destrutivos da vida dos outros (p.2).

Para o mesmo autor então, existem unidades que adotam formas solidárias de funcionamento interno, que estão mais preocupadas com a reprodução da vida dos trabalhadores e não do capital, mas que externamente estão estabelecendo relações capitalistas. Na sua visão, seria preciso que essas unidades produtivas populares e solidárias se organizassem em um setor, em um subsistema da economia, para que consigam transformar essa economia dos setores populares numa economia do trabalho, para que esta promova a “reprodução ampliada da vida”, cuja definição se aproxima muito da economia solidária (CORAGGIO, 2000). Para o desenvolvimento dessa economia do trabalho, o autor propõe que haja uma luta política (referente à democratização do Estado, para que este apóie a criação de estruturas que sirvam a economia do trabalho), um luta cultural (para combater a dominação simbólica da globalização e permitir a construção de projetos de sociedade pelos trabalhadores) e uma luta para integrar o local como o global (uma vez que a economia hoje é realmente integrada globalmente) (op. cit.).

Essa é a mesma preocupação de Singer (2002) ao dizer que a economia solidária hoje é um modo de produção alternativo ao capitalismo, que pode ser superior a este, mas que para isso, é preciso que saia da condição de um modo de produção intersticial, “inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo” (p.116) e se transforme “numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagonicas e o jogo de gato e rato da competição universal” (p.116). A visão de Coraggio (2000), porém, mais modesta, não acredita que a formação de um sistema vai provocar a substituição do sistema empresarial, simplesmente desenvolver um modo complementar.

Ainda assim enfatiza que é preciso mudar “o controle político, econômico e social das nossas sociedades” (p.4).

Esse fenômeno de ressurgimento da economia solidária fez renascer também a discussão teórica através de vários autores, nas instituições de apoio aos grupos populares e nas universidades, chamando o que Singer (2002) denominou de economia solidária por vários nomes, como sócio-economia solidária (de Marcos Arruda), economia popular solidária e economia do trabalho (de José Luis Coraggio) (PÁTEO, 2008). A partir de vários pontos de vista, os autores chegam a conclusões semelhantes de que a economia solidária é uma proposta que serve à emancipação do trabalho humano e à transformação da sociedade em geral, mas é preciso que ela não fique só em iniciativas localistas.

A formação de redes e articulações é um consenso entre os vários autores. Principalmente, Euclides Mance (PÁTEO, 2008; SINGER, 2002), que acredita que, por meio do estabelecimento de redes de consumidores e produtores conscientes, seria possível desenvolver as atividades econômicas dos grupos que hoje se encontram excluídos. Para isso, seria preciso que os grupos consumissem somente de grupos de economia solidária, o que seria um consumo solidário, um consumo consciente.

Singer (2002) critica essa visão dizendo que os empreendimentos de economia solidária teriam que essas redes de consumidores não garantiriam toda a renda dos trabalhadores, de forma que eles teriam que vender o grosso de seus produtos no mercado capitalista. Além do mais, a produção em pequena escala e a necessidade de um preço justo, que remunerasse o trabalho dos trabalhadores dos empreendimentos, faria com que os produtos ficassem com um preço um pouco mais caro que no mercado capitalista, o que dificultaria o estabelecimento da rede. Exemplos dessas redes são os consumidores de produtos orgânicos e o *fair trade*, na Europa; mas também na Argentina com a crise econômica recente, se multiplicaram Clubes de Trocas, que articulam produtores e consumidores para trocar produtos por meio de uma moeda social numa escala mais local (op. cit.).

Assim, Singer (2002) enfatiza a autogestão como um caráter forte e promissor da economia solidária. Por isso, as cooperativas de produção são o exemplo de desenvolvimento da economia solidária com autogestão interna. O estabelecimento de redes seria muito importante, mas ele não acredita que seria possível a criação de um mercado paralelo. Antes, mesmo vendendo para o mercado capitalista, os empreendimentos autogestionários se articulariam em redes numa mesma cadeia produtiva, de forma que conseguissem produzir com um preço menor e, deste modo, competir no mercado capitalista. O exemplo que Singer (2002) dá é o do complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha, no País Basco,

especificamente, que hoje é o maior e mais bem sucedido complexo de cooperativas autogestionárias do mundo.

4.2 O ressurgimento da economia solidária no Brasil nas décadas de 1980 e 1990

No Brasil, o cooperativismo chegou junto com os imigrantes europeus no fim do século XIX e início do século XX, se concretizando em cooperativas agrícolas no campo e cooperativas de consumo nas cidades. As cooperativas de consumo não conseguiram sobreviver diante do desenvolvimento das grandes redes de supermercados. As cooperativas agrícolas acabaram se tornando grandes empresas capitalistas. Essas primeiras experiências não tinham nem autogestão e ainda possuíam relações assalariadas, o que faz Singer (2002) não as considerar como economia solidária.

A economia solidária, então, ressurgiu no Brasil de forma esparsa na década de 1980, quando o país passava por uma recessão econômica e começava a sentir a reestruturação produtiva, e tomou impulso a partir da década de 1990, quando há uma abertura do mercado às exportações e são adotadas políticas neoliberais, fazendo crescer o desemprego e a exclusão social (SINGER, 2001).

Enquanto nas cidades aumentava o desemprego, devido ao impacto da desindustrialização e da crise do fordismo, no, no campo, aumentava a especulação fundiária, a concentração de terras e os latifúndios do agronegócio moderno. Os camponeses expropriavam de suas terras, transformados em assalariados rurais ou integraram as periferias dos grandes centros urbanos.

Essa crise social coincide com um movimento de redemocratização da sociedade no plano político. Depois de um longo período de ditadura militar, várias vertentes da sociedade civil organizada tinham se juntado contra a ditadura, na luta pela democracia. Nesse contexto surgem várias organizações e movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No campo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ainda na década de 1970, apoiando comunidades a ficar no campo mesmo diante da Revolução Verde, estimulou a luta camponesa para permanecer na terra e incitou a articulação em um movimento camponês nacional (FERNANDES, 2006).

A CNBB também, por meio da Cáritas⁷, começou a apoiar pequenas iniciativas associativas populares chamadas PACs, Projetos Alternativos Comunitários, com a intenção gerar alternativas produtivas, no consumo e em serviços como a saúde, num contexto de recessão econômica, inflação descontrolada e aumento da precariedade do trabalho (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 81).

A Cáritas financiou grande número de PACs nas periferias pobres das grandes metrópoles e em assentamentos rurais. Muitos desses PACs se tornaram empreendimentos de economia solidária, ou cooperativas, associações, e outros ficaram na dependência de doações assistencialistas (FRANÇA FILHO, 2002). Algumas dessas experiências no campo confluíram com o projeto de cooperativismo agrícolas criado pelo MST, que decidiu promover a agricultura também por meio de cooperativas autogestionárias, e, para isso, por volta do começo da década de 1990 já tinha até criado o Sistema de Cooperativas dos Assentados (SCA) (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 156).

Outras experiências relevantes foram a retomada de empresas por parte de trabalhadores que entravam em estado de falência, o que ocorreu isoladamente na década de 1980, mas se multiplicou na década de 1990, quando o neoliberalismo e a abertura do mercado aumentaram a competitividade do mercado. Trabalhadores tomavam a gestão dessas fábricas de forma autogestionária, fundando cooperativas ou empresas. Organizaram-se em rede para que outros trabalhadores de outras fábricas também pudessem fazer o mesmo, de modo que foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que passou a dar assessoria técnica aos trabalhadores para realizar tal tarefa (SINGER, 2002).

A maior parte das experiências associativas de trabalhadores, no entanto, são de pequeno porte, com pouco capital, e se constituem em cooperativas de produção ou de serviços (como vigilância, limpeza, jardinagem...). Juntamente com as cooperativas de consumo essas experiências abundantes caracterizaram o que foi chamado de um *cooperativismo popular* (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p., 152).

As iniciativas de organização de grupos sociais não param por aí e se mostram bem mais diversas através do surgimento de Clubes de Trocas e outras formas associativas. Algumas experiências associativas se destacam devido ao alto grau de enraizamento e de outras iniciativas que estimularam, tanto em âmbito local quanto em outras regiões do país. Esse é o caso da Associação dos Pequenos Produtores do Município de Valente (APAEB)

⁷ A Cáritas é uma entidade internacional vinculada a igreja católica que desde o século XIX apóia ações pobreza. Em vários países católicos existe uma entidade nacional. A Cáritas brasileira surgiu por ação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1956 e tem desde então atuado junto a movimentos sociais populares. (Disponível em:< <http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>>. Acesso em: 07 dez. 2009).

que propicia capacitação técnica aos trabalhadores, cursos, crédito e uma escola família-agrícola. E também a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP), que depois de conseguir urbanizar o bairro, antes uma favela, criou um banco popular, o Banco Palmas. Essa associação conseguiu apoiar a criação de uma série de atividades produtivas, como artesanato, confecção, produtos de limpeza, e até criou uma moeda própria, o *palmas*, que circula pelo bairro (op. cit.).

Essas iniciativas cresceram em conjunto com as entidades de apoio, com o surgimento de ONGs e outras organizações. Foi assim que campanhas como a Ação da Cidadania Contra Fome e a Miséria, liderada por Betinho, no começo da década de 1990, evoluíram para o apoio a iniciativas de geração de trabalho e renda. Tal postura inspirou a criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, no Centro de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1995, com o apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Banco do Brasil (PÁTEO, 2008), experiência que anos depois se espalhou pelo Brasil. As ITCPs se uniram numa rede em 1999, a Rede de ITCPs, que se encontram periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e articular-se politicamente (SINGER, 2002).

Até no âmbito dos sindicatos essa postura se espalhou, de tal forma que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical brasileira, cria em 1999, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e da UNITRABALHO (fundação que integra várias universidades e centrais sindicais com o objetivo de promover estudos e ações em favor dos trabalhadores), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Além de fomentar as pesquisas sobre economia solidária, a ADS constrói cursos de pós-graduação para lideranças sobre o tema e, o que tem sido uma prioridade, apóia a criação de cooperativas de crédito, com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário, com o apoio de um grande banco cooperativo holandês (op. cit.).

Todas essas entidades de apoio e iniciativas tiveram uma maior integração por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2001, onde foi criada a rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária. Esse grupo de trabalho foi formado por várias entidades de apoio da economia solidária como:

Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência

Social e Educacional (FASE⁸); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).⁹

Juntamente com alguns gestores públicos esse Grupo de Trabalho iniciou uma discussão sobre a construção de uma política pública de apoio a economia solidária, que culminou, em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, para realizar a implementação dessa política, cujo secretário desde então tem sido Paul Singer. Nos Fóruns Sociais que se seguiram, o FBES foi esclarecendo as relações com a SENAES, assim como foram sendo criados outros fóruns. Assim foram surgindo Fóruns Estaduais e Regionais de Economia Solidária com o objetivo de articular as demandas das iniciativas de economia solidária.

4.3. A economia solidária como política pública no Brasil

As várias experiências de iniciativas de economia solidária surgidas durante a década de 1990, capitaneadas pelas principais entidades de apoio, subsidiaram a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, logo no começo do mandato do governo Lula. Quando esta foi criada, porém, já havia um crescente reconhecimento público e ela já tinha começado a se institucionalizar. Não somente por meio do surgimento de entidades de apoio específicas (no seio de universidades e sindicatos) ou pela adesão de entidades já tradicionais à causa da economia solidária¹⁰, como as vinculadas à igreja, mas também porque alguns governos estaduais e municipais já tinham criado programas de apoio à economia solidária¹¹ (SINGER, 2009).

Foi assim que, entre o anúncio da criação e a efetiva criação, período de alguns meses em que teve de ir ao congresso nacional e ser aprovada a legislação necessária para a criação da SENAES, as várias entidades de apoio, gestores públicos, movimentos organizados e

⁸ A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização sem fins lucrativos que desde a década de 1960 vem atuando no apoio a iniciativas locais de associativismo e cooperativismo. Com experiência de trabalho no campo e na cidade, esta organização tem um histórico de apoio a questões sociais como a luta contra a ditadura, na década de 1970 e 1980, e as políticas neoliberais, a partir da década de 1990 (Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>>. Acesso em 07 dez. 2009).

⁹ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em 10 nov. 2009.

¹⁰ A Cáritas Brasileira, que já apoiava projetos em comunidades pobres desde a década de 1980, os chamados PACs, passou a ter a promoção da economia popular solidária nas linhas de ação do quadriênio de 2000 a 2003 (BERTUCCI; SILVA, 2003).

¹¹ Foi o caso dos governos de Olívio Dutra (PT) no Rio Grande do Sul e de Marta Suplicy, na capital e São Paulo (SINGER, 2009).

representantes de alguns empreendimentos mais expressivos criaram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). De tal forma que Singer (2009) afirma que a SENAES já nasceu com uma estreita relação com a sociedade civil, principalmente por meio do FBES (SINGER, 2009).

Uma das principais ações da SENAES foi retomar e ampliar o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, o PRONINC. Surgido em 1998, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONINC ajudou a criar mais cinco ITCPs, baseadas na experiência da ITCP-COPPE da UFRJ, mas, apesar do interesse de mais universidades, não prosseguiu com o apoio. No ano de 1999, as ITCPs existentes reuniram-se numa rede, a REDE de ITCPs, para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e propiciar a sua articulação política (SINGER, 2002). Com o surgimento da SENAES, o PRONINC, a agora sob sua direção, foi revivido e estendido para mais de vinte universidades por todo o país. Hoje em dia existem mais de 40 ITCPs em universidades no Brasil, que se reúnem periodicamente com apoio institucional em congressos nacionais e simpósios, e também regionalmente por meio de seminários e feiras de economia solidária.

Outras realizações dessa secretaria foram a organização do Sistema Informacional de Economia Solidária (SIES), que ajudou a construir com a ajuda de pesquisadores definições sobre o que se considera como economia solidária, empreendimentos de economia solidária, redes de empreendimentos, cadeias etc. Também foi realizado de um mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária, que culminou com a elaboração do *Atlas de Economia Solidária* em 2007.

Recentemente, algumas iniciativas da SEANES foram a criação de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) (que tem dado cursos principalmente para gestores públicos), a criação de linhas de microcrédito para pequenos empreendimentos, o apoio à redes e cadeias produtivas e o apoio às atividades comerciais dos empreendimentos (com o financiamento para realização de feiras e com a criação de programas de compras públicas).

Todas essas ações da SENAES realmente têm influência do FBES, como o caso mais recente da recém sancionada Lei nº 11.947 de 2009 (que determina que no mínimo 30 % da merenda escolar deve ser comprada de agricultores familiares, sem licitação), conquistada nesse âmbito, por reivindicação de certos grupos ¹². Há realmente a participação da sociedade civil em algumas decisões da política pública. Mas é necessária a consideração sobre o contexto geral em que a economia solidária se institucionalizou como uma política

¹² Como relatado em entrevista com um dos 'formadores' da ITCP/UFV.

pública, para subsidiar a nossa compreensão sobre a realidade das ITCPS e, especificamente, da ITCP/UFV.

Como o próprio secretário da SENAES esclarece, o cenário internacional da década de 1990 foi o colapso do “socialismo realmente existente” em países da Europa Ocidental e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que minou os pensamentos e os projetos da esquerda no mundo. E as experiências mal sucedidas de governos social-democratas na Europa e na América Latina, que não conseguiram mais do que “atenuar os excessos do neoliberalismo” (SINGER, 2002, p.111).

Analisando o ressurgimento da discussão sobre políticas públicas, Souza (2007, p.65) ressalta que nos últimos anos houve uma adoção de políticas restritivas de gastos, substituindo as políticas keynesianas do pós-guerra, principalmente em países com histórico de inflação como os da América Latina. A necessidade de ajuste fiscal e da busca de um equilíbrio fiscal por parte dos Estados tem restringido a ação destes sobre a economia, transformando as políticas sociais de universais em políticas focalizadas.

Uma crítica feroz a políticas públicas com esse caráter focalizado foi realizada por Santos (2004)

Assim como o território é hoje um território nacional da economia internacional (M. Santos, A natureza do espaço, 1996), a pobreza, hoje, é a pobreza nacional da ordem internacional. Essa realidade obriga a discutir algumas das soluções propostas para o problema, como por exemplo, quando se imagina poder compensar uma política neoliberal no plano nacional com a possibilidade de uma política social no plano subnacional. No caso brasileiro, é lamentável que políticos e partidos ditos de esquerda se entreguem a uma política de direita, jogando para um lado a busca de soluções estruturais e limitando-se a propor paliativos, que não são verdadeiramente transformadores da sociedade, porque serão inócuos, no médio e no longo prazo. As chamadas políticas públicas, quando existentes, não podem substituir a política social, considerada um elenco coerente com as demais políticas (econômica, territorial etc.) (p.74-75).

As políticas públicas focalizadas, segundo essa perspectiva, são um paliativo que não terão um efeito a médio e longo prazo. As políticas públicas de economia solidária estariam assim a ser um paliativo sem efeito, sem capacidade de promover mudanças estruturais.

De fato, se voltarmos à análise das iniciativas da economia solidária como integrantes do circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos, tal como caracterizou Santos (2004a), mesmo os avanços da política pública desde o seu surgimento até hoje, não houve modificações estruturais no modo de funcionamento da economia. Pochmann (2009), avaliando o contexto da economia solidária em 2004, identifica algumas lacunas que precisariam ser preenchidas para o avanço da economia solidária tais como: o estabelecimento de uma regulação, a criação de linhas de crédito específicas, a criação de uma entidade de apoio técnico tal como o SEBRAE, o apoio à criação de cadeias e redes e a

integração da economia solidária em estratégias de comércio internacional. Muitas dessas lacunas têm sido preenchidas pelas ações da SENAES nos últimos anos. Mas a realidade de haver grandes firmas com capacidade de um controle monopólico do mercado, sobre o preço e sobre o consumo não parece ter se modificado. Ao contrário, na globalização, com o aumento do papel da informação, uma informação ideologizada, e com o aumento da competição, essa situação parece ter só piorado (SANTOS, 2004b).

Para entender essa situação complexa, Souza (2007) nos dá mais uma indicação. Ao analisar várias teorias sobre o papel dos governos na definição das políticas públicas, a autora identifica visões elitistas, que defendem serem as políticas públicas definidas sempre por quem está no poder, e concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado, que dizem das políticas públicas que servem somente a algumas classes sociais. Num Estado complexo num mundo moderno, a autora diz que estamos mais próximos da concepção que fala sobre “uma autonomia relativa do Estado”(p.71), onde há espaço para influencias de grupos de interesse e movimentos sociais, dependendo da articulação que fazem e do tipo de política formulada. Essa visão nos permite pensar numa concepção do Estado em disputa por diferentes grupos, com diferentes projetos, ainda que devamos distinguir a intenção das políticas públicas e o que elas realmente conseguem fazer (*op. cit.*, p. 80).

A identificação de projetos diferentes em disputa também foi feita por Dagnino (2004), que identifica dois projetos concorrendo no Brasil hoje: um do neoliberalismo e um outro herdado da recente luta pela redemocratização do país, que ela chama de projeto democratizante e participativo. Este último refere-se a um processo de alargamento da democracia, que é representado pela maior participação da sociedade civil em decisões políticas e na formulação de políticas públicas, cujo marco foi a Constituição de 1988, mas que continua a se institucionalizar como na Criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas ou dos Orçamentos Participativos. Segundo a autora, ambos os projetos exigem uma “sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p. 17).

O outro projeto, do neoliberalismo, teria chegado na década de 1990 no Brasil, com as políticas neoliberais e o Consenso de Washington, e se caracteriza pela ideologia do Estado mínimo. Este último se isentaria do seu papel de proteção social e de garantidor de direitos, transferindo esse serviço para a sociedade civil. A tese da autora é que esses dois projetos acabam confluindo, na verdade, numa confluência perversa, uma vez que conceitos como participação, cidadania e sociedade civil, acabariam servindo não para o projeto democratizante, mas para os objetivos do projeto neoliberal (*op. cit.*).

A denúncia de Santos (2004) entrega de partidos de esquerda a essas propostas que são paliativos poderia estar nessa *confluência perversa*? No âmbito local, dos grupos de trabalhadores é que se pretende fazer algumas observações a esse respeito.

5. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV e o contexto de Viçosa

5.1. A ITCP/UFV

Surgida no segundo semestre do ano de 2003, por ocasião da disponibilidade de financiamento do primeiro PRONINC, um grupo de professores e estudantes do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa elaborou e submeteu um projeto para a SENAES para criar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na UFV. Muitos desses estudantes tinham realizado um estágio supervisionado de uma disciplina do Curso de Gestão de Cooperativas, através da qual conheceram ITCPs em outras universidades (como a ITCP da Universidade de São Paulo, a INTECOOP da Universidade Federal de Juiz de Fora e a ITCP da UFSJ, já filiadas à Rede de ITCPs), e retornaram empolgados com a idéia de criar uma ITCP na UFV (ITCP/UFV, 2006).

A ITCP/UFV foi então criada com o objetivo de “promover a Economia Popular Solidária e o desenvolvimento local sustentável através do fomento e acompanhamento de organizações populares, sejam elas cooperativas, associações ou clubes de trocas, no intuito de gerar trabalho e renda” (*op. cit.*, p. 2) para trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Hoje, a ITCP/UFV se constitui num programa especial da Divisão de Extensão, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura¹³. Ela conta com o apoio em infraestrutura da administração da UFV, como uma casa, com telefone e o fornecimento de transporte para a realização dos trabalhos fora da universidade. Demais equipamentos como computadores, mesas e materiais de escritório em geral, que são usados no cotidiano do trabalho, foram conseguidos por meio do financiamento do PRONINC.

A equipe executora do projeto, desde o seu início até hoje, é formada por estudantes, de graduação e de pós-graduação, e por professores da UFV, das mais diversas áreas de conhecimento. A estrutura organizativa do quadro social da ITCP/UFV, assim como a sua metodologia de trabalho, se baseou muito nos modelos de organização e metodologia das ITCPs já existentes. Essas não foram inventadas, e sim desenvolvidas a partir da metodologia da primeira ITCP, a da COOPE-UFRJ, que por sua vez adaptou a metodologia das Incubadoras Tecnológicas de Empresas que já existiam nas universidades. Esse fato

¹³ Como consta na página da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, no site da UFV. Disponível em: <http://www.ufv.br/pec/files/pag/divext.htm>. Acesso em 12 nov. 2009.

incurreu em vários impasses que foram contornados por meio de adaptações, como a adoção de várias ITCPs da educação popular como princípio, o uso de metodologias participativas e a preocupação na adequação sócio-técnica dos conhecimentos tecnológicos produzidos nas universidades (FREITAS, 2008).

Essa metodologia consistia resumidamente na assessoria sistemática e continuada da ITCP/UFV junto aos grupos populares de trabalhadores. Ela se dividia, como na maioria das ITCPs, em três partes: a *pré-incubação*, fase em que o grupo era identificado e a viabilidade econômica do projeto de empreendimento era analisada; a *incubação*, fase em que se dava a assessoria na articulação e formação do empreendimento, assim como a formação para a sua gestão; e a *desincubação*, fase na qual se daria o gradual distanciamento do grupo com a ITCP, na medida em que este já estivesse consolidado. Essas diversas fases, apesar de serem comuns, têm variações dependendo da realidade de cada ITCP (*op. cit.*). Dessa forma, o processo de incubação como um todo visa preparar o grupo tanto educativamente para a autogestão e para os princípios da economia popular solidária como tecnicamente para a gestão contábil, financeira, comercial, jurídica e, também, para a produção do empreendimento.

Os membros das equipes que realizam essas diversas etapas do processo de incubação são chamados de “formadores”, enfatizando a importância da *formação* no trabalho da ITCP/UFV. Esta não fica somente nos aspectos técnicos, muito importantes na consolidação e gestão do empreendimento produtivo, mas também foca-se em princípios próprios da economia popular solidária, dos quais a equipe da ITCP/UFV partilha, como democracia, autonomia e justiça econômica. Um outro princípio, mais ligado ao funcionamento da ITCP/UFV, e que pode ser concebido como uma característica da equipe é a multidisciplinaridade dos “formadores”.

Desde o seu início, a ITCP/UFV trabalha na assessoria de grupos de trabalhadores bastante diversos, de diferentes atividades econômicas, urbanos e rurais, do município de Viçosa e de sua região. Num primeiro momento, os trabalhos se davam com grupos de trabalhadores apenas de municípios mais próximos, da micro-região de Viçosa, mas devido a contatos específicos os trabalhos foram ampliados para municípios um pouco mais distantes, ainda dentro da Zona da Mata Mineira.¹⁴

Foi possível achar nos *cadernos de relatos* da ITCP/UFV¹⁵ que já foi realizado o trabalho de incubação dos seguintes grupos: um Grupo de Garçons, em Viçosa; um grupo de produtoras rurais de Guaraciaba; um grupo que queria formar um Cursinho Popular em

¹⁴ Como consta em Freitas (2008), complementado pelas entrevistas com os “formadores”.

¹⁵ *Cadernos de Relatos* são cadernos em que todas as reuniões são relatadas, tanto as internas da equipe da ITCP/UFV quanto as que ocorrem com os grupos.

Viçosa; um grupo da Associação de Assistência e Proteção aos Condenados (APAC) de Viçosa; um grupo de trabalhadores dos “Grupos do Pacheco”, em Ponte Nova; e um grupo de agricultores de Paula Cândido. Todos esses grupos não concluíram o processo de incubação seja porque decidiu-se não levar em frente o processo depois da pré-incubação, seja porque o grupo se desfez, ou mesmo porque a ITCP/UFV ou os grupos resolveram interromper o processo por algum outro motivo.

Alguns desses grupos não tiveram sucesso e passaram por dificuldades antes de interromperem o vínculo com a ITCP/UFV, segundo análise de Freitas (2008), por fatores internos à ITCP/UFV, dificuldades de funcionamento, e por fatores externos, relacionados à própria realidade precária dos grupos de trabalhadores.

No momento em que a pesquisa se iniciou, no mês de março de 2009, eram seis os grupos incubados pela ITCP/UFV: o grupo da Associação dos Trabalhadores da Usina de Reciclagem e Compostagem de Viçosa (ACAMARE); o grupo da APAE Rural de Viçosa; o grupo da “Retalharte”, um núcleo da Associação Quilombola Herdeiros do Banzo; o grupo do Clube de Trocas “Vivendo e Aprendendo” de Nova Viçosa; o grupo dos trabalhadores rurais do Assentamento Olga Benário, do MST, em Visconde do Rio Branco; e o grupo de agricultores da Cooperativa de Produção de Agricultura Familiar e Solidária de Espera Feliz (COOFELIZ).

Nesse ano de 2009, além de grupos da microrregião de Viçosa, são incubados pela ITCP/UFV grupos de trabalhadores de municípios de outras regiões da Zona da Mata mineira, que são Espera Feliz, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova. Antes de prosseguir a análise dos trabalhos da ITCP/UFV, cabe fazer uma pequena caracterização da região em que a ITCP/UFV possui trabalhos.

5.2. Viçosa e região

A ITCP/UFV situa-se no campus principal da Universidade Federal de Viçosa, no município de Viçosa, Minas Gerais, e, apesar disso, atualmente somente três dos seis grupos incubados por ela situam-se nesse município. Mas aí é sua sede, e os estudantes e professores que nela atuam moram nesse município, de tal forma que a realidade do município acaba exercendo uma grande influência sobre a organização. Assim, cabe uma análise mais detalhada sobre aspectos da economia e da sociedade de Viçosa. Serão apresentados também, ainda que superficialmente, alguns dados a respeito da mesorregião em que se encontra Viçosa.

Viçosa se localiza na mesorregião da Zona da Mata mineira, na sua porção norte, como mostra a ilustração 1. Sua população, em 2007, era de 70.404 habitantes (IBGE, 2003),

sendo que o índice de pobreza¹⁶, de acordo com o *Mapa da Pobreza e Desigualdade: Municípios Brasileiros 2003*, do IBGE, foi de 20,84%. Comparando-se os municípios de Minas Gerais esse índice não é dos mais baixos, que se encontram por volta de 70% em algumas cidades do norte do estado. A maior parte dos vinte municípios que compõe a microrregião de Viçosa, no entanto, de acordo com o Índice de Exclusão Social, do *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (POCHMANN e AMORIN, 2003, *apud* ITCP/UFV, 2006), assemelha-se aos municípios das regiões do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, regiões onde os municípios apresentam maior índice.



Ilustração 1. Mapa da mesorregião da Zona da Mata mineira (Disponível em:<http://www.sites-do-brasil.com/diretorio/catimages/mapa-zonadamata.gif>. Acesso em 10 nov. 2009.)

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Viçosa em 2007, de acordo com dados do IBGE (2007), foi de R\$ 510.890,00. Seguindo a divisão entre setores da economia, as atividades que mais contribuem para a o PIB são, em ordem decrescente: o setor terciário

¹⁶ No Mapa da Pobreza e Desigualdade o índice para medir a pobreza é o índice de Gini. Este “mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)”. Disponível em: http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97. Acesso em: 07 dez. 2009.

(comércio e serviços) com R\$ 396.361,00; as atividades industriais (do setor secundário) com R\$ 61.560; e a agropecuária (do setor primário) com R\$ 15.141,00.¹⁷

Entretanto esses dados nos permitem a visualização de certos aspectos da economia e da sociedade de Viçosa, como o fato dessa riqueza estar distribuída desigualmente. Dessa forma, a renda per capita média de 1991 a 2000 teve um aumento muito pequeno, de 324,8 reais para 329,7 reais; enquanto que, no mesmo período, não houve um aumento da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, que permaneceram com 2,8% da riqueza, enquanto que houve um aumento da renda dos 20% mais ricos, que passaram de 64,4% para 66,6% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO-FLP *apud* ADEVI, 2004).

De fato, se considerarmos a questão do desemprego ou da vigência de condições precárias de trabalho, a cidade de Viçosa apresentava, no ano de 2000, 23.601 indivíduos excluídos da população economicamente ativa, considerando-se um total de indivíduos com idade de inclusão no mercado de trabalho formal de 53.898 (IBGE, 2000 *apud* ITCP/UFV, 2006). Um índice muito alto.

Do ponto de vista da divisão entre atividades formais e informais, as atividades dos setores que mais contribuem para o PIB de Viçosa (os setores secundário e terciário) possuem alta porcentagem de informalidade, sendo que um pouco mais da metade delas são informais, como descrito na tabela abaixo.

Tabela 1. % de atividades informais por setores da economia de Viçosa-MG

Empresas Urbanas - Formalidade x Informalidade	Formal %	Informal %
Indústria	74,04	25,96
Comércio	68,19	31,81
Serviços	56,86	43,14
Total	64,23	35,77

Fonte: CENSUS, dados da pesquisa - Ano 2003

Analisando essa realidade de Viçosa, e a evolução da urbanização e de sua economia, Pereira (2005) atribui à presença da Universidade Federal de Viçosa a dinamização da economia local, a partir de suas ampliações que geravam um aumento da demanda de serviços e de comércio.

Descrevendo essa evolução, relata que até meados da década de 1920 a economia da cidade era baseada nas atividades agropecuárias. Em 1926, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), que ao longo dos anos teve importante papel na

¹⁷ Segundo dados do IBGE (2007). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

preparação de profissionais para as atividades modernas no campo do Brasil e começou a ser o principal elemento do processo de urbanização e evolução da economia local (*op. cit.*).

No final da década de 1960, a universidade é federalizada, num contexto político e social do governo militar¹⁸ em que o desenvolvimento era a idéia condutora. Nesse contexto, houve um grande aumento do número de cursos de graduação e de pós-graduação. Isso gerou um incremento da população do município, devido ao aumento do número de migrantes, e também uma inversão do local de residência da população, que passou a estar na sua maioria concentrada na cidade. O desenvolvimento da cidade dependia das oportunidades de emprego que direta ou indiretamente o crescimento da universidade proporcionava. No final da década de 1970, com um novo aumento do número de cursos, houve um aumento ainda maior da população, que na década de 1980 já tinha dobrado¹⁹ (*op. cit.*).

Esse crescimento de Viçosa pode ser associado ao fenômeno do crescimento das cidades médias no Brasil a partir da década de 1980, fazendo surgir alguns problemas sociais característicos das grandes metrópoles também nessas cidades. No caso de Viçosa, esse crescimento impulsionado pela expansão da UFV causou problemas no espaço urbano (valorização intensa das áreas centrais e expulsão da população de baixa renda para as periferias) (*op. cit.*). Com relação ao mundo do trabalho, houve um aumento do setor informal, que foi analisado por Alem, Turchi e Castro (1984) da seguinte maneira:

A expansão do setor informal da economia urbana passa a ser, dessa forma, o fato novo da estrutura produtiva local, tendo em vista que o ritmo de expansão das atividades propriamente capitalistas, que lideram o processo de acumulação econômica na cidade, está condicionado por fatores exógenos, principalmente os recursos para expansão da Universidade, que não são gerados na própria cidade. Assim, a constituição do mercado de trabalho urbano em uma cidade do interior como Viçosa representa a constituição do exército industrial de reserva em níveis incompatíveis com a própria necessidade que toda a estrutura produtiva capitalista precisa (p.59).

Analisando os mesmos efeitos, Pereira (2005) diz que essa centralidade da UFV para a economia local provoca a predominância do circuito inferior da economia, tal como caracterizou Santos (2004a). O aumento da demanda por serviços e por atividades de comércio causado pela vinda de estudantes de várias partes do Brasil, em especial do estado de Minas Gerais, para a UFV, não ocasionou o desenvolvimento de outras atividades que empregassem os trabalhadores que se dirigiam para a cidade.

¹⁸ De acordo com Fagundes (1985), depois do golpe militar de 1964 abandona-se o modelo nacional-desenvolvimentista e busca-se implementar um novo modelo econômico de desenvolvimento, associado ao capitalismo internacional (p.115).

¹⁹ Os cursos oferecidos pela UFV (incluindo os técnicos, graduação e pós-graduação) cresceram de 21, em 1974, para 81 em 2005 (PANIAGO,1990; UFV, 2005 *apud* Pereira, 2005).

As atividades agropecuárias são caracterizadas por ser de pequeno porte e desenvolvidas em pequenas propriedades. Estas são para subsistência, para o comércio local ou para uma das agroindústrias existentes na cidade. Entre essas agroindústrias, as principais são uma unidade de fabricação de embutidos da Pif-Paf alimentos, que atende o comércio regional, e uma fábrica de laticínios que funciona dentro do campus da UFV e é administrada por Fundação, a FUNARBE (PEREIRA, 2005). Existe ainda um Distrito Industrial na cidade, mas este possui poucas e pequenas indústrias. Estas são dos segmentos da construção, de móveis e de alimentos (deste último segmento existe a fábrica da Trigo Leve Alimentos), que atendem o comércio local e são pouco expressivas (LELIS, 2008).

Sem a UFV, no entanto, esse comércio local, do qual as próprias indústrias estão dependentes, não poderia se desenvolver. O que confirma a influência da expansão da UFV na economia e sociedade local. A UFV é hoje um importante centro de produção científica e tecnológica do país, onde se destacam as áreas agrícolas e da agropecuária²⁰. Existem convênios de pesquisa com universidades do exterior, tal é a importância da universidade na produção de biotecnologia, especialmente àquela que vai servir para a agricultura moderna no país. A influência do mercado é sentida pela presença de empresas influenciando e até financiando pesquisas. Essa influência é analisada por Pereira (2005) como uma especialização científica que atende aos interesses do mercado. Ela significaria a instalação de um “tempo rápido” na cidade, em detrimento de um “tempo lento”, característica das atividades econômicas locais, seguindo uma denominação de Santos e Silveira (2001, *apud* PEREIRA, 2005).

As demais atividades educacionais acabam surgindo e permanecendo a reboque da universidade, como vários Cursos Pré-Vestibulares, escolas de ensino médio e escolas de ensino superior particulares. Cabe ressaltar que essas escolas de nível superior que surgiram atendem mais aos estudantes da própria cidade ou região, enquanto que a UFV atende estudantes de todo o país. Enquanto a prefeitura usa o slogan de “cidade educadora”, Pereira (2005) prefere usar a denominação da especialização de Viçosa como “cidade científica”, pois a ciência, e uma ciência voltada para o mercado, é que seria um vetor de especialização territorial (p. 204).

A existência de um “tempo rápido” e um “tempo lento”, de atividades mais ligadas ao circuito superior e outras ao circuito inferior da economia, causa um impacto não só na economia e no espaço, mas também na sociedade viçosense. Num livro sobre a evolução histórica do município, Paniago (1990) assim escreve sobre a influência da universidade:

²⁰ A UFV recebeu 23,07% dos recursos do CNPq destinados à áreas de engenharia agrícola, florestal e de alimentos (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação *apud* Pereira, 2005).

A Universidade Federal de Viçosa está contribuindo para a formação de verdadeiras castas no município, no setor econômico: uma classe alta, formada pelo seu corpo docente e funcionários da alta administração, profissionais da medicina, do direito e da odontologia e grandes comerciantes; outra, a classe de baixa renda, com poder aquisitivo mínimo, e entre essas duas, uma terceira, representada pelos setores de serviços e pequenos funcionários do município, que lutam pela sobrevivência em uma localidade onde os preços sobem, segundo alguns informantes, à medida em que aumentam os salários pagos pela Universidade. Embora não haja uma pesquisa científica nesse âmbito, pode-se observar o fato e confirmá-lo, com efeito, através de entrevistas com informantes das três classes referidas (p.208).

Viçosa, portanto, cresceu cheia de contradições e espalha resquícios dessas contradições nas cidades do entorno, sobre as quais exerce influência. É no seio dessas contradições que foi criada a ITCP/UFV, programa de extensão destinado a assessorar trabalhadores do município de Viçosa e da região que ficaram à margem do processo de modernização e crescimento da cidade estimulado pela UFV.

6. Os lugares e os projetos a partir dos lugares

6.1. A marca da autogestão no cotidiano da ITCP/UFV

Vimos na seção anterior as contradições do município de Viçosa. Entretanto, o município não diz tudo sobre o contexto em que a ITCP/UFV surge, pois dentro da própria cidade existe uma outra ordem social que obedece a ordens federais, a Universidade Federal de Viçosa. Essa instituição tem uma dinâmica própria e é no interior da mesma, dentro das suas regras, que surgiu e que teve de ser construída a ITCP/UFV.

Como disse Pereira (2005, p. 204), a UFV hoje é um centro de produção de pesquisa especializada para todo o território nacional. São pesquisas para promover o melhoramento genético de espécies (para se adaptarem ao solo e clima do país ou para se tornarem mais resistentes a pragas) e também para a produção de insumos agrícolas. Tais conhecimentos e tecnologias voltadas para uma agricultura moderna se espalham para vários pontos do território brasileiro. É preciso enfatizar que essa agricultura moderna é uma agricultura empresarial, e que os conhecimentos e tecnologias agrícolas são muitas vezes apropriados por multinacionais da biotecnologia. Nesse sentido, Pereira (2005) refletindo sobre a instalação de um “tempo rápido” na universidade, quando a produção científica passa a se voltar para o mercado, com empresas e instituições privadas financiando pesquisas, conclui que “é a racionalidade de mercado que direciona e comanda boa parte da produção do conhecimento no lugar” (p 205).

Assim, o lugar da UFV está recebendo influências das forças de atores hegemônicos da verticalidade oriundas de fora do lugar. Essas forças que chegam até a universidade,

acabam gerando impactos, como os já discutidos na seção anterior, para fora dos limites da UFV. Com a intenção de dar subsídio para a construção de alternativas aos efeitos nefastos das forças da verticalidade, é que nasce a ITCP/UFV como um projeto de extensão, proposta não por atores hegemônicos e não para atender aos atores hegemônicos. Segundo Quirino (2005, *apud* FREITAS, 2008, p. 11), inicialmente a ITCP/UFV era vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e só posteriormente passou a ser vinculada a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, por se caracterizar como um projeto que articula ensino e pesquisa.

Essa antiga vinculação à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários indica que a UFV via o projeto como um serviço prestado à comunidade, já que preocupar-se com a comunidade é atribuição dessa pró-reitoria. Ora, segundo Fagundes (1985), enxergar as atividades de extensão como um serviço prestado à comunidade, esconde as contradições entre classes sociais e os diversos interesses com relação ao conhecimento que a universidade produz. Esse tipo de extensão se popularizou entre os reitores das universidades brasileiras durante a década de 1970 que tinham como fórum o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Tal concepção estava relacionada à idéia de um retorno do conhecimento produzido na universidade para a sociedade e pressupunha-se o afastamento das universidades com relação à sociedade. Por isso, é que era preciso voltar o rosto à sociedade. Essa visão mascarava o fato de que, na verdade, as universidades têm servido sim, desde o seu início, à sociedade, mas a apenas uma parte da sociedade na medida em que voltava-se a formação das elites.

O projeto da ITCP/UFV, imbuído de uma visão diferente sobre a extensão universitária, visa promover e apoiar as iniciativas de organização para produção de trabalhadores dentro do circuito inferior da economia, uma parte da sociedade que ficou de fora das ações da universidade durante décadas. Esse apoio chega a esses trabalhadores como apoio a empreendimentos de economia solidária. O discurso vinculado às ações dessa política pública de apoio à economia solidária por vezes concorda com a visão de que ela vai promover uma mudança na economia como um todo. Isso pode ser percebido num slogan da economia solidária: “uma outra economia em construção”. Mas os grupos de trabalhadores, que são os beneficiados dessa política pública, não têm a compreensão da sua atividade como uma iniciativa de economia solidária. Se a economia solidária é aquela que tem vínculos fortes com o território local, com os saberes tradicionais das populações e com relações de solidariedade próprias desse cotidiano dos grupos populares, tornada política pública ela vem agora como uma ação do Estado, de cima para baixo. Ela chega como uma ação do Estado, mas por meio de uma política pública específica, que pretende mudar uma situação econômica de trabalhadores pobres por meio de ações pontuais.

Diante desse fato se destacam alguns problemas. Primeiramente, os professores e estudantes da universidade, instituição que tem forte influência para produzir uma pesquisa e um ensino para o mercado, como já discutido, não têm necessariamente experiência ou prática nem trabalhos educativos junto a grupos populares de trabalhadores. Assim, há grande dificuldade na realização do trabalho proposto, fazendo com que os envolvidos no processo de incubação tenham que, muitas vezes, aprender fazendo. Isso porque o conhecimento e as tecnologias produzidos na UFV, assim como o ensino nos diversos cursos, não são voltados para atender a realidade de trabalhadores pobres.

Dessa forma, os estudantes e professores da ITCP/UFV têm que, no seu cotidiano, trabalhar para produzir um novo conhecimento e, ao mesmo tempo, disputar uma valorização de sua pesquisa (que se dá junto aos grupos populares) dentro de um contexto acadêmico. Assim, o fato de a ITCP/UFV ser uma célula *autogestionária* num meio intensamente hierárquico e *heterogestionário*, somado a essa extensão diferenciada e a essa produção de um conhecimento contra-hegemônico, fazem com que esse programa de extensão se comporte como uma associação de trabalhadores.

Em segundo lugar, como já foi discutido, a economia popular e solidária que foi construída por meio das várias experiências surgidas e fortalecidas a partir da década de 1980, não surgiram completamente por iniciativa dos trabalhadores. Essas experiências surgiram por meio de ações de organizações de trabalhadores, como a ANTEAG e o MST, mas muitas delas partiram de entidades de apoio, como a CÁRITAS, a FASE e, mais tarde, a Rede de ITCPs (SINGER, 2002). De tal forma que alguns grupos de trabalhadores que se organizam para a produção, com solidariedade, com relações fortes com o lugar, utilizando-se de saberes populares e juntando a necessidade econômica com reivindicação política (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), não se reconhecem necessariamente como empreendimentos de economia solidária. Apesar desse reconhecimento não ser o fator mais importante dessas iniciativas, ele tem implicações negativas, uma vez que os grupos não sabem que a política pública, que agora lhes beneficia, foi uma conquista do seu próprio grupo de interesse e não uma dádiva da universidade, nas ações de extensão (FAGUNDES, 1985) muito menos do governo.

Essas duas situações problema (a falta de formação dos universitários para o trabalho e o fato de as iniciativas dos trabalhadores depender politicamente das entidades de apoio) juntaram-se a uma outra dificuldade estrutural e financeira. Houve uma grande demora na liberação dos recursos para a construção da ITCP/UFV, concedidos por meio do PRONINC, e uma grande redução do montante total de recursos fornecidos, se comparando ao proposto no projeto inicial. Isso criou uma série de instabilidades no grupo que queria montar a

ITCP/UFV, que só foram contornadas com a adoção de uma forma particular de organização.

Segundo Quirino (2005, *apud* FREITAS, 2008), a ITCP/UFV teve seu projeto aprovado pelo PRONINC em dezembro de 2003, mas o recurso só foi liberado em outubro de 2004, e ainda com corte de 75% dos recursos. Nesse período houve uma grande evasão da equipe que iria executar o projeto. Essa equipe era composta por estudantes de graduação, professores e profissionais recém-formados. Essa evasão foi atribuída, principalmente, à demora na liberação do financiamento, pois os profissionais não poderiam ficar sem salário, e os estudantes, sem a perspectiva do recebimento de bolsas, também se desmotivavam. Mas não eram todos os estudantes que se desmotivavam, segundo Freitas (2008), e sim aqueles que não tinham uma identificação com o projeto, de modo que este foi outro fator atribuído como causa dessa evasão.

Essa não identificação com o projeto deve-se ao fato de suas propostas serem diferentes das ações que vinham sendo realizadas no seu entorno. De fato, apesar de surgir entre estudantes e professores do Departamento de Economia Rural da UFV, o trabalho com cooperativas populares não é privilegiado entre os assuntos estudados no departamento nem um horizonte de trabalho para a maioria dos estudantes que ingressam no curso. Segundo um relato de um “formador”, que faz o curso de Gestão de Cooperativas, poucos são os professores do departamento que entendem e pautam a economia solidária em sala de aula, sendo que ele mesmo se esforça por tentar introduzir esse debate. A maioria dos estudantes quando entram no curso se assustam ao serem defrontados com a possibilidade de trabalhar com cooperativas populares, como disse o mesmo “formador” em entrevista. A perspectiva deles é trabalhar com grandes cooperativas, aquelas que Singer (2002) diz terem se desvirtuado e se tornado grandes empresas, de tal forma que não se caracterizariam enquanto economia solidária.

Assim, a necessidade da ITCP/UFV consolidar a sua “posição social” (*op. cit.*) frente a um contexto adverso, a necessidade de promover princípios da economia solidária para os trabalhadores (e não só prestar assessoria técnica) e a dificuldade da falta de recursos fazem com que a própria ITCP/UFV seja uma experiência associativa que propõe uma construção alternativa do seu meio, no caso, o meio acadêmico. Diante de todas essas dificuldades que precisavam ser enfrentadas pela equipe da ITCP/UFV em formação, assim como o fato de alguns estudantes mais engajados serem guiados pelos princípios da economia solidária (como autogestão e democracia), fez com que essa forma de organização autogestionária e democrática fosse sendo construída para manter o grupo unido na busca da solução para os problemas citados.

A *autogestão* pode ser compreendida como um dos eixos norteadores das organizações que trabalham na economia solidária e em prol da instituição da economia solidária. Ela se caracteriza por numa gestão radicalmente democrática, e direta, do grupo pelo próprio grupo. Em associações e cooperativas, como é uma prática desde os pioneiros de Rochdale, ela ocorre por meio de duas ações: todas as decisões importantes são tomadas em assembléia; e todos nessas assembléias têm direito a um voto (SINGER, 2002).

Foi citada pelos formadores entrevistados que um fator diferenciador da ITCP/UFV é a sua organização autogestionária. Ela não seria a única ITCP a se organizar dessa maneira, somando-se a mais duas ITCPs que possuem essa característica e se distinguem das demais ITCPs no país. Também com essa forma de organização, foram citadas a ITCP da USP, que teve uma forte influência no início da ITCP/UFV, e também a ITCP da Unicamp. Da ITCP da USP, inclusive, é de onde saiu o secretário nacional da SENAES, o professor Paul Singer, um ferrenho defensor da autogestão como resposta ao desemprego. Para ele, a autogestão é a principal prática que garantiria a estruturação de uma economia solidária, se ela fosse adotada por todos os grupos de trabalhadores, e dessa forma seria possível a construção de uma forma “superior” de organizar a economia, na medida em que ela propiciaria aos trabalhadores uma “vida melhor” (*op. cit.*, p.114).

Sem dúvida a existência da Rede de ITCPs e a prática das ITCPs filiadas à essa Rede de receberem formadores de outras ITCPs para troca de experiências foram fatores decisivos na criação e consolidação da ITCP/UFV. A idéia de autogestão e os princípios da economia solidária seguidos pela ITCP/UFV, não teriam conseguido se estabelecer se não fosse o contato com outras ITCPs que já tinham essas idéias e princípios. Foi preciso que houvessem instituições e práticas sociais, no caso, a Rede de ITCPs e os seus encontros periódicos, para que se estabelecessem articulações em várias escalas e para que as idéias e princípios se espalhassem.

Essa forma de funcionamento autogestionário, porém, pode ter efeitos negativos, como o afastamento de professores que poderiam se envolver com o trabalho e a dificuldade de ocorrer um aumento e complexificação da equipe de trabalho. Esse problema é relatado numa entrevista com um “formador”, que considera a prática da autogestão como um fator de afastamento de professores. Segundo este formador, os professores não têm a mesma disposição dos estudantes de participar de longas reuniões para buscar um consenso sobre as questões que afetam o trabalho da ITCP/UFV, uma vez que na universidade eles possuem outras demandas. Além disso, a preocupação de se manter a autogestão diante da introdução na equipe da ITCP/UFV, juntamente com os estudantes de graduação, de um técnico de nível superior, tem sido discutida em várias assembléias o que tem levado ao atraso na contratação

desse técnico de nível superior. De fato, numa avaliação realizada pela FASE²¹ no ano de 2005, já era apontado que a equipe da ITCP/UFV perdia muito tempo em reuniões de modo a comprometer as outras atividades de pesquisa e de assessoria aos grupos.

Assim, por um período de tempo nos trabalhos da ITCP/UFV deu-se mais ênfase à formação política²², dando-se mais importância à promoção da autogestão internamente e externamente, para os grupos de trabalhadores assessorados, do que à assessoria técnica aos empreendimentos. Isso acarretou uma série de problemas no modo de funcionamento, na organização e estruturação interna do grupo da ITCP/UFV e na própria metodologia de incubação de grupos do programa.

Mas a autogestão interna tem também efeitos positivos exemplares. Primeiramente, como relatado por todos os “formadores” entrevistados, ela garante a coerência entre o que se faz e o que se prega, uma vez que a autogestão é um princípio da economia solidária. Em segundo lugar, muitas das formas de resolver problemas coletivos, vivenciadas na autogestão, propiciam exemplos e subsídios para o enfrentamento de problemas nos grupos populares incubados. Também a organização autogestionária propicia a formação política dos formadores, num cotidiano radicalmente democrático, em que estes são chamados a opinar e exercer o direito de voto sobre as várias questões que envolvem a ITCP/UFV (entrevista com os formadores da ITCP/UFV).

Enfim, o modo de funcionamento da ITCP/UFV, pelo menos no que se refere ao processo de tomada de decisões, se assemelha muito ao de uma associação. A maioria das questões que envolvem a ITCP/UFV é decidida em assembleias gerais, inclusive a escolha de coordenadores. Essas assembleias ocorrem, hoje, no mínimo duas vezes ao mês, sendo que podem ser convocadas assembleias extraordinárias. A equipe da ITCP/UFV, formada atualmente por 15 estudantes, tenta funcionar autogestionariamente, mas parece que esse tipo de organização é limitada pela estrutura hierárquica da universidade. Uma equipe de “formadores”, composta por alguns estudantes do curso de Direito, ficou responsável, inclusive, por elaborar um Regimento Interno, no ano de 2006, que definisse a instituição, sua organização interna e regulasse o funcionamento interno da ITCP/UFV²³. Ele é seguido até hoje, com algumas modificações, mas esse Regimento Interno não foi institucionalizado na Divisão de Extensão, nem na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Assim, no nível do lugar, onde está a ITCP/UFV e os grupos de trabalhadores, ocorrem várias tensões durante o trabalho cotidiano. Segundo Santos (2005) o lugar é a sede

²¹ A FASE foi contratada pela SENAES, em 2005, para realizar uma avaliação das ITCPs que recebiam recursos federais por meio do PRONINC. UM representante da FASE visitou a ITCP/UFV no ano de 2006 e elaborou um relatório avaliativo para a SENAES (FREITAS, 2008).

²² Informação colhida dos Cadernos de Relatos da ITCP/UFV.

²³ Informação colhida nos Cadernos de Relatos da ITCP/UFV.

da “resistência da sociedade civil” (p.143). A construção desse espaço banal se dá com a tensão entre as diversas forças, umas voltadas para a horizontalidade e outras para a verticalidade. As primeiras, numa democracia de mercado, tendem a se subordinar às segundas, uma vez que o território hoje é construído para ser um suporte de redes que beneficiam os atores hegemônicos (op. cit., p. 143). A ITCP/UFV tenta estimular a criação de outras redes, as redes de uma horizontalidade voltada aos grupos populares locais, tentando reorientar as ações da UFV, que é uma instituição que tem ajudado a construir justamente as condições benéficas para o predomínio de ações das verticalidades. Essas tensões se materializaram de um modo emblemático, sobretudo, nas discussões sobre a metodologia de incubação e a organização interna.

6.2. As discussões sobre a organização interna e sobre a metodologia de incubação

A forma de organização autogestionária da ITCP/UFV está intrinsecamente ligada às transformações ocorridas no seu modo de organização interna e na sua metodologia de incubação. Segundo Freitas (2008) a metodologia de incubação depende da estrutura da organização interna da instituição para a sua realização, e essa estrutura tem sido adaptada, ao longo dos anos na ITCP/UFV, de acordo com as modificações na metodologia de incubação.

A metodologia de incubação e a estrutura organizacional interna da ITCP/UFV, assim como das ITCPs em geral, como já foi dito, tiveram uma influência da forma como a primeira experiência de ITCP, surgida na COOPE-UFRJ, se baseou. Essa experiência pioneira pegou o exemplo das Incubadoras de Empresas, que já existiam em algumas universidades, de tal forma que as fases de incubação dos dois tipos de incubadoras são bem parecidas.

A realidade na qual as ITCPs estão inseridas, no entanto, é bem diferente. Como o próprio projeto da ITCP/UFV diz, o trabalho do projeto destina-se a assessorar grupos excluídos do mercado formal de trabalho (ITCP/UFV, 2006). São trabalhadores pobres, com baixa qualificação e poucos anos de escolaridade, que tentam construir uma oportunidade precária de organização econômica. Eles pertencem ao setor da economia popular, como disse França Filho e Laville (2004); ou ao circuito inferior da economia, como diz Santos (2004a), onde as atividades econômicas são exercidas sem um capital intensivo, baseada na criatividade dos setores populares em utilizar-se das tecnologias disponíveis na sua realidade. As Incubadoras de Empresas trabalham com uma realidade diferente, onde há capital

disponível, tecnologia e mão-de-obra especializada. As ITCPs tiveram, então, que adaptar a metodologia de incubação dessas Incubadoras de Empresas.

É por isso que um dos princípios do trabalho da ITCP/UFV, que está contido na prática da maioria das ITCPs²⁴, é o da educação popular, tal como foi definida e exercida por Paulo Freire (1996). A educação libertadora com uma prática dialógica seria essencial para a comunicação entre o saber sistematizado e científico da universidade e o cotidiano dos sujeitos das classes populares. Como o conhecimento não é passível de ser transferido, sendo uma construção gnosiológica entre sujeitos mediados por um objeto (*op. cit.*), desse encontro surge outro conhecimento. Este, porém, é agora mais crítico, na medida em que foi preciso desvendar os contextos sociais de cada um dos sujeitos, para esclarecer as relações de poder que desvalorizam um tipo de conhecimento e os próprios trabalhadores. Necessariamente, então, ao assumir a postura de uma educação popular como princípio nas intervenções da ITCP/UFV junto à comunidade, está-se assumindo que a assessoria técnica a esses grupos vai ser sempre também política.

É assim que Cruz (2004, *apud* Freitas, 2008, p. 17) identifica uma série de desafios a serem superados nas práticas das ITCPs: desafios econômicos, desafios pedagógicos e desafios políticos. O primeiro se refere à busca por eficiência econômica nas condições dos grupos, através de tecnologias que não causem muito impacto à natureza e que não interfiram na autogestão e na solidariedade dentro do grupo. O segundo se refere ao modo com que os trabalhadores se organizarão para gerir o empreendimento econômico na busca de eficiência econômica, sem que haja um desvirtuamento da autogestão e a democracia. E o terceiro se refere à preocupação com o modo de intervir da ITCP para que este não comprometa a autonomia dos grupos e estimulando a sua iniciativa para se tornarem sujeitos em busca da cidadania.

Ora, todos esses desafios não são de fácil resolução e estão ligados a fatores estruturais da sociedade e da economia, que estão hoje, com a globalização, vinculados a forças que atuam em escala internacional. Refletindo sobre isso cabe lembrar que a ciência e a tecnologia desenvolvida na UFV como manifestação de um “tempo rápido”, como disse Pereira (2005), são estimuladas por interesses de empresas do circuito superior, por forças dotadas de uma racionalidade científica. E que o circuito superior comanda o circuito inferior. Assim, a tarefa de assessorar grupos populares no desenvolvimento de técnicas

²⁴ Como relata um dos coordenadores da avaliação da FASE sobre as ITCPs no artigo *Educação Popular e Cooperativismo*. Disponível em: http://www.acompanhamentoproninc.org.br/proposta/proposta_111/pedro_cunca.pdf. Acesso em: 01 nov. 2009.

apropriadas à sua realidade preservando a autonomia dos grupos é uma tarefa contra-hegemônica.

O que se pretende, então, é transformar a realidade valorizando as ações do “tempo lento”, para que as iniciativas de organização para a produção dos trabalhadores possam se tornar mais do que uma simples estratégia de sobrevivência. Assim, busca-se a autonomia dos sujeitos, permitindo a esses grupos uma contribuição na construção do desenvolvimento. É o que Santos (2004b) sugeria quando dizia sobre a construção de uma outra globalização, que as técnicas atuais por meio das quais são construídas esse mundo permitem também a construção de um outro mundo. Percebe-se, então, que não se trata de uma tarefa simples. Na verdade, se a responsabilidade ficar somente para um pequeno grupo autogestionário de estudantes e professores, pode-se dizer que a tarefa é quase impossível.

O desafio econômico levantado por Cruz (2004, *apud* FREITAS, 2008) é analisado por Dagnino (2002, *apud* FREITAS, 2008, p. 17) como a necessidade de se realizar uma *adequação sócio-técnica* de conhecimentos, pesquisas e tecnologias da universidade para a realidade dos grupos populares, considerando tanto aspectos sociais e econômicos quanto ambientais.

A metodologia de incubação da ITCP/UFV e sua estrutura organizativa, então, passaram por uma série de transformações decorrentes da perseguição ininterrupta da sua equipe de superar esses desafios levantados a respeito do trabalho com grupos populares.

No início, nos anos de 2004, a organização interna era formada por diversos setores específicos, responsáveis por cada tarefa no processo de incubação. Por exemplo, havia um setor de educação cooperativista, um setor de viabilidade econômica, um setor de certificação (para formalizar juridicamente o grupo) e etc. Cada professor ou estudante se distribuía por setor de acordo com sua área de formação dentro da universidade. O processo de incubação se daria por meio da ação de vários setores da ITCP/UFV em conjunto (FREITAS, 2008).

Na teoria essa organização parecia coerente com os objetivos da ITCP/UFV, mas na prática, e diante de todos os percalços pelos quais a ITCP/UFV passou no começo de sua existência, essa organização não funcionou. Os estudantes e professores sem experiência em trabalhos de assessoria a grupos populares não conheciam o trabalho na sua totalidade e cada ação de cada setor ficava desconcertada, isso quando cada um compreendia a sua função.

Depois, houve uma mudança na organização interna, com o objetivo de sanar essa dificuldade, e cada grupo incubado passou a ser acompanhado por uma equipe fixa de formadores do início ao fim de sua incubação. Isso se deu a partir de 2005. Talvez a compreensão sobre as várias etapas sobre do processo de incubação tenha melhorado, mas a

falta de experiência de professores e estudantes permaneceu. Ainda havia dois fatores agravantes: uma grande rotatividade de estudantes, que na sua trajetória acadêmica não tinham tempo de adquirir o conhecimento e realizar de maneira qualitativa o trabalho de extensão (pois estes logo precisavam se formar); e o desinteresse de professores, pois poucos foram os que se aproximaram e acompanharam o trabalho, e ainda na medida do possível diante das suas demais tarefas enquanto professor universitário e diante da já citada dificuldade de adaptação a autogestão.

A respeito dessas dificuldades da ITCP/UFV, Freitas (2008) faz uma perspicaz distinção: há fatores internos que influenciam nessas dificuldades da ITCP/UFV, como a autogestão e a falta de formação; mas há fatores externos, que fogem à esfera da organização interna da ITCP/UFV ou da metodologia de incubação, que são a falta de recursos para os trabalhos, a falta de apoio da universidade, a lógica de funcionamento da pesquisa científica e do ensino hoje (que, como disse Pereira (2005), sofre uma influência grande do mercado) e a urgência dos grupos populares por resultados.

Esse último fator externo que influencia nas dificuldades da ITCP/UFV vale ser destacado pela sua especial perversidade. A urgência dos grupos populares de ter os tais trabalho e renda, que a política pública de economia solidária pretende fomentar, são causados pela já discutidas *precarização estrutural do trabalho* (ANTUNES, 2007) e pelo despotismo do dinheiro, que aumenta a competitividade, o individualismo e a necessidade de consumo (SANTOS, 2004b). O que Santos (idem) chama de perversidade sistêmica ou violência estrutural e a falta de solidariedade que ela gera na vida das pessoas, mesmo as dos setores populares que tradicionalmente tem sobrevivido por meio das práticas solidárias, dificulta qualquer trabalho junto de grupos populares direcionado para a organização produtiva, autogestionária, democrática e solidária. Os formadores que estão na ponta da política pública, no cotidiano dos grupos, é que entram em contato com essa contradição, mesmo que o volume de recursos destinado a reversão dessa situação por meio da política pública não esteja nem próximo do suficiente.

Essa, a falta de recursos para a execução da política pública de economia solidária, em comparação com outros setores do governo, foi inclusive uma reclamação do Coordenador Nacional da Rede de ITCPs numa plenária do último *Encontro da Região Sudeste da Rede de ITCPs*, ocorrido em julho de 2009, na UNESP de Assis, São Paulo (dados da pesquisa).²⁵ A reclamação é válida e bem coerente com a análise do contexto que vivemos hoje da globalização neoliberal, realizada por Souza (2007), em que tem sido

²⁵ Essa fala foi anotada durante o próprio seminário. A participação nesse Seminário foi parte de uma observação participante realizada especificamente para colher informações desta pesquisa.

adotada uma postura de restrição de gastos como área social. Sobre essa falta de recursos e a condição precária de atividades como as das ITCPs junto a grupos populares, pode-se citar uma análise de Brandão (2006) que, falando sobre os programas de educação de adultos nas décadas de 1960 e 1970, avalia que nas condições precárias em que ela é realizada ela não consegue formar, e que essa formação precária é adequada para um segmento da população que não precisa ter mais do que isso para se inserir na esfera da produção.

Sobre essa falta de recursos para o exercício das atividades de educação de adultos, diz o autor: “Ela não é precária e compensatória porque lhe faltam recursos; mas, porque precisa ser apenas precária e compensatória, vive de não ter recursos. Não nos iludamos, a sua falta é a sua suficiência” (op. cit., p. 78). A mesma análise pode ser feita sobre os programas de apoio à economia solidária.

Apesar desse contexto exposto, a falta de capacitação técnica continua a ser um problema nas atividades da ITCP/UFV e um limite do trabalho que se tenta contornar, como relatado numa entrevista com um “formador”. Ainda na tentativa de solucionar esse problema de formação técnica, principalmente nas áreas de gestão e planejamento financeiro e econômico (para a realização de análises de viabilidade econômica e planos de negócios), problema que atrapalhava o processo de incubação, realizou-se mais mudanças na estrutura interna.

A partir do ano de 2007, cada formador teria que participar de uma equipe de incubação, acompanhando a assessoria de um grupo de trabalhadores, e de um eixo de pesquisa interno da ITCP/UFV, onde se dedicaria a pesquisar conhecimentos da sua área de conhecimento e adaptá-los à realidade de grupos populares. Eram três eixos: educação, produção e comercialização, e seu intuito era realizar a adequação sócio-técnica tão demandada. Mas seria preciso angariar professores orientadores de cada eixo, e as dificuldades expostas sobre as relações de professores e o coletivo de estudantes não ajudaram.

Na verdade, essa dificuldade de ter professores orientando a produção desse tipo de conhecimento na universidade é mais complicada do que parece. Ao refletir sobre a organização autogestionária, que poderia afastar os professores, um “formador” assim avaliou:

Muitas vezes é difícil a gente conseguir orientação pelo fato de a gente ser um coletivo bem coeso de estudantes... e que se organizam. É difícil um professor falar não: eu bote fé nesse pessoal... O pessoal fica meio assim... porque vê que... não tem uma hierarquia muito marcante... O professor não vai chegar aqui e vai mandar e dizer tem que ser isso... Não, vai ser tudo discutido... E não sei se o professor vai ter, primeiro, paciência, e, depois, disponibilidade de tempo (entrevista com formador da ITCP/UFV).

Em seguida, perguntado sobre porque os professores não têm tempo, ele diz que a lógica acadêmica “não favorece a extensão... Pra eles (os professores) vale mais a pena fazer pesquisa e publicar a pesquisa do que se envolver num projeto de extensão demorado, que dificilmente... comumente não dá o resultado como ele quer, em números, quantitativos...” (entrevista com formador da ITCP/UFV).

Analisando com mais cuidado, então, o que está em jogo aqui mais uma vez não é exatamente um fator interno, como disse Freitas (2008). A dificuldade técnica é atrapalhada pela lógica da universidade que não está voltada para a produção desse tipo de conhecimento, mas sim, como disse Pereira (2005), ela é controlada pelo mercado. O que está em jogo, então, é a capacidade dos grupos populares de orientar a produção científica da universidade para os seus interesses. E isso tem a ver com fatores que extrapolam o simples financiamento de pesquisas, uma vez que não se tem financiamento privado de todas as pesquisas e nem em todas as áreas do conhecimento. A questão não teria a ver com uma dominação ideológica, com uma hegemonia na concepção de como o mundo funciona?

Refletindo sobre o porquê de não se ter mais pesquisas nas universidades (e mais intensas) sobre tecnologias alternativas, voltadas à realidade das classes populares, uma vez que elas são a maior parte da população brasileira, uma passagem de Harvey (2006) pode ajudar. Diz ele

... isso põe em relevo o fato de que a luta para pensar alternativas – pensar e agir de outra maneira – entra em contato com as circunstâncias de uma vida cotidiana localizada, e com a consciência dela derivada. O aspecto mais insidioso é o modo como a rotina, em virtude do bem-estar e da segurança que oferece, é capaz de mascarar as formas de acordo com as quais se tem de enfrentar a longo prazo as incômodas perspectivas da mudança transformadora (HARVEY, 2006, p. 311).

Talvez tenha sido a necessidade de gerar uma mudança de perspectiva, de colocar a consciência em contato com uma outra realidade, com o cotidiano das classes trabalhadoras é que a ITCP/UFV, como uma instituição, tenha apoiado e ajudado a construir Estágios Interdisciplinares de Vivência²⁶, juntamente com movimentos sociais e várias entidades do movimento estudantil. A crença de que a própria formação técnica, ou a dificuldade de sua obtenção, está ligada a uma questão no fundo política, pode ser o que tenha feito a equipe da ITCP/UFV ter dado mais ênfase na formação política num determinado período de sua existência²⁷.

²⁶ O Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais (EIV-MG) se constitui na ida do estudante para passar um período de 13 a 15 dias na casa de um agricultor ligado a algum movimento social, com outro período concentrado de discussões sobre temas relevantes a respeito da universidade e da sociedade brasileiras (como a produção científica e a reforma agrária).

²⁷ Essa informação foi colhida num dos Cadernos de Relatos da ITCP//UFV.

A necessidade de conhecimentos técnicos é reconhecida, mas a ação da equipe da ITCP/UFV não se dirige na tentativa de resolução somente desse problema. Essa dificuldade é vista como parte de um conjunto de problemas. E o contexto perverso descrito anteriormente com certeza influencia para a postura defensiva dessa associação autogestionária na discussão sobre a metodologia de incubação e sobre a estrutura interna da ITCP/UFV. Mas um fato deve-se reconhecer nessas discussões sobre as estratégias de ação da ITCP/UFV, sobre as suas metodologias de incubação: elas são realizadas por todos os formadores e professores da equipe da ITCP/UFV. É nesse momento que são construídas as concepções críticas a respeito do funcionamento de uma organização, de uma universidade, sobre o papel da pesquisa, do ensino e da extensão numa universidade pública.

Nas discussões sobre a metodologia de incubação, envolvidas no dilema entre formação técnica e formação política, estão discussões mais complexas como as propostas discutidas por Singer (2002), pelos socialistas utópicos e pelas cooperativas do século XIX. A produção dos grupos de trabalhadores devem ser vendidas somente entre eles? Deve-se criar redes de consumidores e de produtores, cadeias produtivas, e toda a forma de articulação econômica que rivalize com a economia capitalista? Ou deve-se privilegiar as demandas dos grupos de trabalhadores por renda e consumo, privilegiando o mercado em que se conseguir obter maior rendimento, deixando em segundo plano as preocupações sobre comércio justo e solidário?

A ITCP/UFV propicia as situações para que os “formadores”, estudantes que simplesmente fazem um estágio durante a sua vida universitária, tenham que pensar propostas sobre como organizar a sociedade, para que estes pensem projetos de sociedade. Não há dúvida, e todos os formadores entrevistados afirmaram isso, que o contato com o grupo de trabalhadores influenciou a sua forma de compreender a economia dos “de baixo”, daquela realidade que segundo Santos (2004b) foi chamada de “nação passiva”, em oposição à “nação ativa”, integrada as correntes da globalização atual. Só que o que a proposta da ITCP/UFV defende é mais do que assessorar esses grupos, é fazer a inversão que Santos (2004b) fez na teoria, ajudar a transformar essa “nação passiva”, na verdadeira “nação ativa” que ela é, ou pode vir a ser.

Vejamos, a seguir, o desafio de cada projeto da ITCP/UFV, de como cada um dos grupos de trabalhadores tenta enfrentar a realidade e tem um desafio diferente na busca por melhorar a sua condição ou mesmo na busca dessa transformação citada.

6.3. APAE Rural de Viçosa²⁸

A incubação do grupo da APAE Rural de Viçosa começou em 2005 e deu-se até o primeiro semestre de 2009, quando a equipe da ITCP/UFV responsável por acompanhar o grupo avaliou que se deveria interromper o processo de incubação. Esse grupo era formado por estudantes da APAE Rural de Viçosa, alguns pais e mães e por funcionários da APAE Rural. Pretendiam formar uma cooperativa, mas houve uma série de dificuldades que merecem ser descritas por esclarecerem um pouco sobre a ITCP/UFV e sua relação com grupos de trabalhadores.

A demanda pela incubação veio por meio de um projeto da APAE Rural para a criação de uma cooperativa nas instalações, com os alunos, os responsáveis por esses alunos e pelos funcionários da instituição²⁹. Tal projeto, que era simples e sintético, foi encaminhado para a ITCP/UFV pela coordenadora da APAE Rural. Esse projeto listava uma série de equipamentos, a reforma de um galpão para ser a sede da cooperativa e o pagamento de serviços para a prestação de assessoria técnica na área de gestão da cooperativa e na área de técnicas agrícolas. Os produtos que se visualiza produzir eram produtos hortigranjeiros e os resultantes das oficinas de culinária e marcenaria, pelas quais eles passaram, além de produtos de outros cursos que poderiam ser organizados pela APAE Rural. Também, no que se refere à comercialização, o projeto informava sobre um acordo entre a APAE Rural e a prefeitura para a disponibilização de uma barraca na feira para servir de ponto de escoamento dos produtos.

Na verdade, o projeto foi escrito para ser enviado ao Departamento de Economia Rural da UFV e de lá é que houve a indicação para ser encaminhado à ITCP/UFV. Ao que parece, o fato de o grupo exercer a atividade de agricultura urbana pode ter tido influência na aceitação do trabalho de incubação do grupo da APAE Rural. Isso porque o processo de incubação do grupo da APAC, onde havia um trabalho de agricultura urbana, tinha acabado de ser interrompido, de maneira que haveria uma equipe dentro da ITCP/UFV com experiência nesse tipo de atividade sem realizar incubação.

De acordo com o relatado por um dos “formadores”, o trabalho começou equivocado na medida em que não houve uma preocupação, por parte de quem propôs à ITCP/UFV a incubação do grupo, saber qual eram as expectativas do grupo. Talvez devesse ser feita uma avaliação se era vontade deles realmente organizar uma cooperativa. Isso porque o trabalho associativo, nas condições de um grupo sem capital e sem muita capacitação (muitos das

²⁸ As informações descritas nessa seção foram coletadas nos arquivos de documentos da ITCP/UFV.

²⁹ O projeto encaminhado pela coordenadora da APAE Rural à coordenação da ITCP/UFV foi encontrado nos documentos da ITCP/UFV.

mães e pais que estavam mais dispostos a acompanhar a produção dos seus filhos e filhas tinham pouca escolaridade), requer uma disposição e um dispêndio de tempo grandes e, ainda por cima, no início, consegue-se pouca renda.

No decorrer do processo de incubação, entre as várias ações na tentativa de propiciar uma formação técnica (para administrar economicamente o empreendimento) e a formação política (para que esse empreendimento se organizasse de forma autogestionária e de acordo com princípios da economia solidária), começou a entrar em choque os objetivos do trabalho de organizar uma cooperativa. Para a coordenadora da APAE Rural, na verdade expressando uma visão institucional da APAE, e também a vontade dos estudantes, o objetivo era a inclusão dos alunos no mercado de trabalho. A organização da cooperativa era somente mais um passo para isso.

A equipe da ITCP/UFV percebeu logo essa contradição, mas o trabalho continuava porque essa vontade de inclusão no mercado de trabalho, na verdade não era de todos os estudantes. O grupo estava dividido nas vontades e nos objetivos, na medida em que havia alguns estudantes que queria trabalhar numa cooperativa. E essa divisão podia ser percebida por uma outra divisão, a separação física dentro da própria APAE Rural, o que atrapalhava os trabalhos de incubação.

A APAE Rural é constituída por dois grupos. Um grupo, formado na sua maioria por rapazes, ficava na casa da sede, em volta da qual havia uma horta, uma pocilga e um galinheiro. Os alunos assistiam aulas teóricas, na casa, e aulas práticas na horta, além de participarem de várias outras oficinas organizadas pela APAE Rural, como a de marcenaria e a de construção. O outro grupo (formado só por moças) ficava numa casa, onde eram realizadas tarefas domésticas, culinária, bordado e costura, além das aulas teóricas. Era a Casa Experimental.

Foi na Casa Experimental que durante o desenvolvimento do processo de incubação começa a haver um avanço na constituição de um grupo produtivo. Esse processo se iniciou quando a equipe da ITCP/UFV começou a fazer reuniões separadas com esses dois grupos dentro da APAE Rural: o grupo da Horta e o grupo da Casa Experimental. Nesse último, pelo fato de as moças já produzirem alimentos e bordados, começou-se a realizar uma formação para o planejamento econômico e financeiro do grupo. Sistematizaram-se tabelas para controle de custos, de produtos, de matérias-primas e de vendas.

Em seguida, foi trabalhado pela equipe da ITCP/UFV estratégias de vendas, e as mães de algumas moças, mais empolgadas e com tempo disponível, começaram a vender os produtos que as próprias filhas produziam. Num momento anterior, tinha sido realizada uma tentativa de venda de alguns produtos numa barraca na feira de artesanato da cidade, mas

aparentemente a experiência não deu certo porque não havia muitas pessoas disponíveis para ficar na feira o dia todo. Nessa etapa, as mães vendiam os produtos nos próprios bairros, para os vizinhos, e isso começou a dar alguma renda. Essa renda conseguida foi em parte distribuída para as mães e alunas e uma outra parte ficou como capital de giro do grupo da Casa Experimental.

Apesar da renda ser muito pouca, o fato de se conseguir vender os produtos dava um estímulo às moças que se dedicavam nos seus artesanatos e costura. Assim, no intuito de melhorar a renda, a equipe da ITCP/UFV fez um contato com estudantes do curso de Economia Doméstica da UFV, que, como voluntárias, passaram a ensinar outras técnicas de costura, tricô e crochê para as moças. Algumas mães se dispuseram a ir num dia da semana lá na Casa Experimental, onde era realizado o curso, para aprender essas técnicas. Elas também iam alguns outros dias da semana e ficavam a tarde toda ajudando as filhas a produzir e, mesmo, produzindo elas mesmas as peças.

A etapa seguinte da incubação do grupo da APAE Rural seria a escrita de um projeto para a aquisição de máquinas para aumentar produção e para aumentar o ritmo da produção nos dois grupos da APAE Rural. A equipe da ITCP/UFV encontrou um edital da Cáritas Brasileira que financiava projetos produtivos de grupos populares a fundo perdido³⁰. Esse edital se destinava especificamente a pessoas “especiais” porque, no ano anterior, o tema da Campanha da Fraternidade havia sido sobre a “inclusão” de portadores de deficiências. Para a escrita desse projeto, porém, precisaria haver alguns esclarecimentos sobre quem assumiria as responsabilidades do grupo da APAE Rural, uma vez que era preciso uma pessoa jurídica para ser o proponente do projeto, e uma sistematização da viabilidade econômica do empreendimento produtivo do grupo. Aí começaram a aparecer problemas.

Primeiramente, a discussão sobre a responsabilidade no grupo, sobre quem se responsabilizaria pelo grupo, trouxe à tona a discussão sobre o reconhecimento da distinção entre o grupo que estava se querendo se formar (entre estudantes, pais e funcionários) e a APAE Rural. Essa foi uma preocupação que já tinha começado a surgir nos momentos das primeiras divisões das vendas. A coordenadora da APAE Rural dizia: “é preciso pagar os meninos” (referindo-se aos estudantes da APAE Rural), enquanto que a equipe da ITCP/UFV corrigia que na verdade o grupo iria dividir o dinheiro entre si e repassar um tanto para a APAE Rural. Mas o grupo de trabalhadores não se reconhecia independente da APAE Rural. Em verdade, não via diferença entre ele e a instituição APAE Rural. De modo

³⁰ Quando um edital financia um projeto a fundo perdido, significa que o recurso disponibilizado não precisa ser devolvido.

que no momento em que se necessitava de uma responsabilização pelo grupo, a tarefa foi deixada para a coordenação da APAE Rural.

Esse fato desestimulava a equipe da ITCP/UFV porque a APAE Rural, e a APAE de maneira geral, tinha uma concepção diferente a respeito do trabalho com cooperativas. Enquanto a equipe da ITCP/UFV tinha o objetivo final de emancipação do grupo, política, econômica e ambientalmente³¹, a APAE Rural pretendia incluir os seus estudantes no mercado de trabalho. As próprias expectativas da maioria dos estudantes e de seus pais eram a inclusão desses estudantes no mercado de trabalho. A APAE Rural, então, com esse objetivo guiando os trabalhos, acabava por formar mão-de-obra barata para o mercado. É bem verdade que o trabalho na futura cooperativa era reconhecido pela coordenadora da APAE Rural como uma saída para aqueles estudantes que não teriam condições de se inserir no mercado de trabalho. Mas a maioria dos estudantes queria era se inserir no mercado de trabalho, mesmo que suas condições especiais tornasse muito difícil que alguma empresa os contratasse.

Ocorre que a APAE Rural, às vezes, comportava-se como uma agência de empregos. Há um relato nos documentos da ITCP/UFV de que um jovem foi encaminhado para um trabalho na Pif-Paf, depois que essa empresa solicitou à coordenadora um portador de deficiência. O jovem encaminhado para o trabalho foi negado pela empresa e a justificativa foi que eles queriam um estudante com síndrome de down. Segundo o diretor da empresa, ele daria mais visibilidade social para a empresa. Desse fato podemos fazer algumas reflexões sobre a questão do trabalho: a simples capacitação dos estudantes da APAE Rural para ingressar no mercado de trabalho não garante que todos eles vão encontrar vagas; a APAE Rural estava fazendo a interligação entre empresas e estudantes; e que a empresa estava mais interessada em fazer o marketing social da empresa.

Assim, numa economia competitiva do contexto da globalização neoliberal, a contratação de deficientes físicos ou portadores de alguma necessidade especial, assim como qualquer outra contratação profissional, está ligada a uma motivação econômica. E esta não é provavelmente a maior capacitação ou produtividade desse tipo de trabalhador, pois como disse Garcia (2000):

Diante da frágil estrutura de educação profissional, a qual o próprio MEC admite, por que empregadores iriam arriscar a contratação de pessoas com pouca tradição de qualificação, diante de um número imenso de pessoas qualificadas, não deficientes, e esperando uma oportunidade de emprego (p.12).

³¹ Como relatado nas entrevistas com os “formadores” da ITCP/UFV.

A contratação desses deficientes, então, mesmo que obrigatória depois da lei 8213, de 1991³², acabava servindo a outros fins. As empresas contratam esse tipo de trabalhador, mas se aproveitam da sua imagem para melhorar a imagem da empresa, para fazer uma espécie de marketing da empresa, um marketing social. Assim a autora complementa:

A contratação e subcontratação de pessoas consideradas portadoras de deficiência por empresas com o sentido de marketing social podem ser compreendidas como uma estratégia do mercado para mostrar-se humanizado, ético e menos explorador. Associado a isso, o discurso vigente de que a sociedade civil deve assumir as questões sociais corrobora com esta estratégia, pois reforça a idéia sobre a participação social do empresariado (p.12).

Esse tipo de inclusão social por meio da inserção no mercado de trabalho propiciado pela APAE Rural e a iniciativa dessa instituição de organizar uma cooperativa para esse fim, com a ajuda da ITCP/UFV acaba por desviar um tipo de ação, que tem por objetivo um fim, para o alcance de outro fim. Tal fenômeno acreditamos que trata-se do que Dagnino (2004) chamou de “confluência perversa”. Confluência entre as idéias e forças do neoliberalismo, que penetram na sociedade brasileira, e as idéias e prática democráticas, de um contexto de democratização da sociedade, surgidas nas organizações sociais brasileiras a partir da década de 1980. Assim, hoje, a sociedade é chamada a participar na resolução dos problemas sociais, mas o Estado se exime de cumprir certas funções. No caso específico das APAEs, e da educação especial, isso já era um problema. Nesse caso da APAE Rural, soma-se o problema da educação especial com a educação profissional.

Desde o início da década de 1960 há uma ambigüidade na legislação brasileira à respeito da responsabilidade da educação especial. O Estado tem responsabilidade, mas apóia as iniciativas privadas. E essas instituições particulares começam a ter uma inclinação tecnicista, a partir da década de 1970, influenciadas por ideais liberais, no sentido de que as técnicas e o esforço de cada um podem levar os indivíduos a superarem as dificuldades e se inserir na sociedade competitiva. Ambigüamente, ao mesmo tempo em que Estado diz que as instituições públicas devem atender os portadores de necessidades especiais, ele começa a ajudar financeiramente essas instituições privadas (KASSAR, 1998).

A influência dessas idéias liberais fez com que se estabelecesse uma “parcial simbiose” entre o Estado e essas instituições privadas, que no contexto do neoliberalismo se tornou uma “parceria” entre essas duas esferas da sociedade (*op. cit.*). Porém, “a existência

³² A Lei 8213 de 24 de julho de 1991, no seu artigo 93, diz que a empresa com 100 ou mais trabalhadores está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

da deficiência é entendida como um problema individual/familiar de não-adequação do deficiente à sociedade, e seu atendimento como filantrópico-caritativo” (*op. cit.*, p.6). A ajuda que o Estado dá a essas instituições (que no caso da APAE Rural pagava os professores, na medida em que alguns eram na verdade funcionários públicos cedidos pelo Estado para trabalhar na APAE) serve para a preparação de trabalhadores para as empresas.

Além dessa “confluência perversa”, uma associação filantrópica servindo para formar mão-de-obra barata e símbolo para melhorar a imagem da empresa, o histórico da educação especial no Brasil privilegiou o tratamento da questão como caridade.

Aliás, uma das características das classes populares no Brasil é estarem muito dependentes de ações de caridade. Esse grupo não tinha nenhum caráter de reivindicação política para ser considerado como um grupo de economia solidária, segundo os critérios de França Filho e Laville (2004). Na verdade, mal se chegou a constituir um grupo unido e independente, quanto mais autônomo. O grupo que existia, devia sua existência às atividades da APAE Rural e não a interesse de produção econômica. Mas, caso se considerar a existência de um grupo produtivo, o enquadramento que caberia depois dessa descrição é a de um grupo que se organizou numa estratégia de sobrevivência, como o fazem os grupos no circuito inferior da economia.

Isso tudo entrava em confronto com os ideais da equipe da ITCP/UFV de promover a emancipação do grupo na busca de uma nova forma de organizar a economia. Juntamente com algumas falhas da ITCP/UFV, o trabalho foi se arrastando e começou a haver desestímulo dos pais, que diminuíram a participação. O trabalho obteve muito pouco sucesso econômico, e a formação política e social esbarrava nas idéias e na influência da APAE.

6.4. A ACAMARE e a Usina de Reciclagem de Viçosa

O grupo de trabalhadores da Usina de Reciclagem de Viçosa foi um dos primeiros grupos incubados pela ITCP/UFV. A Usina de Reciclagem foi criada depois que o antigo lixão da cidade foi desativado para a criação de um aterro sanitário em 2002, numa parceria entre a UFV e a prefeitura de Viçosa. Na verdade, a UFV concedeu o terreno, elaborou e executou o plano, enquanto à prefeitura coube a administração da Usina e a sua manutenção. Muitos catadores que ficavam no lixão foram trabalhar nessa Usina de Reciclagem, a partir de 2003, no entanto muitos vieram de outros bairros. A ITCP/UFV começou a incubação desse grupo de trabalhadores a partir de 2004 com o intuito de ajudar a organizar o seu trabalho.

O trabalho de catadores é bastante citado quando se fala em economia solidária hoje em dia (SINGER, 2002) e ele tem estreita relação com o aumento do desemprego nas cidades e no campo no Brasil. Trabalhadores que não têm capital, não têm estudo, que não têm experiência nem qualificação profissional, mesmo os que não têm casa, podem exercer essa atividade. Coletar os materiais de porta em porta, com carroças, ou separá-los diante de uma esteira não requer qualificação formal. Assim, essa atividade se torna, ao longo do tempo, uma estratégia de sobrevivência de trabalhadores pobres nas cidades brasileiras, onde a questão da destinação dos resíduos sólidos urbanos tem se tornado um grande problema.

Singer (2002) assim escreve sobre as cooperativas de catadores:

O caso das cooperativas de catadores merece uma menção especial devido a seu significado social. Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é a união que faz a força: a cooperativa. A cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores (p.89).

De acordo com a classificação de França Filho e Laville (2004), entretanto, esse tipo de organização não se enquadraria dentro de um dos critérios de definição de empreendimentos de economia solidária, que é o aproveitamento de saberes populares. A sua atividade não requer a articulação desse saber popular com um saber científico, sendo antes uma atividade típica da modernização da economia ligada à obsolescência programada e ao consumo de massa de produtos industrializados.

O único aspecto que a sua organização tem de economia solidária é o fato de se organizarem em cooperativas ou associações. Essa organização coletiva autogestionária é muito valorizada por Singer (2002) por realmente melhorar as condições de vida desses trabalhadores e revalorizá-los enquanto sujeitos e atores políticos. Se conseguirem influenciar no desenvolvimento da sociedade, na elaboração de planos diretores municipais, ou na orientação de planos referentes às condições ambientais e sanitárias do município, aí sim eles teriam o reconhecimento enquanto sujeitos capazes de influenciar os rumos da sociedade. E, assim, poderiam se enquadrar em mais um critério da definição de economia solidária de França Filho e Laville (2004), a *multifuncionalidade*.

No seu cotidiano, porém, eles não possuem nem uma valorização mínima enquanto trabalhadores, na sua condição de sujeitos produtivos. Um relato de uma trabalhadora da Usina de Reciclagem, referindo-se a algumas ocasiões em que havia uma reunião marcada entre representantes da prefeitura e os trabalhadores da Usina de Reciclagem, uma funcionária da prefeitura dizia quando os via: “O pessoal do lixo está aí”. Não se referia a trabalhadores que triam os materiais, nem como trabalhadores da Usina, como a trabalhadora da Usina reivindicou. Segundo a percepção da trabalhadora da Usina, havia uma identificação entre as condições de trabalho, o material com que trabalhavam, o lixo, com os trabalhadores.

Analisando com mais cuidado esses trabalhadores, Leal et al. (2002) explica que os que trabalham triando o material reciclável do lixo em Usinas de Reciclagem ou os que catam esses materiais nas ruas, estão na ponta de uma longa cadeia econômica altamente lucrativa. Essas atividades dos catadores de materiais recicláveis se enquadram na classificação de Santos (2004a) como atividades do circuito inferior da economia urbana. É uma estratégia de sobrevivência que, aparentemente, está à margem da sociedade e da economia formal moderna. Na verdade, como toda atividade do circuito inferior, ela é altamente dependente das atividades do circuito superior, tanto porque são as atividades desse circuito são as que geram uma infinidade de materiais passíveis de serem reciclados, assim como porque são as grandes indústrias do circuito superior que compram esses materiais para serem reutilizados.

Pode-se pensar, então, que a economia capitalista monopolista, em especial nos países subdesenvolvidos, não consegue gerar empregos modernos para todos os trabalhadores, mas ao mesmo tempo cria necessidades de consumo para esses trabalhadores desempregados (SANTOS, 2004a). Com a globalização, o poder da imagem e dos discursos, a criação de necessidades, só se intensificou. Nessas condições, os trabalhadores são explorados por várias vertentes: no consumo, na falta de empregos nas atividades modernas (que inclusive se apropria dos melhores lugares da cidade e de todo o apoio do poder público) e na falta de valorização do seu trabalho.

É só pensarmos quais são os materiais recicláveis. São aqueles que são comprados pelos intermediários, que estocam os materiais de vários catadores e os revendem para as grandes indústrias. Não são todos os materiais que podem ser, de acordo com as condições técnicas existentes, reciclados. Só são reciclados aqueles que podem dar algum retorno em termos de lucro para os integrantes dessa cadeia. Desta forma, corroborando com Leal et al. (2002) “é a apropriação do trabalho não pago que em nosso entender é o estímulo e razão da existência da reciclagem” (p. 182) tanto do trabalho já incorporado à matéria prima, quanto

do labor diário mal pago dos trabalhadores responsáveis pela catação e separação dos materiais.

O tema da reciclagem está muito em voga nos últimos anos, e freqüentemente está associado a uma crítica ao funcionamento do sistema capitalista, desperdiçador e agressor do meio ambiente. Assim, a reciclagem se institui articulando a estratégia do desenvolvimento sustentável, proposto por instituições internacionais e incluso nos programas da ONU e demais agências.

Esse conceito de desenvolvimento sustentável, em realidade, tem uma história esclarecedora, desde os grandes encontros internacionais da década de 1970. Depois do surgimento da proposta do “crescimento zero”³³ no início da década de 1970 (devido aos efeitos nefastos no meio ambiente que a busca do crescimento econômico estava causando), opta-se nos grandes encontros internacionais por não abandonar o crescimento e, sim, adotar um desenvolvimento diferente. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, em Estocolmo, surge o termo ecodesenvolvimento, que mais tarde, no Relatório Brundtland de 1987, se transformaria no termo desenvolvimento sustentável. Segundo SACHS (2000), por não abandonar a idéia de desenvolvimento, esse conceito acaba por ser uma maquiagem do antigo conceito de desenvolvimento. Aliás, outros termos com desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento participativo, são vistos por ESTEVA (2000) como outros nomes para a mesma idéia de desenvolvimento.

No capitalismo, desenvolvimento significa crescimento e reprodução da lógica societal do capital, que tanto economicamente quanto ambientalmente distribui as riquezas e as misérias desigualmente. Assim, “as populações pobres e excluídas ou a grande maioria dos trabalhadores são os que mais sofrem com os problemas derivados dessa estrutura societal vigente” (LEAL et al., 2002, p.183).

Dessa forma, deve-se ficar atento para uma relação que muitas vezes é feita entre a reciclagem desses resíduos sólidos, o desenvolvimento sustentável e as associações de trabalhadores. O desenvolvimento sustentável muito ligado à idéia de desenvolvimento local, que valoriza a autonomia dos sujeitos, está inclusive no próprio projeto da ITCP/UFV. Este diz que o seu objetivo é a promoção do “desenvolvimento local sustentável” por meio da economia popular solidária (ITCP/UFV, 2006). A importância da articulação local e da autonomia dos sujeitos em busca do desenvolvimento é colocada como norte. Mas deve-se

³³ Baseado principalmente nas discussões e informações contidas no livro *Limits to growth*, do Clube de Roma, publicado em 1972. Mas há outras discussões como a do crescimento populacional, que também estava em voga na época. Ver em: SACHS, W. Meio Ambiente. In: **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento para o poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 117-131.

ficar atento para essa valorização. Não estaria ocorrendo também uma “confluência perversa” tal como expressou Dagnino (2004) entre a busca da participação e da cidadania surgida no contexto da democratização do Brasil na década de 1980 com o projeto neoliberal?

Essa valorização da participação manifesta-se, por exemplo, na relação dos trabalhadores da Usina de Reciclagem com a prefeitura. O trabalho desses trabalhadores para na coleta seletiva acaba se tornando uma economia para a prefeitura que não paga nada a eles pela prestação desse serviço. A associação dos trabalhadores da Usina, a ACAMARE, acaba contribuindo com o serviço de limpeza pública da cidade sem que haja nenhuma relação formal entre a ACAMARE e a prefeitura. Há somente um contrato³⁴ entre a prefeitura e a Universidade, onde esses trabalhadores da Usina não nem citados, o que demonstra uma não intenção da prefeitura de remunerar esses trabalhadores por esse serviço.

No entanto, no Plano Diretor do município, realizado e em processo de aprovação na câmara do município, está descrito que o município deve estimular a criação de associações e cooperativas para a resolução coletiva de problemas como a falta de empregos para os trabalhadores. No Plano de Saneamento Municipal, entretanto, a Usina de Reciclagem não é nem citada, a despeito de planos de destinação de resíduos de construção civil, que é contemplado com várias ações. A diferença é que os resíduos da construção civil tinham sido proibidos de ser jogados nos terrenos baldios da cidade, como vinham sendo até então, e essa falta de lugar para escoar esses resíduos estava atrapalhando a indústria imobiliária. O poder econômico prevaleceu.

Os formadores da ITCP/UFV demonstram uma consciência dessa “confluência perversa”, já citada, expressa no discurso da política. Isso porque muitos editais de programas de financiamento para trabalhos com grupos populares de economia solidária exigem na justificativa a promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo o relato de um dos “formadores”, discutindo-se em assembléia a validade desse conceito de desenvolvimento sustentável, a equipe da ITCP/UFV chegou à conclusão de que ele é uma farsa, de maneira semelhante à análise de Sachs (2000). Entretanto, diz ele que no meio da discussão na assembléia alguém perguntou como se faria, uma vez que a maioria dos projetos de financiamento para entidades de apoio à economia solidária valoriza a promoção do desenvolvimento sustentável. A resposta foi a de usar esse termo somente para fins burocráticos: “aí a gente põe! Porque a gente precisa do recurso pra trabalhar do jeito que a gente acredita” (entrevista com formador da ITCP/UFV). Esse “jeito” que eles acreditam é a

³⁴ Trata-se do Contrato número 092/ 2001 da Procuradoria Jurídica da Universidade Federal de Viçosa.

efetiva construção de outras relações econômicas e sociais por meio da promoção da chamada economia popular solidária.

Em meio essas questões, a situação dos trabalhadores da Usina de Reciclagem permanece precária. A prefeitura, responsável pela manutenção e gestão da Usina, quase não presta ajuda. O conserto dos equipamentos e instalações não é priorizado, e muitas vezes nem é feito, como relatado por uma trabalhadora da Usina de Reciclagem.

A economia e a sociedade globalizada permanecem provocando a exclusão social desses trabalhadores. A situação de aumento da competitividade e do individualismo, como descreveu Santos (2004b), é percebido pela trabalhadora da Usina de Reciclagem entrevistada. Ela disse: “antigamente tinha muita solidariedade”, comparando com hoje em dia, que não tem mais. Segundo esse relato, pode-se perceber que o problema é vivenciado e identificado, mas as causas, os vários laços que envolvem uma causa no mundo globalizado não são percebidos por ela.

Conforme podemos notar os trabalhadores na situação de trabalho precário e socialmente rejeitados e discriminados, acabam eles mesmos reproduzindo o individualismo, causa é parte da causa de sua situação, na sua própria organização. Desestimulados com as dificuldades, os trabalhadores da Usina revoltam-se quando há alguma falha que impede o seu trabalho (como, por exemplo, quando ocorre a interrupção do funcionamento da esteira), mas não fazem articulações para reivindicar os seus direitos políticos.

Existe um decreto de lei³⁵, aprovado em 2006, que determina a obrigatoria destinação de todo material reciclável produzido pelas instituições de administração pública direta e indireta para associações e cooperativas de catadores de matérias recicláveis. Essa lei foi conquistada por pressão nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). No entanto, o decreto de Lei, que deveria ser de obediência imediata, não foi cumprido ainda em Viçosa.

Assim, diante da situação precária e da competitividade e de toda ordem da globalização, os trabalhadores da Usina de Reciclagem, que encontram-se todo o dia com o desafio de tentar encontrar estímulos para sobreviver numa realidade que parece imutável, não conseguem visualizar alternativas de mudança na sua ordem econômica local mais imediata. Menos ainda essa iniciativa local de trabalhadores consegue pensar e ajudar a construir um projeto alternativo de sociedade.

³⁵ Decreto Presidencial número 5.949 de 25 de outubro de 2006.

6.5. O Clube de Trocas “Vivendo e Aprendendo” de Nova Viçosa³⁶

A idéia de criar um Clube de Trocas em Viçosa partiu da equipe da ITCP/UFV, depois que alguns “formadores” voltaram de um intercâmbio em outras ITCPs que já incubavam Clubes de Trocas. Principalmente a ITCP da USP, que incubava um grupo na periferia de São Paulo. A idéia foi trazida de lá, mas é claro que não foi imposta a nenhum grupo de trabalhadores muito menos proposta para algum contexto completamente inadequado. Pelo contrário, as condições do bairro em que ela foi proposta, Nova Viçosa, pareciam mais do que propícias para a criação de um Clube de Trocas. Não esperava-se que a experiência não vingasse em tão pouco tempo.

O processo se iniciou em novembro de 2006 com uma reunião na comunidade, especificamente no salão da Associação da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV), em que estavam presentes, além de pessoas da comunidade, representantes de outros projetos de extensão da UFV que também faziam algum trabalho nos bairros de Nova Viçosa e Posses. Na época, já havia uma articulação entre esses vários projetos propiciada por um programa de extensão da UFV chamado TEIA. Este programa tinha o objetivo de articular dezenas de projetos de extensão que tinham uma perspectiva dialógica na linha de Paulo Freire.

Dois projetos cujas atividades já tinham causado um impacto e uma mobilização da comunidade dos bairros de Nova Viçosa e Posses eram o *Agricultura Urbana* e o *Cores da Terra*. O primeiro foi um projeto que assessorava os moradores do bairro a cultivarem em seus quintais produtos alimentícios e para fins terapêuticos, apoiados por um programa da FAO; visava enfim a promoção da segurança alimentar. O segundo era um projeto que desenvolvia, junto com trabalhadores chamados “tintores”, tintas artesanais à base de solo e cola; para, depois, realizar cursos e oficinas para a comunidade. Além de resgatar o saber popular e reformulá-lo, servia para baratear a construção civil. Esses dois projetos tinham mobilizado já várias pessoas com os seus trabalhos, mas havia ainda uma perspectiva de que poderia haver uma melhoria ainda maior da realidade se se conseguisse alguma ação que gerasse renda.

Nova Viçosa e Posses são bairros periféricos de Viçosa, onde 79% da população possui renda até um salário mínimo. Há uma grande influência de costumes rurais e as construções das casas são precárias. Cerca de 33% da população vive de empregos temporários e precários, como serventes, pedreiros e empregadas domésticas (LEITE, 2008), de tal forma que pode-se dizer que quase todas as atividades desses bairros se enquadram dentro do circuito inferior da economia urbana, tal como definiu Santos (2004a).

³⁶ As informações sem referência foram coletadas dos *Cadernos de Relatos* da ITCP/UFV.

De acordo com Leite (2008) essas características permitem inferir que há um baixo poder de compra, e portanto um baixo nível de consumo nesses bairros, e que assim os trabalhadores não conseguem atingir um nível razoável de bem-estar. Segundo Santos (2004a), o circuito inferior se caracteriza também pelo tipo de consumo de produtos mais baratos produzidos no próprio circuito, apesar de estarem sujeitos ao efeito-demonstração dos produtos do circuito superior, e muitas vezes servir de mão-de-obra barata para esse circuito. Nesse contexto, de grande número de trabalhadores com tempo ocioso e sem capacidade de consumir, que se identificou condições para a criação de um Clube de Trocas em Nova Viçosa.

A proposta, então, foi apresentada para os moradores na sede da APOV, no final de 2006, e logo foi abraçada por alguns moradores, que quatro meses depois já realizavam a primeira Feira de Trocas Solidárias. É por meio dessas feiras que as trocas ocorrem num Clube de Trocas³⁷. Em Nova Viçosa, as feiras de trocas passaram a acontecer aos domingos, pelo menos uma vez ao mês.

Esses clubes são formados por trabalhadores que produzem e oferecem algum bem, serviço ou saber, mas que também têm a demanda de consumir alguns produtos que outros disponibilizam no clube. A intenção é suprir o consumo de bens que os trabalhadores pobres não têm dinheiro corrente para comprar. Muitas vezes cria-se uma moeda social pra facilitar essas trocas. No caso de Nova Viçosa, a moeda social chamava-se *café*, enquanto o clube tinha o nome de Clube de Trocas “Vivendo e Aprendendo”. Havia um banco social, responsável por gerir o clube e as feiras, emitindo moedas e fazendo o câmbio para real quando necessário. Ele era formado por pessoas da comunidade e assessorado pela equipe da ITCP/UFV.

O objetivo era inverter uma lógica perversa. A maioria dos trabalhadores consome fora do bairro. Recebem um dinheiro por seu trabalho, que vem de fora do bairro, e gasta o dinheiro também fora do bairro. Dentro do bairro, assim, acaba ficando pouco dinheiro. Com a moeda social e o Clube de Trocas, o objetivo era que a riqueza produzida no bairro ficasse circulando somente ali dentro do bairro. O esperado era que o consumo dos sócios do clube de trocas acabaria estimulando o fornecimento de mais produtos, através da adesão de mais sócios produtores e consumidores, o que estimularia a criação grupos produtivos. Por causa desse duplo aspecto, de os sócios terem que produzir algo e consumir, eles podem ser chamados de “prossumidores” (LEITE, 2008).

Os produtos oferecidos eram hortaliças, frutas, doces, artesanato, semente, mudas e etc. Mas “como o bairro encontra-se no limiar entre o rural e o urbano, estes, itens

³⁷ Para melhor compreensão do funcionamento de um Clube de Trocas, ver em Leite (2008) e Páteo (2008).

oferecidos, no geral, não são de grande atratividade para os moradores” (*op. cit.*, p. 11). É por isso que o autor avalia que o clube de trocas teria que conseguir oferecer produtos de primeira necessidade (como alimentos básicos: arroz, feijão, sal), essenciais à população, e que para isso seria necessário um recurso do governo ou de outras fontes. Precisaria que viesse mais riqueza para o bairro e que a riqueza que já circula no bairro não se perdesse, e para isso seria necessário não só aumentar o número de sócios, mas financiar a produção de produtos necessários para os sócios. Para isso, Leite (2008) previa a realização de duas tarefas: a criação de um Banco de Trocas Solidário (que seria responsável para fazer o empréstimo do dinheiro para esses grupos do próprio bairro produzirem); e a ajuda da ITCP/UFV na incubação desses grupos produtivos novos. Visava-se no longo prazo chegar num “desenvolvimento da comunidade” (*op. cit.*, p.2).

Uma das idéias que estava por trás da criação do Clube de Trocas era a estratégia de construção de redes de mercados solidários, tal como propõe Mance (2000, apud SINGER, 2002, p.118), e talvez os clubes de trocas sejam os melhores exemplos dessa estratégia. Essa rede de mercados solidários se daria através do consumo consciente dos indivíduos, de um consumo solidário, e com isso seria possível construir mercados paralelos. Surgiriam, então, cadeias produtivas de empreendimentos de trabalhadores excluídos do mercado capitalista. Esses empreendimentos aumentariam em quantidade e melhoraria a qualidade dos seus produtos. Assim, estaria surgindo uma sociedade pós-capitalista. Mas, como disse Singer (2002) sobre essas idéias, se os produtos produzidos deixarem de ser só um “pouco” inferiores, os trabalhadores deixariam de comprar desse mercado solidário e voltaria a comprar os produtos do mercado capitalista.

Para refletir um pouco sobre isso, é válido lembrar as experiências das cooperativas de consumo do século XIX, especialmente, a dos pioneiros de Rochdale. A idéia de uma transformação da economia fazendo uma rede de produção e de consumo, alternativa ao dos padrões capitalistas, é muito similar entre as duas experiências. Uma diferença central que pode ser identificada é que hoje se tem uma propaganda muito mais forte; existem os meios de comunicação e o consumismo nos atacando o tempo todo. De fato, Singer (2002) coloca o surgimento dos supermercados e das lojas de conveniência, como um dos fatores da falência das cooperativas de consumo. Foi por volta das décadas de 1920 e 1930 que isso começou a ocorrer, no mesmo momento em que ascendia o *american way of life*, o consumismo e a propaganda. Hoje, a ideologia da globalização, o poder da técnica, o globalitarismo, dificulta qualquer estratégia e mesmo a visão de que é possível mudar a realidade. O trabalhador do circuito inferior é tentado, por estratégias cada vez mais eficazes, a consumir os produtos do

circuito superior. Nesse contexto, como é possível o consumo consciente de trabalhadores pobres?

A respeito disso, um trabalhador da direção do banco social do Clube de Trocas relatou, em entrevista, que muito dos problemas e das mudanças que deveriam acontecer na sociedade acontecem porque as pessoas não participam de processos decisórios importantes, porque elas estão pensando só no “eu”. Como o sucesso e a expansão do Clube de Trocas dependiam da conscientização das pessoas da sociedade, como disse o entrevistado, ele não sobreviveria diante dessa realidade em que predomina o individualismo, em que sobressai a “competitividade” e a “ausência de compaixão”, características que Santos (2004b, p.46) atribuiu a esse período da globalização. De fato, o Clube de Trocas findou no começo desse ano de 2009, com desânimo dos sócios e falta de participação. Ele não teve a expansão esperada.

Uma observação sobre a relação do pessoal com o político, pela qual nós podemos entender essa mudança da consciência pessoal para uma mudança de postura, politicamente, para um consumo solidário, é a seguinte passagem de David Harvey. O autor diz que apesar de todo o pessoal ser político, isso não significa que todo problema pessoal gera um problema político e:

Nem significa, ao contrário do que se sugere com frequência em alguns movimentos radicais alternativos (como a ecologia profunda), que transformações fundamentais de atitudes e comportamentos pessoais sejam suficientes (em vez de necessários) para que se ocorra a mudança social (HARVEY, 2006, p.308).

Isso quer dizer que o sucesso do Clube de Trocas não dependia só da conscientização dos sócios e das pessoas do bairro. Nem que essa conscientização é um problema pessoal. O *globalitarismo* descrito por Santos (2004b) e a ideologia que hoje está presente nas coisas do dia-a-dia estão vinculados a uma realidade bem concreta. Grandes firmas dominando o comércio internacional, e poucas empresas de comunicação monopolizando a produção das notícias (SANTOS, 2004b). Disso não se pode escapar com facilidade. Os sócios, e os que poderiam ter se tornado sócios do clube, não conseguiram se livrar dessa ideologia, do convite ao consumo que lhes seduziam pela TV, do efeito-demonstração (SANTO, 2004b), sobre o desejo de consumo do circuito inferior. De fato, é só olhar para as casas precárias do bairro e percebe-se a contradição de antenas parabólicas (ilustração 2) junto às casas em construções precárias.



Ilustração 2. Vista do bairro de Nova Viçosa (Foto: Alexandre Henrique Asada, 2009).

Assim, é preciso que confluam mudanças também em outros níveis juntamente da consciência individual das pessoas para transformar o consumo a ponto de estabelecer um mercado alternativo, um Clube de Trocas. O caso das experiências na Argentina, onde há grande número de Clubes de Trocas, foi diferente uma vez que eles foram criados em resposta à crise econômica e à completa falta de dinheiro. Mas nos casos de economia estável, é preciso até um apoio forte em termos de ajuda financeira para que a iniciativa vingue. O Banco Palmas, em Fortaleza, é um exemplo disso. Para a introdução da moeda social e para o financiamento produtivo de alguns grupos no bairro, foi preciso um recurso de uma Fundação estrangeira de dezenas de milhares de reais, a fundo perdido.

Dessa maneira, a conquista de um recurso para subsidiar a compra de outros produtos básicos, que garantiriam a presença dos sócios nas feiras, era uma esperança do trabalhador entrevistado. Não foi possível obter algum recurso como esse antes que o grupo se desestimulasse e se desfizesse. A falta de disponibilidade de órgãos do governo como Banco Central ou outro banco federal para fornecer acesso para o grupo de trabalhadores a esse recurso pode ser uma explicação para essa dissolução do grupo. Isso pode se perceber haja vista que, até algum tempo atrás, o governo estava processando a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras por causa da sua moeda social, supostamente ilegal. Só recentemente que o governo começou a apoiar esse tipo de iniciativa.

Numa entrevista com um “formador”, este relatou um certo limite das ações como essas do Clube de Trocas e do trabalho das ITCPs ao refletir sobre os trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV:

Uma pessoa que está dentro de um grupo de economia solidária ela tá tentando lutar contra a corrente, ela tá tentando gerar formas... porque ela não tem outra alternativa. Quando aparece uma outra alternativa dentro da economia formal, essa pessoa vai. Isso pra mim mostra uma fragilidade da economia solidária e, conseqüentemente uma fragilidade da ITCP em conseguir trabalhar isso (entrevista com formador da equipe da ITCP/UFV).

Essa fragilidade descrita como da economia solidária é uma característica própria da definição do circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos de Santos (2004a). Quando o circuito superior precisa contrata o trabalho dos trabalhadores que estavam no circuito inferior. É uma relação de exploração e o Clube de Trocas estava na parte explorada, no circuito inferior. Como um e outro fazem parte da mesma realidade, tem a mesma causa, que é a política macro-econômica, uma tentativa de mudar a economia como um todo teria que se voltar a essa compreensão da totalidade.

6.6. Associação Quilombola Herdeiros do Banzo (AQHB), de Ponte Nova

A Associação Quilombola Herdeiros do Banzo (AQHB) fica no município de Ponte Nova. Comparando-se com os outros municípios onde existem grupos incubados pela ITCP/UFV, Ponte Nova é o segundo maior em população, com 55.687 habitantes em 2007, logo depois de Viçosa. Ele é o principal município de sua microrregião, na porção norte da Zona da Mata mineira. Assim como em Viçosa, o setor de serviços é o maior responsável pela produção do PIB, com mais de 75% (IBGE, 2006)³⁸.

Localizada no bairro de Fátima, um bairro de periferia de Ponte Nova onde há uma grande proporção de população afrodescendente, a AQHB tenta valorizar a identidade negra por meio de várias ações como cursos de música, ciclos de estudos, promoção de eventos culturais e atividades produtivas.

Sobre a história dessa associação, a AQHB se formou a partir de uma divisão de um outro grupo chamado Grupo Afro Ganga Zumba, também em Ponte Nova, com características e objetivos similares (PEREIRA, 2007).

A AQHB é formada por vários núcleos e grupos que cuidam de atividades diferentes, em quatro eixos: “a educação de crianças e adolescentes, discussões permanentes sobre histórias dos povos negros, políticas públicas e discussão do papel dos negros na atualidade além de geração de trabalho e renda” (*op. cit.*, p, 27). Os grupos e núcleos são: o núcleo *Akatu Erê*, *Cantoria Irmandade Bantu*, o *Ciclo Cultural* e o *Núcleo Retalharte*. Este último é

³⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315210>. Acesso em: 18 nov. 2009.

dedicado a atividades como artesanatos, tapetes, roupas, colchas, etc (*op. cit.*). As atividades desses núcleos se interligam, até mesmo porque as pessoas que participam dos vários núcleos são as mesmas ou são parentes.

O grupo da *Retalharte* é pequeno, atualmente contado com cinco mulheres, que se organizam nas atividades de corte e costura e vendas. Nas atividades econômicas e produtivas desse grupo não há uma contabilidade e uma administração racionalizadas, sendo que uma das linhas do trabalho da assessoria da equipe da ITCP/UFV é justamente a tentativa de otimizar e sistematizar esse processo.

A ITCP/UFV, em outra frente de trabalho, conseguiu escrever e aprovar um projeto, em 2008, que forneceu máquinas de costura (ilustração5) e outros materiais para o grupo, o que espera-se que acabe por desembocar numa produção de melhor qualidade e em maior quantidade. Essa ação da ITCP/UFV tenta contornar a dificuldade de todo empreendimento popular pequeno em conseguir um capital inicial ou um capital de giro, como relata Santos (2004a) a respeito do circuito inferior.

Há uma preocupação de vender para o bairro e de produzir produtos com um conteúdo ideológico específico, a valorização da cultura negra e a identidade das pessoas daquele local, mesmo que isso não seja deliberado. A AQHB quer re-estabelecer vínculos no local, que foram roubados pela cultura do dinheiro, pela lógica da economia de mercado, do capital, da globalização. Mas não há uma preocupação com o estabelecimento de uma rede de comercialização solidária, nem de contar com o consumo consciente ou solidário. Segundo entrevista com a representante do empreendimento, o tipo de cliente que eles têm em vista é “o que pague”.



Ilustração 3. Máquinas de costura da AQHB conseguidas por meio de projeto escrito pela equipe da ITCP/UFV.

(Foto: Alexandre Henrique Asada, 2009.)

Da *economia popular e solidária*, segundo os critérios de França Filho e Laville (2004, p.168), há, no entanto, uma outra característica que é uma *sociabilidade comunitária-pública*. As relações no trabalho não são impessoais e não se considera somente a capacidade profissional e técnica. Costuma-se conversar muito no ambiente de trabalho e há um clima de que o trabalho é um prazer, uma forma de sociabilidade.

Há também uma preocupação constante de valorização da cultura negra. Na parede da frente, numa espécie de saguão de entrada, fica exposto um tecido com o mapa da África, trazido de Moçambique (Ilustração 4). Ele foi doado por uma estudante de Geografia da UFV, que realizou um trabalho em conjunto com a AQHB no Ciclo Cultural Valorização da Cultura Negra³⁹.



Ilustração 4. Frente da sede do núcleo *Retalharte* da AQHB
(Foto: Alexandre Henrique Asada, 2009).

Segundo relatos das entrevistas com os “formadores”, a equipe da ITCP/UFV que participa da incubação do grupo da *Retalharte* percebe que esse grupo não tem uma preocupação central com a renda e que a sociabilidade que o grupo proporciona já é suficiente para as mulheres. Mas um outro “formador” retruca que, na sua opinião, o que elas querem mesmo é gerar renda e esse é o objetivo final do trabalho. Talvez possa se esclarecer essa diferença de interpretação por causa da citada sociabilidade comunitária. Em entrevista

³⁹ Relatado em conversa informal com o grupo da *Retalharte* da AQHB.

com uma trabalhadora da *Retalharte*, foi dito que eles têm essa preocupação sim com a obtenção de renda, mas devido a esse clima comunitário a busca pela renda não se sobrepõe ao estabelecimento dos laços sociais que a AQHB cria.

De fato, em entrevista com uma liderança da AQHB e membro do Núcleo *Retalharte*, ela relata como “se vira” em outras atividades para conseguir uma renda a mais. Essa liderança da AQHB, que foi também uma das fundadoras da AQHB, relatou que teve um salão de beleza no bairro, durante vinte e cinco anos. Nesse salão, ela trabalhava em conjunto com a sua irmã, que hoje trabalha também na *Retalharte*. Por meio dessa atividade, ela conseguiu ajudar a construir a casa onde mora hoje, mas essa atividade foi interrompida porque elas estavam “levando muito calote”. Hoje elas trabalham nos finais de semana, somente com algumas clientes mais fiéis e “que pagam”, intercalando os cuidados com a casa e com a família. Perguntada se ela tinha a intenção de voltar o trabalho com o salão de beleza, ela respondeu que sim, assim que possível; e tentaria combinar os horários para dar conta de continuar o trabalho na *Retalharte*.

Segundo relato, a liderança da AQHB trabalha na *Retalharte* num período do dia, mas não deixa de ter que realizar as tarefas domésticas e ainda cuidar de uma neta. Além destas atividades, ela se tem que conciliar ainda atividades nos finais de semana e viagens que realiza para participar de encontros e reuniões do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), de que é membro.

De fato, a obtenção de uma renda não é um objetivo sem importância, caso contrário elas não se dedicariam ao atendimento nos finais de semana de clientes do salão de beleza. Aliás, o nome do grupo é *Retalharte* porque as mulheres usam como matéria-prima retalhos doados por uma grande confecção da cidade, devido ao fato de não terem condições e comprar tecido. Perguntada por que elas usam esses retalhos a trabalhadora do núcleo disse: “Por que nós fazemos com retalho?... Risos!!... Porque não tem como comprar tecido, né! Não tem renda...”(entrevista com uma trabalhadora do núcleo *Retalharte* da AQHB). Foi relatado inclusive que o uso de retalhos limita as produções, porque não é possível fazer roupas inteiras, fechadas e para pessoas não tão magras.

A renda é também uma esperança uma vez que o grupo da *Retalharte* vai ficar com dificuldades no pagamento do aluguel de sua sede no ano que vem. Isso porque esse núcleo recebe uma ajuda da AQHB de cem reais, que é usada para pagar o aluguel da sede da *Retalharte*, onde as mulheres produzem e vendem as roupas confeccionadas. Esse dinheiro vem da prefeitura de Ponte Nova por meio de subvenção. Segundo relato da trabalhadora da AQHB, foi dito na última reunião do COMPIR que ela participou que ano que vem (2010) a prefeitura vai diminuir a subvenção de todos os grupos devido ao fato de que a máquina da

prefeitura tinha caído muito. Segundo a interpretação da entrevistada, isso significava que ano que vem não teriam o recurso de cem reais que ajuda a pagar o aluguel da *Retalharte*; e complementa, com a perspectiva de ter que buscar em outras frentes esse recurso: “a luta continua”.

Não é verdade, portanto, que a sociabilidade que o trabalho nesse núcleo da AQHB proporciona é suficiente e justifica a existência do grupo. Há uma busca por renda, nesse núcleo de uma associação que tem um fim de valorização da cultura negra. Assim, esse grupo possui uma preocupação econômica e uma preocupação social, a valorização da cultura negra. Seria isso uma das características de empreendimentos de economia popular e solidária tal como descreveu França Filho e Laville (2006)? Seria essa a reivindicação política somada a já descrita busca por renda que os autores atribuem a grupos de economia popular e solidária?

Se se considerar os critérios dos referidos autores (*op. cit.*) para a definição de empreendimentos de economia solidária, o grupo da *Retalharte* cumpre quase todos. Como já citado ele tem uma *sociabilidade comunitário-pública*. Há uma *autonomia institucional*, percebido numa fala da entrevistada sobre a possibilidade de ‘romper’ com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁴⁰, atual parceiro, se este continuar intervindo na gestão da AQHB. Há uma *pluralidade de princípios econômicos*, uma vez que o grupo da *Retalharte* vive com uma ajuda da prefeitura, doações e busca vender os seus produtos. Pode-se dizer que há também uma *democracia nos processos decisórios*, já uma prática do grupo, mas também estimulada pela equipe da ITCP/UFV quando esta prioriza a autogestão.

Quase todos os critérios elencados pelos autores são cumpridos. Falta, entretanto um, o da *finalidade multidimensional* do empreendimento. Deve-se ter um cuidado no momento em que for se tratar deste último critério. Sobre esse critério, nas palavras de França Filho e Laville (2004):

Esse critério indica que, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural e política, no sentido de projetar-se num espaço público. (...) Ou seja, ela não se limita apenas aos seus membros internos mas volta-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas (p.169).

O fato de *Retalharte* fazer parte da AQHB, num primeiro momento, parece indicar que ela cumpre esse critério. Mas as preocupações com questões públicas da AQHB não se misturam com as preocupações econômicas da *Retalharte*. De fato, essas atividades da *Retalharte* não demonstram, em suas estratégias de venda e de produção, alguma preocupação com a comunidade. É verdade que 10% de tudo o que a *Retalharte* ganhar

⁴⁰ Dados secundários da pesquisa.

deveria ir para AQHB, de modo que o recurso acabaria indo para tratar de questões públicas, como a promoção da igualdade racial. Mas esta preocupação com questões públicas do empreendimento fica longe daquele ideal dos pioneiros de Rochdale ou das idéias de Owen, que Singer (2002) coloca como antecessores da economia solidária. No grupo produtivo da *Retalharte*, não se acredita que está se construindo alternativas que podem vir a transformar a economia como um todo.

Fica muito claro isso numa fala da entrevistada da *Retalharte*, quando, perguntada se é possível mudar a economia e a sociedade, ela diz: “E meu filho!... se num mudou até hoje, acho que não muda mais não... porque nesse país nosso... sei não!”.

Aliás, é interessante identificar que o grupo não se reconhece como um empreendimento de economia solidária. Pelo menos na fala da entrevistada, que é também uma liderança da AQHB, e que participou de vários encontros e fóruns em que se discutia o assunto, percebe-se isso. Diz ela:

A economia popular solidária, ela ainda não está bem claro pra mim... porque eu fui no Fórum (de Economia Solidária)... fui em várias viagens... Mais ainda não encaixou as coisas aqui.

(...)

Para falar a verdade ainda não vi o resultado dela. Só sei que o trabalho da Incubadora parece que não tem nada a ver. Não sei... porque os meninos falam pouco de economia solidária.... E pelo que eu ouço...sei não... (entrevista com trabalhadora de grupo incubado pela ITCP/UFV).

Apesar de ter várias características de empreendimentos de economia solidária, essa liderança do grupo (que é a pessoa do grupo que poderia ter internalizado esses ideais, já que ela foi representando o grupo em vários fóruns e encontros) não sabe dizer o que é e nem se eles são parte da economia solidária.

Mas a entrevistada levanta alguns elementos que podem ajudar a esclarecer o porquê disso acontecer, de forma bem clara e crítica, ao relatar um acontecimento durante o Fórum Estadual de Economia Solidária, em Belo Horizonte:

Porque às vezes... no Fórum que eu fui lá em Belo Horizonte: colocaram nós numa sala ... e um professor começou a falar, falar, falar, falar... E ninguém tava entendendo nada. Aí ele me perguntou o que é que eu tava fazendo lá. Eu falei assim: ‘eu vim aqui pra aprender as coisas, mas do jeito que o senhor tá ensinando eu num vou aprender nunca! Porque essa sua língua é uma, a minha é outra’. Aí que o pessoal acordou. E falou: ‘mas qual que é a sua linguagem?’ Aí eu peguei e falei pra eles. Aí eles tiveram que mudar todo o trabalho lá dentro daquela sala, porque tinha gente igual eu lá. Porque ele tava falando coisas que pra nós estava entrando num ouvido e saindo pelo outro... Nós num tava entendendo nada. Ele tem que falar a nossa linguagem. Eu acho que é isso... tem que explicar pra gente de um jeito que nós vamos entender. Aí seria mais fácil entender o que é economia solidária (entrevista com trabalhadora de grupo incubado pela ITCP/UFV).

Essa fala indica um problema já discutido a respeito da política pública de economia solidária. Muitos grupos de trabalhadores desse circuito inferior da economia não se reconhecem como empreendimentos de economia solidária, e as entidades de apoio têm que esclarecer esses termos para os grupos. A economia solidária enquanto um discurso, quando vem do governo, tem dificuldade de se enraizar nas organizações locais. Muitas entidades de apoio, ligadas a sindicatos, ONGs e nas universidades, podem fazer esse debate teórico sobre a economia solidária, sobre como ela pode ser uma estratégia de desenvolvimento, mas, nesse grupo pelo menos, a discussão não foi apropriada.

6.7. A COOFELIZ, Cooperativa de Produção de Agricultura Familiar e Solidária de Espera Feliz⁴¹

A Cooperativa de Produção de Agricultura Familiar e Solidária de Espera Feliz, a COOFELIZ, é mais um grupo que tem relações com a ITCP/UFV. Ela se localiza no município de Espera Feliz, na parte leste da Zona da Mata mineira, microrregião de Muriaé. Diferentemente dos outros municípios em que há grupos incubados pela ITCP/UFV, Espera Feliz possui maior participação do setor primário no PIB do município em relação ao setor secundário. Agropecuária corresponde a 35.348 reais, enquanto que a indústria contribui com 9.794 reais. O setor terciário, como as outras cidades, é o maior de todos com 79.201 reais (IBGE, 2006).⁴²

Uma das principais produções desse município é o café, que chega a ser exportado até para outros países. Há uma agricultura empresarial forte no município, mas há também um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) ativo, que promove uma série de ações em favor dos trabalhadores e dos pequenos proprietários rurais. É por meio do sindicato que se dá a relação com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira (CTA-ZM), uma ONG localizada em Viçosa, cujo trabalho centra-se na promoção da agroecologia na região. Foi através do CTA que se estabeleceu uma relação mais próxima entre o STR do município e a UFV, por meio de alguns professores e entidades estudantis que tem relações com o CTA-ZM. Assim, foram constituídos alguns projetos de extensão que contribuíram para essa proximidade, como, por exemplo, o Estágio Interdisciplinar de Vivência da Zona da Mata mineira (EIV-ZM) que estreitaram ainda mais os laços com a universidade.

O STR de Espera Feliz possui uma série de articulações também com outras entidades da região. Isso se deve também ao fortalecimento do sindicalismo rural no Brasil, a

⁴¹ As informações sobre o histórico da incubação e sobre a realidade do grupo se deu por pesquisa nos Cadernos de Relatos e outros documentos da ITCP/UFV.

⁴² Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

partir da década de 1980, influenciado por entidades de base da igreja católica (SINGER, 2002). O STR de Espera Feliz se fortaleceu no meio da década e 1990 e hoje é vinculado a CUT e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) de Minas Gerais.

É a esse sindicato ativo que está ligada a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASIMAF), que ficava responsável por ações econômicas e comerciais dos agricultores, até meados de 2005. Em 2002, houve uma mudança no Código Civil, que proibiu as associações de realizar atividades econômicas, forçando-as a reconstruir sua organização. A COOFELIZ é criada nesse contexto por essa necessidade de adequação jurídica. Hoje, ela possui cerca de 38 cooperados, sendo que a maioria não participa ativamente das atividades da cooperativa (CTA, 2009).

A relação com a ITCP/UFV inicia-se no ano de 2007, com o contato por meio dessas outras entidades e pessoas da UFV que exerciam atividades no município. O objetivo da incubação não era formalizar uma cooperativa, já que ela já estava formada, mas sim organizar a produção e a comercialização, assim como capacitar os cooperados para a gestão da cooperativa. Desde o início da incubação esse grupo era diferente dos outros, pois ele já possuía a discussão sobre economia solidária e tinha isso inclusive marcado no nome da cooperativa.

Entretanto, devido à distância com relação à Espera Feliz, que dificultaria o trabalho de incubação da ITCP/UFV, e de um receio de ingressar numa atividade que requeria maior responsabilidade (uma vez que os agricultores de Espera Feliz já possuíam uma renda grande em relação aos outros trabalhadores incubados pela ITCP/UFV)⁴³, o processo de incubação foi diferente. Ele foi chamado pela equipe da ITC/UFV de co-incubação, uma incubação que ocorreria em parceria com as outras entidades que também possuem um trabalho com a COOFELIZ (como o CTA e o STR), o que permitiria uma ação indireta, através da formação e capacitação de multiplicadores. Existiria um contato com o grupo de trabalhadores, mas ele seria mais pontual e não com a frequência que se consegue com os outros grupos, na sua maioria, semanal.

Na verdade, por meio do programa TEIA foi trazida uma série de demandas de outros grupos rurais que se enquadravam como de agricultura familiar e de agroecologia, o que acarretou na criação dentro do quadro da ITCP/UFV de uma equipe para trabalhar com essas questões. Assim, além do trabalho com a COOFELIZ, tinha-se a perspectiva de trabalho com

⁴³ Comparando-se os grupos incubados pela ITCP/UFV: os catadores conseguem uma renda média de 400/500 reais por mês; um assentado do Olga Benário relatou conseguir uma renda de 300 reais; enquanto que o agricultor de Espera Feliz relatou conseguir uma renda mensal, em medi, de 2000 reais. Por mais que a família desse agricultor seja maior, há uma diferença grande.

algumas Escolas Famílias Agrícolas da região. Essa equipe da ITCP/UFV foi chamada de equipe da Agricultura Familiar.

Essa forma de trabalhar (a co-incubação) foi espelhada, em parte, em formas de trabalho de outras ITCPs da Rede de ITCPs, mas não houve uma compreensão muito profunda pela equipe da ITCP/UFV a respeito desse tipo de trabalho. Esse fato, juntamente com os demais problemas enfrentados pela ITCP/UFV, como falta de apoio institucional e de transporte, falta de formação técnica e dificuldade de integrar professores e até estudantes de mestrado nos trabalhos da ITCP/UFV fizeram com que o trabalho com esse grupo não conseguisse avançar muito.

A equipe da ITCP/UFV chegou a montar um grupo de estudos sobre agricultura familiar, onde tentava-se articular professores e estudantes de mestrado do Departamento de Economia Rural da UFV, estudantes da equipe da ITCP/UFV e técnicos do CTA-ZM, para o estudo sobre a agricultura familiar no intuito de criação de estratégias para contornar os problemas dessa realidade. A equipe foi também solicitada a fazer um estudo de viabilidade econômica para a COOFELIZ, mas devido aos problemas já relatados da ITCP/UFV, foi uma das demandas que ela não conseguiu cumprir. Os trabalhos da ITCP/UFV, enfim, tentavam se basear na busca de alternativas de comercialização para os produtos agroecológicos da cooperativa.

Além das dificuldades estruturais de trabalho da ITCP/UFV com esse grupo, há ainda há dificuldade de organização do próprio grupo de trabalhadores. Segundo entrevista com um membro da diretoria da COOFELIZ, um dos entraves para o trabalho em conjunto com a ITCP/UFV é a dificuldade de articulação e de organização dos cooperados. Numa entrevista com um cooperado que não faz parte da diretoria da COOFELIZ, foi possível apreender que ele não sabia do fato de que ela era incubada pela ITCP/UFV. Isso demonstra uma dificuldade da própria organização, uma vez que a relação com a ITCP/UFV ficava centrada em algumas lideranças da cooperativa e não havia uma boa comunicação com os demais cooperados.

Segundo os entrevistados da COOFELIZ, ela não estaria funcionando ainda. No entanto, os cooperados produzem, comercializam e conseguem renda (no caso de um dos agricultores entrevistados, uma renda bem superior aos dos trabalhadores dos outros grupos incubados pela ITCP/UFV). Esse fato é interessante porque, apesar do não funcionamento da COOFELIZ e da distância da ITCP/UFV em relação à base da cooperativa, esse grupo é o que demonstra ter mais clareza em relação ao que seja economia solidária e se vê como um grupo de economia solidária. Os entrevistados desse grupo disseram isso e, como já citado, o

próprio nome da cooperativa faz referência a isso por meio do adjetivo complementar: “solidário”.

Um entrevistado da cooperativa, que não faz parte da diretoria, relatou uma preocupação em vender os seus produtos por um preço justo (mesmo que isso seja difícil na economia capitalista) e não só para as pessoas mais abastadas, e sim também para as classes populares e a um preço acessível. Essa preocupação demonstra uma solidariedade que vai além do próprio grupo, uma vez que os produtos desse agricultor, e da cooperativa em geral, têm uma qualidade diferenciada. São produtos agroecológicos, o que significa que são produzidos sem agrotóxicos ou outros insumos químicos numa forma sustentável de manejo do solo e do ambiente em geral. Essa preocupação de vender os seus produtos não só para quem pagar mais, mas também para a população do município mostra uma preocupação com o direito de todos os trabalhadores de terem acesso a produtos de boa qualidade. O grupo parece ter, junto das preocupação econômica, uma preocupação com questões públicas, um critério de França Filho e Laville (2004) para enquadrar empreendimentos como economia solidária.

O fato de produzir agroecologicamente talvez ajude a explicar o porquê de esse grupo se reconhecer como de economia solidária. Com efeito, produzir de acordo com as práticas da agroecologia é um princípio estatutário da cooperativa. A concepção de agroecologia aqui usada não é simplesmente a de uma disciplina científica. Ela se aproxima mais da definição que diz ser a agroecologia uma “abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar” (ENA, 2002 *apud* SCMITT; TYGEL, 2009, p.111). De fato, há várias propriedades no município que produzem de maneira agroecológica, seja em toda a produção seja em pelo menos uma parte da propriedade, e há uma preocupação dos agricultores adeptos a essa prática de proteção do seu ambiente natural.

Produzir de maneira agroecológica não significa, porém, somente mudar a forma de produção. Há interpretações de que ela é um modelo de “manejo ecológico dos recursos naturais” que se dá “através de formas de ação coletiva, para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático no âmbito da produção e da circulação” (GUSMÁN, 2003, *apud* SCMITT; TYGEL, 2009, p.111). O que significa que a mudança no modo de produzir se estende para mudanças na forma de organizar a economia numa forma que não vise o lucro e sim a saúde das pessoas e do ambiente.

De fato, a agroecologia se aproxima muito da economia solidária, de modo que elas são definidas por SCMITT e TYGEL (2009) como “dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas” (p. 105). Assim, como as experiências de

economia solidária, as experiências e práticas da agroecologia surgiram através de articulações sociais de várias iniciativas populares e de entidades de apoio, como ONGs e outras organizações. Depois de escrever sobre o histórico da economia solidária, os autores relatam que:

De forma similar à que foi descrita, anteriormente, em relação à *Economia Solidária*, no Brasil a construção do campo agroecológico resulta da confluência histórica entre diferentes trajetórias de crítica e mobilização social em reação aos impactos sociais e ambientais gerados pelo processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil a partir dos anos 1970 (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.110).

Essa prática da agroecologia, através do trabalho do CTA-ZM, introduziu os agricultores do município, que já estavam organizados no sindicato de trabalhadores rurais, em uma série de articulações sociais, encontros, fóruns. Nesses eventos eram discutidos, não só uma forma de produção sustentável e mais apropriada à realidade de pequenos agricultores, mas também a possibilidade de uma mudança mais ampla nas formas de vida, de consumo e de organização da economia. Por isso, essas práticas de agroecologia estão muitas vezes associadas a organizações locais e, também, muitas vezes constituem-se em experiências classificadas como de economia solidária.

Schmitt e Tygel (2009) descrevem assim, como a preocupação com a produção agroecológica acaba desaguando numa preocupação com o mercado:

A redução da dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios agroecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante. Esse debate acerca da localização dos circuitos de produção e consumo incorpora, além disso, uma série de questionamentos em relação aos custos energéticos e ambientais associados aos circuitos globais de produção e consumo de alimentos (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.122).

No entanto, deve-se fazer algumas observações a respeito dessa relação entre agroecologia e economia solidária. Muitos desses empreendimentos produtivos não surgem “naturalmente” nos locais, dependendo assim da mediação de atores externos, como representantes de ONGs, de sindicatos ou membros de outras organizações da sociedade civil. Assim, muitas vezes esses empreendimentos são criados a partir de estímulos externos, principalmente com o objetivo de acessar políticas públicas, sem que haja uma apropriação por parte dos trabalhadores sobre a necessidade e importância dessa organização local. Isso

pode “levar à criação de uma organização meramente formal e socialmente desenraizada, uma vez que a configuração do tecido social existente não propicia a formação de relações de cooperação e de sua apropriação cotidiana” (FREITAS et. al., 2009, p. 13).

Talvez isso seja a causa da COOFELIZ, apesar de ter sido fundada em 2005, não se encontrar em funcionamento até hoje. Segundo os relatos dos entrevistados, há uma dificuldade dos agricultores em organizar a cooperativa, até em pensar estratégias de venda. Isso porque muitos agricultores já vendem os produtos individualmente, por meio da venda direta ao consumidor ou para intermediários. Mas também por causa de um receio com relação à cooperativa, uma vez que há alguns anos houve uma grande cooperativa no município, por meio da qual os agricultores comercializavam café, que faliu e deu prejuízo para vários agricultores.

Ou seja, não são todos os agricultores que têm os princípios da agroecologia, como manejo ecológico e como organização da sociedade, internalizados. Muitos têm um interesse meramente econômico e têm um receio grande de ter prejuízo. Por isso, apesar de a teoria de Santos (2004a) não incluir as atividades do meio rural, essa agricultura de pequeno porte e os serviços que ela oferece se encaixam dentro do circuito inferior, principalmente hoje quando o consumo da cidade chegou também ao campo. Os pequenos agricultores e seus empreendimentos produtivos não têm todas as características de um empreendimento de economia solidária intrínsecos só porque são pobres.

O que deve ser considerado, então, no entendimento sobre o porquê alguns agricultores terem os ideais da economia solidária é não a necessidade de sobrevivência. Deve-se considerar, afinal, a experiência de articulação e mobilização desses agricultores de anos, através de várias organizações e ações, e o estabelecimento de novas *institucionalidades*, de novas *situacionalidades* introduzidas por essas organizações. Os trabalhadores rurais que têm uma consciência sobre a importância de se construir uma economia solidária, baseando-se no caso dos entrevistados, tiveram sua consciência e visão de mundo construídas por meio da participação em várias instituições e situações (como, por exemplo, encontros de produtores agroecológicos), buscando articulações para a construção de alternativas. Isso se deve, sobretudo, ao trabalho do STR e do CTA-ZM.

O agricultor que discutia a importância de se ter um preço justo e de se vender produtos de qualidade para a população em geral, na realidade, já teve uma experiência fazendo parte da diretoria da ASIMAF, além de ter participado ativamente do sindicato. Ele também já participou de uma série de encontros, inclusive, de um encontro organizado pelo programa TEIA na UFV. Pode ser que baseando-se nessas várias experiências é que ele

conseguiu ter uma compreensão a respeito da economia e de como pode-se mudar a economia.

Perguntado sobre as possibilidades de mudança e sobre o papel do Estado nessas mudanças ele disse:

Eu acho que do governo você não pode esperar muito. Mas na verdade são eles que fazem as coisas andar.

(...)

É organizar a sociedade, é a sociedade organizada que faz a engrenagem andar...

E em seguida relata que num Encontro Nacional de Agroecologia que participou assistiu ao presidente Lula falando que “ele tinha sido eleito pra governar prum país organizado”, embasando sua opinião sobre a necessidade de uma sociedade organizada para construir mudanças.

Assim, não foram as ações da ITCP/UFV que esclareceram ou levaram formação política para o grupo. Ele já tinha conseguido por meio de ações de várias entidades e organizações no local, como ONGs, o sindicato, as confederações, partidos políticos, entidades da igreja... E mesmo com essa consciência, o grupo não consegue se organizar para vender a produção. Talvez não seja de interesse deles. Em contrapartida, há uma cooperativa funcionando e crescendo no município, também apoiada pelo STR e pela ASIMAF. Trata-se de uma cooperativa de crédito, a Ecosol, na verdade, um Posto de Atendimento de uma cooperativa cuja filial é no município de Tombos, também na Zona da Mata mineira. Essa cooperativa também apóia a agroecologia, mas não possui estratégias para a construção de mercados alternativos. Os trabalhadores que pegam empréstimos e se inserem no mercado, como se ela fosse simplesmente um banco.

6.8. O assentamento Olga Benário e a ARCA-ZM

O Assentamento Olga Benário, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localiza-se no município de Visconde do Rio Branco, na microrregião de Ubá, também na Zona da Mata mineira. Esse município possui uma população de 35.346 habitantes em 2007 (IBGE, 2007). Diferentemente da média das cidades do estado de Minas Gerais e do Brasil, a cidade possui na divisão da renda por setores da economia uma concentração grande no setor secundário e no setor terciário, ficando as atividades do setor primário com menos de 3% do PIB⁴⁴. Isso se deve à presença de uma indústria da Pif-Paf Alimentos na cidade, que é grande empregadora de mão-de-obra no município.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=317200>. Acesso em: 30 nov. 2009.

O assentamento Olga Benário surgiu em 2005, com 30 famílias, na sua maioria oriundas das periferias da grande Belo Horizonte (de cidades como Betim, Contagem e Belo Horizonte, sendo que muitas delas são migrantes de outras regiões do estado), mas também há famílias da própria região. Como relata Fernandes (2006), num período posterior a sua formação na década de 1980, começa na década de 1990 a haver também a integração ao MST de pessoas das periferias de grandes metrópoles. Elas eram geralmente descendentes ou migrantes que foram até a cidade grande em busca de perspectivas.

No assentamento Olga Benário, foram entrevistadas duas pessoas que são membros da diretoria da associação de agricultores da qual parte os agricultores desse assentamento. A história de vida desses dois entrevistados, com trajetórias diferentes, demonstra essa origem. Um deles, de 54 anos, trabalhava com serviços gerais, numa empresa da grande Belo Horizonte, até ser demitido. Ficou muito tempo desempregado até entrar no movimento. A outra diretora tem 20 anos e veio do Vale do Jequitinhonha. Com seis anos seus pais vieram para a região e Belo Horizonte tentar melhorar de vida. Ela engravidou e foi morar com a mãe. Como a casa ficava numa região de alto risco, bastou cair uma chuva para ela ser interdita. A mãe foi para um abrigo. Ela e o esposo, em busca de casa e trabalho, vieram para o MST (entrevista com os trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV).

O MST tem algumas práticas e organizações que garantem a sua espacialização em quase todo o território brasileiro. São essas práticas e organizações que garantem a integração dessas pessoas ao movimento. A ocupação de terras, por exemplo, tão conhecida na mídia, acaba por ajudar a estruturar e a reproduzir o movimento. Nos acampamentos, os candidatos a assentados sem-terra já vivenciam toda uma organização social que existe nos assentamentos do MST. Como descreve Fernandes (2006) passou por várias fases, nas quais garantiu sua consolidação, estruturação, espacialização e internacionalização. Por isso é considerado por muitos o maior movimento social brasileiro. Com suas estratégias articuladas, o MST vem enfrentando a ordem social do capital, constituindo-se num movimento de resistência e recriação do campesinato no Brasil.

Uma das estratégias do MST é o apoio a criação de cooperativas autogestionárias para a comercialização dos produtos dos assentados. No começo da década de 1990, para esse fim, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), e mais tarde, houve a organização da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA). Assim, a direção do assentamento decide organizar uma organização com esse caráter.

No ano de 2007, chegou a demanda da direção do assentamento à coordenação da ITCP/UFV pela incubação do grupo de agricultores do assentamento Olga Benário. Nesse

ano iniciou-se o processo de incubação e, depois de algumas reflexões, decidiu-se pela criação de uma associação, em vez de uma cooperativa, uma vez que esta oferece maior dificuldade na administração burocrática e financeira. Foi criada, então, em 2007, a Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata de Minas Gerais (ARCA-ZM) com o intuito, primeiramente, de criar uma organização capaz de acessar a política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Segundo o Setor Regional de Produção e Meio Ambiente do MST, este assentamento estava com dificuldades na organização da produção, na comercialização e no acesso à políticas públicas (FREITAS, 2008).

A intenção era a criação de uma pessoa jurídica para o acesso a essa política pública do PAA e, assim, conseguir escoar a produção, ao mesmo tempo em que estimulava a estruturação e a organização da produção no assentamento. Em função dessa demanda, a metodologia de incubação teve que ser invertida, com a criação da pessoa jurídica antes da capacitação, formação e educação cooperativista. Mas mesmo com essa inversão das etapas da metodologia de incubação o processo de incubação vem obtendo sucesso, estimulando inclusive a discussão sobre a necessidade da adequação dessa metodologia ao contexto de cada grupo (FREITAS, 2008).

Segundo entrevista com membros da diretoria da ARCA-ZM, além de ser um meio de venda certa para os produtos dos assentados, garantindo-lhes uma renda, a estratégia de vender a produção para o PAA da CONAB é também política. Pode-se perceber isso na seguinte passagem da entrevista, quando um diretor da ARCA-ZM diz que

a importância na hora de acessar a CONAB... porque aí chega até a mesa do governo que nós produzimos na terra. E nós vendendo particular, eles não sabem que nós tá produzindo na terra ou não. ... E aí tem como eles mandá um projeto pra nós, porque eles sabem que a gente produz na terra (entrevista com membro da diretoria da ARCA-ZM).

Essa estratégia de venda por meio do PAA é uma estratégia do movimento para garantir uma relação positiva com o governo e com a opinião pública. É preciso demonstrar que há produção nos assentamentos, para que haja um apoio na realização da reforma agrária. Isso é necessário porque na mídia passa-se uma imagem negativa do MST, sobretudo de que os assentamentos não são produtivos, segundo nos relata uma outra componente da diretoria da ARCA-ZM:

Semana passada uns estudantes de Juiz de Fora veio aqui... e foi bem no dia que teve a entrega da CONAB. Aí eles já chegaram e já tiraram foto e eu vi que o jeito que eles olhou foi de espanto. Acho que eles achavam que, como é do movimento, que a gente não produz nada, que é um bando de preguiçoso... Então, o jeito e o olhar deles foi de espanto.. que é uma coisa assim que... muitos vêm falando...

escuta ni rádio e em televisão muitas coisas e acha que todos são assim.. que num leva a sério... que quer a terra pra quê? (entrevista com membro da diretoria da ARCA-ZM)

Outra estratégia usada foi a criação de uma horta coletiva logo na entrada do assentamento. Isso garantiria, além da produção de hortaliças para subsistência do assentamento no seu início, para que, quem lá chegasse, já tomasse conhecimento de que o assentamento era produtivo (entrevista com membros da direção da ARCA-ZM). Hoje, cada família produz de uma forma, algumas têm hortas, outras preferem frutíferas (ilustração 5).



Ilustração 5. Horta pessoal da família de Chico no assentamento Olga Benário
(Foto: Alexandre Henrique Asada, 2009).

Essas duas ações demonstram uma percepção de que as ações no local têm influências em outras escalas da ação social. A preocupação com a opinião pública e com a imagem dos assentamentos na mídia é uma delas. Para ter essa mudança em outra escala, é preciso refutar certas imagens transmitidas pela mídia. A mídia, como disse Peet (2007), é um dos principais veículos de propagação da ideologia hoje, que garante o funcionamento do sistema econômico. Santos (2004b) também acredita nisso ao dizer que “nas condições atuais as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares” (SANTOS, 2004b, p.39). E mais à frente prossegue:

O que é transmitido à maioria das pessoas da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega aas pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de manipulação, tal informação se apresenta como ideologia (op. cit., p. 39).

Não há dúvida de que a organização do MST e seu acúmulo histórico de reflexões e análises críticas sobre a realidade social no campo, e a transmissão desses saberes para os membros do movimento, permitiu esse tipo de ação local. Ao chegar nos assentamentos, nas bases, as posições do MST propiciam ações na escala do lugar que tem efeitos em outras escalas. E os seus membros parecem ter claro que a ação particular no seu local terá um efeito nacional que fortalecerá o MST em outras escalas.

A adesão de uma ação individual a uma causa coletiva não foi uma conquista simplesmente do poder da palavra. Ela tem a ver até com o espaço, no caso do MST, devido à estratégia espacial de criar assentamentos e acampamentos com uma organização própria, geralmente diferente da organização no restante da sociedade.

Pode-se dizer que a principal estratégia que o MST emprega é contra o capital e a lógica societal do capital, que gera precarização do trabalho nas cidades e concentração de terras no campo no Brasil (FERNANDES, 2006).

Contudo, a resposta dos trabalhadores rurais no campo foi além de uma estratégia de sobrevivência, uma estratégia contra-hegemônica. Nos assentamentos as famílias organizam-se em Núcleos, e esta organização está subordinada a uma série de outras instâncias até chegar à direção nacional do movimento.

Fernandes (2006) assim descreve a organização do MST:

Os núcleos de família são formados pelas famílias nos acampamentos e assentamentos. Estes elegem suas coordenações, as quais escolhem as coordenações regionais, que, por sua vez, elegem as coordenações das instâncias superiores, e assim por diante. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção em suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os fóruns políticos por excelência do MST (p. 154).

Sobre como se dá a participação dos sujeitos nessas escalas o autor continua:

Dos núcleos de base ao Congresso nacional do MST, há as coordenações e direções em diferentes níveis e escalas. Os principais fóruns de decisão de planejamento de políticas são os encontros e os congressos. A participação nesses espaços acontece pela inserção do sujeito no movimento e de seu reconhecimento pelos coletivos. Uma instância elege ou indica os membros de outra instância em nível superior. A porta de entrada nesse processo são os núcleos de base de um acampamento ou assentamento (op. cit.).

Assim, cada assentamento de reforma agrária vinculado ao MST está também envolvido numa série de setores do próprio movimento e organizações, que assessoram os assentados que atuam em várias escalas. O MST utiliza dessa situação espacial de mobilidade das populações provocada pelo desenvolvimento geográfico desigual do capital, para definir sua estratégia de luta contra o capital. Com isso, tenta criar espaços alternativos

visando uma situação (social, econômica e espacial) diferente e a construção de uma sociabilidade na qual se possa desenvolver uma outra consciência.

Sobre como essa mudança nas situações pode transformar as consciências, Harvey (2006) escreve:

Essa organização proposta (incluindo suas relações pessoais, suas formas de trabalho reprodutivo, suas tecnologias, suas formas de provisão social) possibilita uma consciência radicalmente diferente (de relações sociais, relações de gênero, relações com a natureza e outras tantas coisas desse gênero), ao lado da expressão de diferentes direitos, deveres e obrigações fundadas em maneiras coletivas de viver.

Postular essas alternativas nos permite realizar ‘uma experiência de pensamento’ em que imaginamos como é ser e pensar numa situação diferente. Essa experiência diz que, ao alterar nossa situacionalidade (material ou mentalmente), podemos alterar nossa visão de mundo (p.312).

Portanto, a organização do “movimento”, presente no assentamento, antecede e subsidia a criação da ARVA-ZM. Foi isso que permitiu a inversão da metodologia, estratégia avaliada como positiva pelos entrevistados e por Freitas (2008). Para que a ARCA-ZM se estruturasse, porém, foi preciso que houvesse uma sobreposição entre as estruturas burocráticas da associação e as formas de organizações já existentes no assentamento. Foi assim que as assembleias gerais da associação, de difícil organização nas associações incipientes, foram substituídas pelas reuniões dos núcleos de família do assentamento, que já eram uma prática.

Uma manifestação da consciência desenvolvida na situação dos assentamentos do MST pode ser vista numa fala de um agricultor membro da diretoria da ARCA-ZM. Perguntado sobre a atuação do Estado, que muitas vezes toma ações em favor de grupos privilegiados da sociedade, e sobre como poderia ser diferente, esse agricultor não titubeou em responder: “Com luta! A gente faz luta!” (entrevista com membros da diretoria da ARCA-ZM). Essa luta a que ele se refere são práticas de manifestação próprias do MST como a ocupação de terras griladas ou improdutivas para reivindicar a sua desapropriação para fins de reforma agrária. A prática de reivindicação política, se falta em outras organizações produtivas de trabalhadores, na associação desse assentamento do MST sobra.

Mas, no que se refere à organização produtiva do assentamento, a organização do MST não conseguiu fornecer assistência. Isso deve-se muito à condição do estado de Minas Gerais, segundo os entrevistados, em que não existe nenhuma outra experiência de cooperativa ou associação em assentamentos do MST. Mas sabe-se que essas experiências com cooperativas em assentamentos do MST existem em outras regiões do Brasil (FERNANDES, 2006).

No assentamento Olga Benário, porém, a discussão cooperativista do MST ainda não chegou. Muito menos a discussão sobre se o cooperativismo pode ser uma estratégia alternativa de organização da economia, tal como era a posição dos socialistas utópicos. Percebemos isso na entrevista com os membros da ARCA-ZM, que responderam, ao serem perguntados sobre o funcionamento da economia capitalista e sobre o papel do cooperativismo na transformação da sociedade:

- ... tem como mudar a economia que tá desse jeito pra ela virar outra coisa? E a cooperação e associação ajuda nisso?
- Aí... eu não tenho a mínima idéia... eu não sei não.... (...) Depois desse minicurso que a gente fizer aí a gente vai ficar mais sabido e vai saber responder isso aí (entrevista com membro da diretoria da ARCA-ZM).

O entrevistado estava se referindo a um curso sobre cooperativismo, com duração de dois dias seguidos, que a ITCP/UFV irá ministrar em parceria com a direção do MST nos dias 12 e 13 de dezembro de 2009. A intenção com esse curso é dar um passo a mais na capacitação e na formação da diretoria da ARCA-ZM, mas também é voltado a todos os associados, na medida em que todos podem ajudar a gerir a associação, hoje ou no futuro. O MST exporá sua visão sobre o cooperativismo, e a equipe da ITCP, mesmo tendo que tratar sobre assuntos técnicos, também esclarecerá algumas questões políticas.

Esse seminário, em que haverá o trabalho conjunto da equipe da ITCP e da direção do MST, é um exemplo de uma estratégia do MST de formar lideranças nos locais. Essas lideranças do MST serão um instrumento para garantir a permanência e a organização do MST e do assentamento. Como diz Fernandes (2006):

Esse conjunto de ações – formação permanente de lideranças que fortaleceram a organicidade e garantiram a territorialização do MST, criando uma autonomia política e uma cultura de resistência – explica o processo de consolidação do MST (FERNANDES, 2006, p. 151).



Ilustração 1. Membros da diretoria da ARCA e equipe da ITCP/UFV
(Foto: Alexandre Henrique Asada, 2009).

São muitas as demandas e as dificuldades cotidianas dos trabalhadores, e, imersos nelas, os trabalhadores muitas vezes não têm clareza sobre algumas relações entre fenômenos sociais como alguns serviços oferecidos pelo governo por meio de políticas públicas. Ainda que algumas lideranças tenham claro que os assentados têm direito a algumas ações do governo, como a prestação de assistência técnica nos assentamentos, as duas pessoas da diretoria da ARCA-ZM entrevistadas não demonstraram conhecimento de que esses estudantes da universidade estão vinculados a um programa do governo, ganhando uma remuneração, ainda que na forma de bolsa de extensão.

A falta de conhecimento de que a ITCP/UFV é uma ação de uma política de governo, e que os estudantes da UFV ganham uma bolsa para realizar as suas atividades de assessoria à ARCA-ZM, pode ser percebida na seguinte fala:

Entrevistador: - Vocês sabem quem que paga o salário deles?
- Isso eu já não sei... eu não sei que eles tem salário...
- Eu também não sei... (entrevista com membro da diretoria da ARCA-ZM).

Além do recurso que é destinado ao pagamento de bolsas para os estudantes, o programa ITCP/UFV ganha um recurso para o pagamento de um salário para um técnico, que deverá ser celetista. Apesar de não ter conhecimento sobre o fato de que a ITCP/UFV é uma ação do governo para prestar assessoria técnica a eles, os assentados do Olga Benário apresentam, mesmo assim, grande clareza sobre outros aspectos da política. Isso nos leva a crer que a sua organização e a sua estratégia de recriar espaços é realmente eficiente na produção de consciências em outra “situacionalidade”, no sentido de que disse Harvey (2006). Para isso contribuem outras estratégias para fortalecer a identidade do movimento, como a bandeira, os símbolos (como o símbolo na ilustração 8), as palavras de ordem, a mística etc (FERNANDES, 2006). Não se pode desvincular a organização social do movimento, e a forte identidade que ele consegue construir por meio de todo o seu modo de funcionar cotidiano, da capacidade ou da disposição para se pensar projetos de sociedade.



Ilustração 7. Símbolo do MST

(Fonte: <http://www.brasilautogestionario.org/wp-content/uploads/2009/07/mst_bandeira_grande.jpeg>)

6.9. Os projetos de sociedade

Analisando especificamente os projetos de sociedade a partir da cada local, toma-se como perspectiva que “as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto” (SANTOS, 2005, p.143). Mas cada lugar é uma realidade particular e possui uma forma de lidar com o mundo, e eles têm se diferenciado ainda mais por causa das forças da globalização. As iniciativas de organização em cada local têm que enfrentar dificuldades próprias de acordo com diferentes estratégias para encontrar saídas utópicas. Entretanto, as tentativas de transformação devem ocorrer nas diversas escalas espaciais ao mesmo tempo, como as forças da globalização (HARVEY, 2006, p. 306).

Se as concepções utópicas não vêm mais da fábrica, cooptada pela ideologia neoliberal (GRACIOLLI, 2009), devem vir nessa realidade fragmentada das iniciativas de sobrevivência dos trabalhadores no seu local de trabalho (SANTOS, 2004b). Mas se elas precisam ocorrer em diversas escalas, elas precisam vir de experiências materiais que modifiquem as situações, somente a partir dessa transformação nas situações poderia ocorrer também a mudança na consciência. Harvey (2006) diz sobre a questão que

...trata-se da criação de organizações, instituições, doutrinas, programas, estruturas formalizadas etc. que operem em favor de algum propósito comum. Essas atividades políticas têm de estar firmemente assentadas nas condições históricas e geográficas concretas no âmbito das quase se desenvolve a ação humana (p.73).

O autor, ao comentar as teorias de um cientista político brasileiro radicado nos Estados Unidos, Roberto Mangabeira Unger, a respeito das transformações sociais, comparando-as com as idéias de Karl Marx faz a seguinte observação:

Em ao menos um aspecto Marx e Unger fazem causa em comum. Elas insistem que o futuro tem que ser construído não segundo algum molde utópico fantástico, mas por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição em nossa atual condição (p.251).

Assim, a pergunta sobre como a partir das realidades das atividades do circuito superior pode-se pensar num sistema alternativo de produção, podemos pensar na mudança na *situacionalidade* de que fala Harvey (2006), nessas instituições, programas, estruturas formalizadas e etc. Os diversos grupos de trabalhadores com os quais a ITCP/UFV se relaciona, e a própria ITCP/UFV, têm sua situação específica, uma realidade concreta, a partir da qual tem que se estabelecer essa mudança de *situacionalidade*. Vejamos então em cada grupo analisado a existência ou não de estratégia para essa mudança.

Primeiramente, a própria ação da ITCP/UFV, por meio de suas intervenções nos grupos, já provocava uma *situacionalidade* diferente. Perguntado sobre a dificuldade em

prestar uma melhor assessoria técnica e a questão entre ênfase em formação política e formação técnica, um “formador” da ITCP/UFV lembra a fala de um colega da equipe da ITCP/UFV:

Quando ele via o trabalho da ITCP desencadeando uma relação diferenciada entre os grupos... a proposta metodológica da ITCP causar questionamentos, causar novas práticas... incendiar ali... alimentar outras idéias, novos sonhos... isso é uma forma de ruptura também. E acho que a ruptura econômica não acontece sem estar associada a essa ruptura em outras áreas... (entrevista com “formador” da equipe da ITCP/UFV).

O caso da Usina de Reciclagem é um exemplo disso. A trabalhadora da Usina, que é a presidente da ACAMARE, expressa uma dificuldade de ver perspectivas de mudança na sua condição de trabalhadora de uma usina de reciclagem de lixo. Diante da competitividade do mundo que na sua visão parece ter aumentado, diz: “antigamente tinha muito solidariedade; hoje não tem mais. E as coisas eram muito mais difíceis”. Perguntada sobre se é possível mudar a ordem econômica da sociedade hoje, a trabalhadora diz que “... é complicado, mas se os governantes quiser...”. Depois, questionada sobre porque os políticos não mudam, ela disse “por falta de interesse”. Perguntada, então, se resolveria se os trabalhadores elegessem representantes deles, também trabalhadores, ela deu o exemplo do Lula, que quando ascendeu até o poder, atendeu aos interesses de grupos dominantes. Em seguida, confrontada com a dificuldade da mudança na política, foi perguntada sobre a transformação da ordem econômica, e chegou à conclusão: “...Não muda... Não dá pra mudar. Só deus”.

Apesar disso, ela reconhece que o trabalho da equipe da ITCP/UFV, com as reuniões para discutirem os assuntos relativos à Usina de Reciclagem e aos trabalhos da ACAMARE, ajudou eles a terem uma valorização por parte deles mesmos sobre o seu trabalho. Diante da visão preconceituosa, os próprios trabalhadores se sentem diminuídos. A situação de reuniões, com uma equipe da universidade, semanalmente, para discutir e reorientar o trabalho, pode-se dizer, criou uma outra *situacionalidade*, no sentido que Harvey (2006) usou, na qual eles puderam desenvolver uma outra consciência à respeito do seu próprio trabalho. Aliás, Páteo (2008), analisando a dificuldade de gerar renda, defende que o *reconhecimento social do trabalho* para esses grupos já é um resultado louvável.

Essa perspectiva de falta de solução ou de jogar a solução para outro plano, num nível religioso, também foi feita por um trabalhador de Nova Viçosa, também desiludido com o individualismo. O trabalhador do Clube de Trocas entrevistado coloca a culpa do não sucesso do Clube na falta de consciência das pessoas. Perguntado sobre como se daria uma mudança na economia, ele disse:

Primeiramente... tem que ter conscientização da sociedade. E principalmente começando com o nosso bom... porque se a sociedade não conscientizar mesmo do seu dever como cristão, as coisas só vai água a baixo. Porque o cristão consciente ele sabe o que faz... ele sabe ... (entrevista com trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV).

Parece que o trabalhador do Clube de Trocas percebe que, em parte, o funcionamento do clube dependia da assiduidade dos sócios, da iniciativa dos sócios e da conquista de novos sócios. Mas lhe faltava a interpretação sobre o modo de funcionamento da economia como um todo e sobre o porquê de o clube de trocas, que deu certo em outros lugares, não obter êxito em Nova Viçosa. Ele acreditava na importância da iniciativa e compreendia a perversidade do sistema econômico que deixa os trabalhadores de lá sem dinheiro, gastando o pouco que têm com os produtos de grandes indústrias e se empregando também precariamente. Tinha a esperança de que surgissem empreendimentos produtivos no bairro, a partir do Clube de Trocas, mas lhe faltava algo, a compreensão sistêmica da economia.

Sobre esse processo de indignação individual, mas com a dificuldade de compreensão sistêmica, diz Santos (2004b):

A descoberta individual é já, um considerável passo à frente, ainda que possa parecer ao seu portador um caminho penoso, à medida das resistências circundantes a esse novo modo de pensar. O passo seguinte é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência. A partir daí, a discussão silenciosa consigo mesmo e o debate mais ou menos público com os demais ganham uma nova clareza e densidade, permitindo enxergar as relações de causa e efeito como uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada, à escala do mundo e à escala dos lugares (p.169).

Essa visão sistêmica é que permite a busca de ações contra as verdadeiras causas do não sucesso da iniciativa. Causas essas que podem vir, e provavelmente vêm, de escalas mais amplas, e que por isso precisam ser combatidas em ações em escalas mais amplas. Harvey (2006) explicita essa necessidade alegando que:

a real mudança política advém de alterações simultâneas e bem pouco coordenadas tanto no pensamento como na ação em várias escalas (tanto de modo simultâneo como de modo seqüencial). (...) A metáfora a que recorro é um entre vários diferentes “teatros [de operações]” possíveis de pensamento e de ação em alguma “longa fronteira” de práticas políticas “rebeldes” Avanços num dado teatro acabam por estagnar ou mesmo por regredir caso não sejam apoiados por avanços noutros teatros (p. 306).

Assim, se não estiverem articuladas em várias escalas, as ações tendem a não obter sucesso. É necessário, então, considerar as *situações* e *posições* próprias da realidade histórica e geográfica de cada grupo de trabalhadores, mas também a partir dessas posições tomar atitudes em outras escalas.

O grupo da AQHB participa de ações em várias escalas. A representante do grupo entrevistada participa do COMPIR, que está ligado a outras instâncias e inclusive promoveu a construção do Fórum Para a Promoção da Igualdade Racial (FORPIR) no município de Ponte Nova. Essas articulações e instituições discutem e lutam pela questão racial, de modo que não se foca na questão da mudança econômica, isto é, nas dificuldades que o grupo da *Retalharte* enfrenta. Mesmo que dentro do COMPIR tenha alguma discussão sobre economia solidária, a representante da AQHB não se apropriou dessa discussão e não se entendia enquanto um empreendimento de economia solidária.

As ações da ITCP/UFV parecem não conseguir a apropriação da discussão a respeito da economia solidária, sobre a construção de uma outra economia, não só nesse grupo, mas em todos os grupos analisados. Pelo menos, esse objetivo não consegue ser cumprido numa perspectiva de curto prazo, como é o período de uma incubação. Pela experiência da *espera Feliz*, percebe-se que a apropriação de algumas discussões por parte de grupos de trabalhadores demorou algumas décadas. Inclusive, se for se considerar de forma absoluta um dos objetivos expressos no projeto da ITCP/UFV de permitir que os trabalhadores dos grupos se tornem “atores do desenvolvimento” (ITCP/UFV, 2006), pode-se dizer que ele não está sendo cumprido. A ITCP/UFV não consegue fazer a geração de trabalho e renda nem a tal “formação política”, pensada pelos “formadores da ITCP/UFV”.

Mas pode-se problematizar essa visão. A renda realmente se percebe quantitativamente. Mas a formação política – isto é, a apropriação e a capacidade de interpretação e reação, por parte do grupo de trabalhadores, de questões políticas, sociais e culturais a que eles estão inseridos – ela é mais difícil. Como relata uma “formadora” em entrevista essa é uma dificuldade do próprio projeto e da política pública. Sobre os resultados alcançados, diz ela que eles existem, mas são subjetivos; que eles são palpáveis:

Só que ao mesmo tempo eles não são quantificáveis a ponto de serem aceitos academicamente....né?, que são aqueles dados que a gente sempre é cobrado a ter: quanto que aumentou na renda?, quantas pessoas estão empregadas?... quantas trabalham?... aqueles números que o Proninc cobra... quantas mulheres trabalham? quanto que aumentou na renda? quanto tempo elas trabalham?... blá, blá... aquelas coisas... Eu acho que os nossos objetivos estão bem mais entremeados nas situações, assim... no contexto, no dia-a-dia deles (entrevista com “formador” da equipe da ITCP/UFV).

Para entender a construção de projetos alternativos e contra-hegemônicos e a leitura da realidade precisamos entender que ela não é algo monolítico, que pode-se ter ou não. Como nos diz Iasi (2007, p.12), a consciência não é uma coisa, que se possa adquirir e perder, ela é um movimento, um processo, e por isso o autor fala de um processo de consciência. A formação da consciência do trabalhador enquanto trabalhador é que vai dando

subsídio para que ele faça a leitura da realidade e vislumbre possibilidades de transformação dessa realidade. Assim, a concepção de uma possível transformação na sociedade e na economia não surge entre grupos locais isolados, que nunca vivenciaram experiências associativas e de organização política somente por meio da ação da ITCP/UFV.

Mas se a ITCP/UFV não consegue promover mudanças na *situacionalidade* dos grupos de trabalhadores capazes de fazer com que eles tenham uma consciência plena sobre como sua iniciativa local pode levar a uma transformação do modo como funciona a economia na sociedade como um todo, ela consegue pelo menos mudar essa *situacionalidade* para os “formadores”. Essa mudança é causada pela vivência numa outra estrutura social, numa outra institucionalidade, mesmo que pequena, como a forma de funcionamento e organização da ITCP/UFV e o contato continuado com a realidade e com os desafios dos grupos de trabalhadores. Isso causa mudanças na consciência dos “formadores”. Veja o relato de outro “formador” da ITCP/UFV sobre a sua relação com a universidade depois que começou a integrar a equipe da ITCP/UFV:

A minha relação com a universidade antes da ITCP era só uma relação como estudante mesmo, relação com o curso. E na ITCP, aqui se discute extensão, pesquisa, apoio da universidade... se disputam espaços na universidade de temas e de discussões... Eu consigo ver a universidade de uma outra forma... (entrevista com “formador” da equipe da ITCP/UFV).

Essa transformação, na verdade, nem ficou somente na mudança de compreensão da universidade, mas sobre o funcionamento da sociedade e da economia como um todo, ou sobre como podem acontecer as transformações na sociedade. Perguntado se mudou a concepção dele sobre como poderiam se dar as mudanças, ele disse:

Mudou... Eu acho que sempre tive essa preocupação, mas nunca consegui encontrar uma forma de transformação social. Sempre achava o capitalismo uma coisa ruim, mas como uma coisa final uma coisa imutável, como uma coisa natural do ser humano... e a partir da economia solidária... tive visões diferentes mesmo .. até do ser humano e de possibilidades de organização e tudo o mais.... (entrevista com “formador” da equipe da ITCP/UFV).

Num relato de outra “formadora” percebe-se uma compreensão sobre a dificuldade dos grupos de trabalhadores de se apropriar da discussão de que é preciso mudar a economia, de que o seu problema econômico é um problema estrutural da economia.

..acho que os resultados vem assim em doses homeopáticas. Porque os nossos resultados são muito subjetivos, são muito qualitativos... Então... eu tento encarar eles como... um passo a mais para alcançar o nosso objetivo final, porque eu acho que esse objetivo final não é possível no sistema capitalista, sabe, você atingir todos esses objetivos... eu acho que eles não são possíveis nessa organização estrutural da sociedade que a gente vive hoje. Então, por isso que... que eu não acho que a gente nunca vai chegar lá, mas eles vêm assim entremeados em algumas

ações...., deixa eu ver como é que eu explico, né?.. por exemplo, em algumas atitudes dos grupos, alguns... aumenta o nível da discussão, alguma apropriação de certas técnicas, de certas metodologias... de certas discussões.... reflexões que às vezes aparecem em voz alta, assim.. Então, eu entendo que esses resultados eles vem aos poucos... em vários pontos... (entrevista com “formadora” da equipe da ITCP/UFV).

Percebe-se a compreensão por esta formadora de que as mudanças propostas pela equipe da ITCP/UFV, de tentar chegar “a emancipação política, econômica e ambiental” (entrevista com “formadora” da equipe da ITCP/UFV) do grupo, dificilmente acontecerá se não ocorrer mudanças mais amplas, em outras escalas. Percebe, enfim, que ele vê limites no trabalho da ITCP/UFV. Mas consegue, por meio desse trabalho, pensar alternativas. Perguntada sobre a dificuldade de a ITCP/UFV cumprir alguns objetivos expressos ela diz:

Entrevistador: E... o que você acho que está faltando para que eles, esses objetivos sejam cumpridos?

“Formadora”: Quais? Os da ITCP?

Entrevistador: É!

“Formadora”: Vixe! Falta muita coisa! (risos...)

Entrevistador: Tipo o quê?

“Formadora”: Tipo... a revolução!! (risos...) A revolução popular!... alguma coisa assim... Não... porque eu acredito que esses objetivos, eles só serão cumpridos mesmo quando a nossa sociedade estiver estruturada de uma forma democrática exacerbada... (entrevista com “formador” da equipe da ITCP/UFV).

De fato, aquele objetivo expresso no projeto da ITCP/UFV de levar os trabalhadores a se tornarem sujeitos do desenvolvimento não consegue ser cumprido nessa ordem da sociedade. Uma discussão a respeito da construção de um desenvolvimento com autonomia pode esclarecer essa questão.

Ao enfatizar a autonomia, Souza (2006) indica que seria preciso uma mudança de toda a estruturação e da dinâmica da sociedade próprias do modelo civilizatório capitalista para que os grupos tivessem esse poder de decidir. Esse termo, autonomia, trazido da obra de Cornelius Castoriadis, é usado para a compreensão do espaço. Assim, a autonomia é vista como autonomia dos grupos sociais para gerir os recursos no seu próprio território, como a única condição capaz de promover justiça social. A passagem a seguir esclarece os limites da reivindicação para a transformação social, reivindicação essa que essa “formadora” demonstrou ter ido bem mais além ao dizer que seria preciso toda a reestruturação da sociedade.

Clamar por “participação” ou por liberdade etc. no contexto do modelo civilizatório capitalista, marcado por contradições de classe, por uma fundamental assimetria a separar dominantes e dominados, equivale, no essencial, das duas uma: ou a fazer demagogia política, ou a apontar, na prática, para melhorias cosméticas, sem atentar o suficiente para as barreiras existentes no bojo da sociedade instituída. A consideração da estrutura e da dinâmica essenciais do modelo civilizatório

capitalista permite ao analista que ele, sem rodeios, se remeta à questão das condições efetivas do exercício da liberdade e da participação em uma sociedade capitalista, seja ela do “Terceiro” ou do “Primeiro Mundo” (SOUZA, 2006, p. 103).

O trabalhador do Clube de Trocas demonstra ter claro esse limite da “participação” em alguns discursos do governo, ao relatar experiências como a construção do Plano Diretor do município. Diz ele:

Quando eles chamam a comunidade a participar de alguma coisa, é porque é interesse deles. Nunca é que estão mesmo preocupados no interesse da comunidade, com o bairro mesmo. Pode ser interessado no bairro sim através daquela reunião que eles estão convocando... Mas é visando... Porque interesse mesmo com a classe pobre, sofrida... é nunca que eles reúnem o povo... (entrevista com trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV).

Nesse discurso de “participação”, de incluir os trabalhadores na construção de um outro desenvolvimento, que o discurso da política pública a respeito da economia solidária traz, acaba ocorrendo de novo a tal “confluência perversa”, definida por Dagnino (2004). A participação acaba não tendo o resultado esperado e pode ser apropriado pelas forças que constroem um outro projeto de sociedade em função dos seus interesses. No caso da APAE Rural e da Reciclagem isso é visto mais claramente.

Mas a mudança na consciência dos “formadores” diante dessas contradições da realidade parece permitir que eles façam essa distinção. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável dentro da ITCP/UFV e sobre o uso desse termo em projetos para angariar recurso deixa clara essa tensão⁴⁵. A ITCP/UFV, ao conseguir fazer essa formação dos estudantes que nela atuam como estagiários, parece ser um instrumento que faz as classes médias se voltarem para o lado das classes populares. E essas, por passar por uma intelectualização, por mais anos de estudo formal, tem um papel importante na transformação da realidade, segundo Santos (2004b):

As classes médias brasileiras, agora mais ilustradas e, também, mais despojadas materialmente, têm, agora, a tarefa histórica de forçar os partidos a completar, no Brasil, o trabalho, apenas começado, de implantação de uma democracia que não seja apenas eleitoral, mas, também, econômica, política e social. A experiência de escassez, um revelador cotidiano da verdadeira situação de cada pessoa é, deste modo, um dado fundamental na aceleração da tomada de consciência. Nas condições brasileiras, atuais, as novas circunstâncias podem levar as classes médias a forçar uma mudança substancial do ideário e das práticas políticas, que incluam uma maior responsabilidade ideológica e a correspondente representatividade política eleitoral dos partidos (SANTOS, 2004, p. 140).

⁴⁵ Ver em seção 8.1.

Esses estudantes, dentro da ITCP/UFV, mesmo que estejam na situação de um braço da política pública de geração de trabalho e renda do governo, conseguem ter uma visão crítica a respeito dela. Conseguem perceber os seus limites e, pelo contato com os grupos de trabalhadores e suas necessidades urgentes, são levados a fazer reflexões sobre como poderiam vir as mudanças na sociedade para resolver essas necessidades. Eis o relato de um “formador” da ITCP/UFV ao ser perguntado se a economia solidária pode ajudar a construir um desenvolvimento alternativo:

A economia solidária ela pode ser... ela pode estar dentro dessa estratégia de desenvolvimento. Mas eu acredito que é pela luta social... pela luta dos movimentos sociais, pela acentuação das contradições da sociedade... e aí a economia solidária pode estar dentro disso, ela pode ter uma proposta a partir dessa acentuação das contradições da sociedade

Mas ela por si só assim... a economia solidária como ela acontece hoje: instituições de fomento, vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, empreendimentos fragilizados... Eu não vejo que elas sozinhas... consigam levar a uma transformação social sem estar articulado, sem estar articuladas organicamente, com outros movimentos sociais, com outros movimentos que buscam a emancipação política e a transformação social (entrevista com “formador” da equipe da ITCP/UFV).

A visão desse “formador” sintetiza a visão dos outros “formadores” entrevistados. O que pode levar ao entendimento de que não é uma observação pessoal apenas. É uma leitura da realidade que o grupo da ITCP/UFV faz a partir de sua experiência e de seu trabalho cotidiano, e que foi construída na sua prática autogestionária. É uma visão que vê criticamente o discurso da economia solidária propagado nas ações da política pública que a apóia. Ela vê as ações no local e a busca de alternativas a partir do local como uma saída, mas vê criticamente o papel do Estado nessa construção. Para que haja autonomia na construção desse desenvolvimento alternativo, é preciso uma articulação social em várias escalas que se dê independente do Estado, nos movimentos e outras organizações sociais.

Com essa perspectiva, as mudanças que são visíveis por meio da economia solidária se aproximam muito das perspectivas das experiências cooperativas do século XIX. Naquela época, os pioneiros eram os representantes de cooperativas ou intelectuais e políticos socialistas utópicos. Hoje diz-se que são os representantes das entidades de apoio. Mas vimos nas experiências da ITCP/UFV alguns limites na ação dessas entidades. E para garantir a autonomia, a organização da sociedade deve ser independente politicamente dessa rede de apoio governamental, como relata um dos formadores.

Algumas reflexões a respeito dessa política pública de geração de trabalho e renda podem ser feitas ainda nesse sentido. Diz Singer (2002) que ela é herdeira das experiências propostas pelos socialistas utópicos do século XIX. Mas, se naquela época o Estado não aprovou a proposta de Owen de transformação da economia, porque hoje viria a aprovar e a

transformar numa política pública uma proposta semelhante? Não existe hoje a mesma ordem capitalista na economia e na sociedade que Owen tentava superar já no século XIX? Será que é porque hoje essa proposta não oferece grandes perigos aos capitalistas? Hoje, de fato, diferentemente do capitalismo da primeira metade do século XIX, a estrutura econômica e social é caracterizada por uma forte concentração monopolística. Hoje é muito mais difícil uma transformação da economia, com todo o poder da ideologia, nessa ordem que Santos (2004b) chamou de *globalitarsimo*. Será que os capitalistas aceitam a estratégia da economia solidária como uma política pública porque vêem esta como inócua?

Hoje também, com as recentes transformações no mundo do trabalho, a busca dessas saídas utópicas se tornou mais nebulosa até mesmo na esfera das representações. Um trabalhador da cooperativa de Espera Feliz ao comentar sobre a falta de participação das pessoas na cooperativa e sobre a falta de iniciativa para promover mudanças na sociedade diz:

Tem muitas pessoas que num quer fazer história. Porque na verdade você só muda a história fazendo uma nova história. Isso é a longo prazo. De repente esse trabalho que eu faço hoje... ele tá medo retorno, mas de repente ele vai dar o retorno verdadeiro mesmo pro meu netinho..... quanto ele tiver vinte anos... de repente pro filho dele, vai ter retorno.

Mas a curto prazo, as pessoas tem medo de mudar.. porque o que ele tá vivendo ele acha que aquilo ali é garantia... agora pra mudar, o que que vai acontecer? as pessoas tem medo de mudança... (entrevista com trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV).

Mas ele mesmo esclarece como essas mudanças podem acontecer, ele diz:

Agora... governo... de governo, eu acho que vem muito pouco sempre. Eu acho que quem faz a história mudar é os movimento... é... é os próprio agricultor... E quando eu falo... vamo dizer, o sindicato... o que que é o sindicato? O sindicato é o próprio trabalhador organizado. E aí vai reivindicando e fazendo pressão e vai mudando (entrevista com trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV).

Percebe-se nessa visão uma crítica com relação ao papel do Estado, ainda que ele não desdenhe a ação do Estado. Mas ele só não faria as mudanças sem a pressão da sociedade organizada. O exemplo desse agricultor diz como essa organização é construída. Essa visão de mudança não vem mais da fábrica, ele está falando do campo. Ele teve uma participação no sindicalismo rural, mas teve, sobretudo, na direção de uma associação, a ASIMAF, que agia na organização da produção e da comercialização entre os agricultores do seu município. A sua visão foi construída a partir daquelas instituições, estruturas formalizadas, organizações citadas por Harvey (2006), como a situação de onde viriam as ações transformadoras.

A realidade de Espera Feliz, com o sindicato, as várias organizações e articulações permitem o surgimento dessas ações transformadoras. Mas a maioria dos cooperados ainda não trabalha em prol de uma ação conjunta na cooperativa. Nem há ações de contestação econômica e política em busca de um outra organização econômica, como o ideal dos discípulos de Owen de construção de uma aldeia cooperativa.

A experiência do MTS parece apontar para a construção desse desenvolvimento com autonomia, ainda que a discussão sobre as mudanças na economia e na sociedade não estejam apropriadas por toda a base do movimento. Mas a organicidade do MST, a criação de várias instâncias, em várias escalas territoriais, que vão do nível internacional (por meio da Via Campesina) até a escala local (nos núcleos de famílias de cada assentamento), permitem uma ação sistêmica, em várias escalas como diz ser necessário Harvey (2006). Além disso, as estratégias de ação do MST nos assentamentos, mas também nas ocupações e nas manifestações (ilustração 8), permitem o estabelecimento de novas *institucionalidades*, novas ordens, com regras e instituições, diferentes da ordem cotidiana de outras situações da sociedade capitalista. E essas instituições e modos de funcionamento, articuladas em várias escalas por meio do MST, são mudanças nas *situacionalidades* e *posicionalidades* que permitem a construção de novas formas de consciência. Nesse sentido, se as discussões de decisões não vierem de cima para baixo, mas forem articuladas nessas várias escalas, pode-se dar a construção de projetos de desenvolvimento autônomos.



Ilustração 8. Marcha do MST de Goiânia à Brasília, 2005.

Disponível em: www.outubrovermelho.com.br/.../08/mst-marcha.jpg. Acesso em 30 out. 2009.

A idéia de Harvey (2006) de construção de um *utopismo dialético* deve-se à necessidade de ser construída uma consciência a respeito da mudança social a partir das possibilidades que surgem na experiência de cada grupo. Se as mudanças espaciais produzidas pela globalização neoliberal, chamadas por Harvey (2006) como desenvolvimentos geográficos desiguais, causaram a dissolução da idéia de luta de classes no

ambiente da fábrica, novas utopias parecem surgir, ainda que em estado inicial, da realidade fragmentada dos trabalhadores no início do século XIX. A organização desses movimentos e organizações de trabalhadores tentam ir construindo essas condições concretas junto dos projetos utópicos, a cada passo do cotidiano.

Faltaria chegar num projeto de sociedade comum, como nas utopias do século XIX, como a idéia de uma *república cooperativa* dos discípulos de Owen. Mas as experiências das diversas iniciativas dos trabalhadores, a partir de sua realidade específica e das possibilidades apresentadas, demonstram um caminho para a construção desse *utopismo dialético*. A organização autônoma e em várias escalas demonstram ser, realmente, mais efetivas do que a ação de grupos isolados, dependentes de entidades de apoio, públicas ou privadas. Como se daria a construção de um projeto único ainda é uma questão em aberto, mas o processo de construção de projetos e alternativas está em curso, mesmo em meio a tantas contradições e perigos de cooptação.

Santos (2004b) resume esses problemas colocando a construção de uma outra globalização em moldes que lembram as idéias da construção de uma república cooperativa, na época do cooperativismo revolucionário:

A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro de uma nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países.

Trata-se de ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como um espaço de exercício da existência plena. Estamos, muito longe da realização desse ideal. Como, então, poderemos alcançá-lo? (SANTOS, 2004, pp.113-114).

7. Considerações finais

A realidade da ITCP/UFV e dos grupos de trabalhadores incubados por ela demonstram muitas características do mundo do trabalho hoje e sobre os desafios que têm de ser enfrentados para a construção de projetos alternativos de sociedade e de estratégias de como chegar nessa sociedade.

A fragmentação concreta e simbólica da classe trabalhadora contribui para a confusão e para a dificuldade de se conceber possibilidades de mudança e de se articular ações em prol de uma transformação sistêmica da realidade numa ordem justa e solidária.

O discurso, a prática e a política pública da economia solidária podem ajudar a construir essa realidade, mas podem também escamotear a mudança da realidade. A ação do Estado pode servir a interesses diferentes da classe trabalhadora precarizada em favor da conservação da ordem e o exemplo dos grupos de trabalhadores demonstrou algumas “confluências perversas” nesse sentido. Muitas vezes as iniciativas de associação de trabalhadores para a produção, chamadas de economia solidária, podem acabar se misturando a discursos ideológicos que levam a um efeito contrário ao proposto pela economia solidária, como a questão da “participação” citada, servindo ao projeto neoliberal, e o “desenvolvimento sustentável”.

Para escapar a influência dessas ideologias na globalização, a construção de um projeto de desenvolvimento, então, deve vir por meio da articulação entre os trabalhadores em várias escalas e ações. Nas experiências analisadas a articulação dos trabalhadores não demonstrou ser possível sendo mediada pelo Estado. Isso não quer dizer, porém, que a ação do Estado seja dispensável. Mas deve haver antes, uma organização autônoma da sociedade, que consiga se articular em várias escalas a fim de orientar as ações desse Estado. Este não age somente em favor de um grupo de interesse ou classe social, mas está em disputa, entre os atores do circuito superior (atores hegemônicos) e os atores do circuito inferior (os hegemonzados). A tarefa é combater essa hegemonia na tentativa de construir uma nova, num novo sistema de produção.

O principal objetivo que a ITCP/UFV cumpre atualmente não é a constituição efetiva desse sistema alternativo, devido a várias dificuldades estruturais que muitas vezes escapam ao seu âmbito de ação. O que significa que ela mesma precisa estar articulada em várias escalas. No entanto, ela vem conseguindo cumprir uma coisa: a formação política e técnica dos estudantes. Na medida em que eles são demandados a dar soluções para mudar a realidade econômica dos trabalhadores pobres, se não é possível a proposição de soluções definitivas o problema da renda ou da falta de emprego, pelo menos esses estudantes são estimulados a pensar como poderia ocorrer a resolução dos problemas dos trabalhadores, nessa ordem social ou em outra. Ainda que a mudança deva vir de baixo, as classes médias, das quais a maioria desses estudantes faz parte, têm um papel importante a desempenhar na construção dessa outra sociedade.

Por meio dessas várias articulações, com vários atores e em diversas escalas, a produção de uma outra globalização poderia ocorrer, por meio da apropriação das técnicas, que hoje servem a produção de desigualdade, e do seu uso para a produção de uma outra realidade. A respeito da construção de uma outra globalização, Santos (2004b) diz que estamos iniciando um período popular da história:

Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino da possibilidade e o reino da vontade. É assim que iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas. A identificação das etapas e os ajustamentos a empreender durante o caminho dependerão da necessária clareza do projeto (SANTOS, 2004b, p.161).

A economia (popular) solidária tal como está organizada hoje parece que não caminha para a constituição de um sistema alternativo de produção. A ação da política pública de apoio à economia solidária não demonstra na experiência da ITCP/UFV uma transformação na realidade dos trabalhadores. A passagem de uma situação intersticial para o estabelecimento de uma outra economia parece uma realidade distante. Entretanto, existem algumas experiências que apontam para a transformação social, econômica e espacial, tanto em práticas que se propõem a ser formas alternativas de produção (como a agroecologia) como em formas de organização e articulação social territorialmente e em várias escalas (como o MST). O apoio a formas alternativas de produção se ficar somente nas ações da ITCPs, se elas passarem por problemas semelhantes aos da ITCP/UFV, não conseguirá contribuir para a constituição de um sistema alternativo de produção.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). **O avesso ao trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

_____. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia, BORGES, Ângela (et al.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. pp.13-22.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: KISIC, Anica; Frigotto, GAUDÊNCIO; GENTILI, Pablo. **A cidadania negada**. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. CLACSO: 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/educacion/antunes.pdf>. Acesso em: 20 out 2009.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho de Alves. Das Alternativas de Sobrevivência à Economia Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira. **Proposta**. v. , n. 97, pp. 81-89, jun./ago. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, SP, n.14, p.153-174, jun. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>. Acesso em: 20 jun 2009.

CTA-ZM. Diagnósticos dos Empreendimentos de Economia Solidária e Divino, Araponga e Espera Feliz. Viçosa, MG: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM, 2009.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à Economia do Trabalho. In _____. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

_____. Sustentabilidad y lucha contrahegemónica em el campo de la economía solidaria. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Seminario%20Bahia%20sustentabilidad.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2009.

DAGNINO, Etelvina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ENA. **Carta Política**. Recife, 2 a 6 de junho de 2006.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento para o poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-81.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João, RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs). **Abordagens teórico metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 139-168.

FRANÇA Filho, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREITAS, Alan Ferreira de. **Incubadoras de Cooperativas Populares**: “Mudanças e evoluções” na metodologia de Incubação da ITCP/UFV. Viçosa: UFV, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso).

FREITAS, Alan Ferreira de et. al. Políticas públicas e formação de organizações locais: entre a imposição e a apropriação. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, Porto Alegre, 2009. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **A proposta de expansão da educação profissional: uma questão de integração?** (2000) Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

GRACIOLLI, Edilson José. Reestruturação produtiva e movimento sindical. In: **Um caldeirão chamado CSN - Resistência operária e violência militar na greve em 1988**. 2 ed. Uberlândia: EdUFU, 2009. p. 11-56.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. London: Lawrence and Wishart, 1971.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUZMÁN, Eudardo Sevilha. El marco teórico de la Agroecología. In: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Serviço de Publicaciones, Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, 2006. p.221-248.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IASI, Mauro Luis. Reflexão sobre o processo de consciência. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Editora expressão Popular, 2007. p.11-45.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - ITCP/UFV. Projeto da ITCP/UFV submetido ao Programa PROEXT, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: Algumas implicações. **Cadernos CEDES**. CAMPINAS, SP, v.19, n.46,

LEAL et al. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**. São Paulo, SP, v. 1, n. 19, p. 177-190, jul/dez. 2002.

LELIS, Juliana Lopes. **Transformações socioespaciais e a precarização do trabalho do comércio informal da cidade de Viçosa (MG)**: a outra face da relação cidade comércio. Monografia (Bacharel em Geografia) – Curso de Geografia, CCH –UFV. Viçosa (MG), 2008. Disponível em:< <http://www.geo.ufv.br/monografias.php>>. Acesso em: 26 out. 2009.

LEITE, Leonardo Magalhães. A moeda social e o desenvolvimento de comunidades. In: Encontro de Economia Solidária, VI, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: NESOL-USP, 2008. Disponível em: <www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-09.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MELO, Nildo Aparecido de. Crise do Mundo do Trabalho e os Desafios para a classe trabalhadora diante da reestruturação produtiva do capital no limiar do século XIX. In: **Geografia em Questão**/Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Local de Marechal Cândido Rondon. – v.1, n.1 Marechal Cândido Rondon:Coluna do Saber, 2008. pp.79-98.

PAGOTTO, Claudete. A ideologia política da economia solidária. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93res_pagotto.htm>. Acesso em: 18 nov. 2009.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa – Mudanças socioculturais**: Evolução histórica e tendências. 19 ed. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1990.

PÁTEO, Felipe Vella. **Socializar o mercado ou desmercantilizar a sociedade**: os caminhos dos empreendimentos solidários na busca pelo reconhecimento de seu trabalho. Monografia (Bacharel em Economia), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2008.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (orgs.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 19-37.

PEREIRA, Carolina de Freitas. **Recriação da cultura afro-brasileira**: a Associação quilombola Herdeiros do Banzo e suas estratégias de afirmação político-cultural. Monografia (Bacharel em Geografia) – Curso de Geografia, CCH –UFV. Viçosa (MG), 2007. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/monografias.php>>. Acesso em: 28 out. 2009.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Contradições de uma “cidade científica”: processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa (MG). **Caminhos da geografia**. IG-UFU, Uberlândia, v. 18, n. 16, p.197-206, out. 2005.

POCHMANN, Márcio. **Economia global e a Nova Divisão Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acesso em: 01 out 2009.

_____. **Economia solidária no Brasil: potencialidades e limites**. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf. Acesso em: 06 abr 2009.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 475-512.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: _____. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento para o poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 117-131.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.a

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.b

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SINGER, Paul. Globalização, precarização do trabalho e exclusão social. In: **Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.11-33.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/06_ES1Paul.pdf. Acesso em: 15 nov. 2009.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHMITT, Cláudia; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. pp.105-127.

SOUZA, Celina. Estado de Arte da pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora da FIOCRUZ, 2007. p. 65-86

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa; CASTRO, Iná Elias. **Geografia: Conceitos e Temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

ANEXOS

Anexo 1

Questionários para os trabalhadores dos grupos incubados pela ITCP/UFV

- 1) Qual a sua idade? E escolaridade?
- 2) Qual é o seu trabalho (ou emprego) atualmente?
- 3) Você tem mais de um trabalho? Qual a diferença entre eles? E por que você tem mais de um trabalho?
- 4) Quanto você ganha atualmente?
- 5) Você considera esse trabalho fixo e estável ou ele é temporário? Por quê?
- 6) Se você pudesse escolher, você estaria trabalhando num emprego com carteira assinada? Por quê? Você já teve experiência com carteira assinada?
- 7) Por que você acha que não está?
- 8) Onde você mora?
- 9) Você tem casa própria? Ou você paga aluguel ou mora de outra forma?
- 10) Onde você nasceu e cresceu?
- 11) Se nasceu em outra região do que mora e trabalha hoje, por quê veio para cá? Pretende continuar?
- 12) Por que você participa deste grupo? Como se deu a sua integração neste grupo?
- 13) Você acha que seu trabalho é reconhecido? Por que você acha que isso acontece?
- 14) Como vocês se organizam dentro do grupo de trabalhadores? Por quê vocês se organizam desse jeito?
- 15) Vocês têm algumas regras, princípios ou valores que não se vê comumente em outras organizações/empresas?
- 16) Como as decisões são tomadas? Por que é desse jeito?
- 17) Como você acha que deve ser? E por quê?
- 18) Você acha que há alguma necessidade de mudança na organização do trabalho na sociedade em geral? Por quê?
- 19) Como você acha que deve acontecer essa mudança (transformação)?
- 20) Você contribui de alguma maneira para que ela aconteça? Como?
- 21) Qual você acha que é o papel do governo, do Estado para que essas mudanças aconteçam?
- 22) Para quem você vende os produtos que produz ou que ajuda a produzir?
- 23) A intenção ideal é vendê-los para quem? E por quê?
- 24) Como os produtos que você produz ou que ajudou a produzir são vendidos/comercializados? Por quê? Como é decidida essa as questões de comercialização?
- 25) Como os preços dos produtos são determinados?
- 26) Que tipo de produtos você consome? Onde você os compra? E por quê?
- 27) Na hora de comprar produtos, você tem alguma preferência a respeito de como e por quem eles foram produzidos?
- 28) Onde são obtidos as matérias-primas e por quê?
- 29) Você sabe o que significa economia (popular) solidária? De onde você acha que surgiu essa noção? Você acha que ela serve para explicar o quê?
- 30) Você acha que a economia solidária existe? Para que você acha que ela serve?
- 31) Você sabe o que é a ITCP/UFV?
- 32) Você sabe que existem várias ITCPs no Brasil? Você sabe qual é a função delas?
- 33) Você acha que elas cumprem essa função? Por quê? Tem algo que falta?
- 35) A ITCP tem ajudado a sua organização? De que forma?

36) O que você acha que precisa mudar?

Anexo 2

Questionário para os estagiários (“formadores”) estudantes de graduação da ITCP/UFV

- 1) Qual você acha que é o papel que as ITCPs cumprem hoje?
- 2) Você acha que a ITCP/UFV tem um objetivo específico diferente do que está expresso na política pública do governo? Qual você acha que é esse objetivo? Por quê?
- 3) Quem define esses objetivos? Por quê?
- 4) Você acha que esses objetivos são possíveis (da ITCP/UFV e da política pública de geração de trabalho e renda)? Como? O que você acha que deve ser feito para que eles sejam cumpridos?
- 5) Qual você acha que deve ser o papel ideal da ITCP/UFV? Por quê?
- 6) Você acha que os objetivos da ITCP/UFV mudaram desde o seu início até hoje? Por que você acha que isso ocorreu?
- 7) Qual a estratégia que a ITCP/UFV tem para transformar a realidade local? De que forma ela é empregada?
- 8) Você aproveita os conhecimentos específicos de sua área de conhecimento dentro da universidade nos trabalhos da ITCP/UFV? Por que você acha que isso acontece?
- 9) Por que você acha que existem ITCPs dentro de universidades? Você acha que as ITCPs têm que estar dentro das universidades? Por quê?
- 10) Qual você acha que é o seu papel enquanto estudante de uma universidade pública dentro da ITCP/UFV?
- 11) Você já tinha tido contato ou alguma experiência ajudando grupos ou organizações de trabalhadores populares?
- 12) Houve alguma mudança na sua compreensão da economia e da realidade desses trabalhadores depois que você começou a trabalhar na ITCP/UFV? Você acha que sua experiência na ITCP ajudou isso a acontecer?
- 13) Você acha que é preciso uma transformação na sociedade? Houve alguma mudança na sua opinião depois que você começou a trabalhar na ITCP/UFV?
- 14) Você acredita que a economia solidária vai levar a alguma transformação na sociedade? Como você acha que isso pode ocorrer?
- 15) O que você acha dos fóruns, encontros e espaços coletivos que são construídos para agregar as ações de economia solidária? Qual a função você acha que eles cumprem?
- 16) Depois que você começou a trabalhar na ITCP/UFV, houve alguma mudança na sua compreensão de como essas transformações podem ou deveriam ocorrer?
- 17) Devido a sua experiência na ITCP/UFV mudou alguma coisa na sua relação com a Universidade?
- 18) Para você o estágio na ITCP/UFV vai servir para quê?

Anexo 3

Questionário para os trabalhadores dos grupos do campo incubados pela ITCP/UFV.

- 1) Qual a sua idade? E a sua escolaridade?

- 2) Onde nasceu e cresceu?
- 3) se nasceu e cresceu em outra região, por que veio para cá?
- 4) Possui propriedade? De que tamanho?
- 5) Quantas pessoas trabalham na propriedade e de que maneira?
- 6) O que se produz na propriedade? O que é vendido e o que é para consumo próprio?
- 7) Para onde são vendidos os produtos?
- 8) A intenção ideal é vendê-los para quem?
- 9) Como são determinados os preços dos produtos? Por quê?
- 10) Na hora de comprar os produtos, você tem alguma preferência a respeito do modo como esses produtos são produzidos?
- 11) Como é a obtenção de assistência técnica?
- 12) Como foi a sua integração na cooperativa?
- 13) Como vocês se organizam dentro do grupo e por quê?
- 14) Dentro da sua cooperativa/associação tem algumas regras ou princípios que não se encontra comumente em outras organizações ou empresas? Quais?
- 15) Você acha que a sociedade deveria ter princípios e regras de funcionamento como os da sua cooperativa ou associação?
- 16) Você acha que a forma de organizar o trabalho e a economia na sociedade hoje poderia ou deveria ser diferente? Como?
- 17) Você acha que deveria haver uma transformação na sociedade e na economia? Ela é possível? Como?
- 18) Você ou sua organização contribui para que isso ocorra? Como?
- 19) Como você acha que deve ser uma sociedade (ou uma economia mais justa)?
- 20) Qual você acha que deve ser o papel do governo, do Estado, para a transformação da sociedade numa forma mais justa?
- 21) Você sabe o que significa economia (popular) solidária? De onde você acha que surgiu essa noção? E ela explica o quê?
- 22) Você acha que a economia solidária existe mesmo?
- 23) Você sabe o que é a ITCP/UFV?
- 24) Você sabe que existem várias ITCPs no Brasil? Qual você acha que é a função delas?
- 25) Você acha que elas tem cumprido a sua função, ou ainda falta algo?
- 26) A ITCP tem ajudado a sua organização? De que forma?
- 27) O que você acha que precisa mudar?